

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGS-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

A DIALÉTICA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA:
EVOLUCIONISMO E RACIALISMO
ENTRE SÍLVIO ROMERO E MANOEL BOMFIM

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

IVAN PAULO SILVEIRA SANTOS

**A DIALÉTICA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA:
EVOLUCIONISMO E RACIALISMO
ENTRE SÍLVIO ROMERO E MANOEL BOMFIM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa – Orientador

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

IVAN PAULO SILVEIRA SANTOS

**A DIALÉTICA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: EVOLUCIONISMO E
RACIALISMO
ENTRE SÍLVIO ROMERO E MANOEL BOMFIM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito
para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (Orientador) – PPGS/UFS

Prof.^a Dr.^a Vilma Soares de Lima Barbosa – PPGS/UFS

Prof. Dr. Petrônio José Domingues – PPGS/UFS

Prof. Dr. Alexandro Silva de Jesus (UFPE) –

Prof. Dr. Aluizio Alves Filho (UFRJ)

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237d Santos, Ivan Paulo Silveira
A dialética da civilização brasileira : evolucionismo e
racialismo entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim / Ivan Paulo
Silveira Santos ; orientador Ivan Fontes Barbosa. – São Cristóvão,
SE, 2024.
144 f.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2024.

1. Sociologia. 2. Intelectuais. 3. Relações raciais. 4.
Desenvolvimento social. I. Bomfim, Manoel, 1868-1932. II. Romero,
Sílvio, 1851-1914. III. Barbosa, Ivan Fontes, orient. IV. Título.

CDU 316.344.32

HOMENAGEM

De muitas maneiras diferentes, este trabalho foi o resultado de mais do que os seus desafios e esforços acadêmicos. Questões diversas interferiram na condução da pesquisa, que é até uma situação usual, com aspectos que tanto obstaculizam quanto instigam a produção. No entanto, um destes elementos se tornou excepcionalmente singular e desafiador, que foi a pandemia da covid.

A emergência sanitária global impôs regras, comportamentos e procedimentos que, não raro, inviabilizaram determinadas pesquisas ou limitaram outras severamente. Porém, no geral, a covid criou circunstâncias de insegurança, imprevisibilidade e vulnerabilidade tais que o conhecimento dos seus efeitos serão ainda desvelados e alvo de estudos por bastante tempo.

O resultado imediato foi a reprodução daquele cotidiano de incertezas. A pandemia, por conseguinte, apresentou circunstâncias cotidianas, que influíram também no íntimo das pessoas. Os indivíduos adaptaram-se, mas não sem obviamente se afetar e em dimensões distintas. Cada um, portanto, que sobreviveu, o fez mais do que à sua maneira, mas ao que foi possível, realizaram o que era primordial e o impreterível, mas não sem suas sequelas.

Por isso, de maneira muito respeitosa e empática, eu gostaria de fazer uso deste espaço para oferecer meu trabalho *in memoriam* as 700 mil vitimizadas pela covid no Brasil. Isso através da representação particular de Vovó Glorinha e do amigo Cleber Santana. Vítimas mais do que de um vírus, mas da estupidez humana.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Orientador Dr. Ivan Fontes Barbosa, tanto pelo profissionalismo quanto por humanidade.

Aos meus familiares, que torceram por mim.

Ao Prof. Aluízio Alves Filho, que redescobriu Manoel Bomfim, pela disposição de conversar sobre o meu tema da minha pesquisa e pela consideração e amizade.

Ao Colégio Estadual Barão de Mauá, agradeço a todos os colegas que torceram e auxiliaram de diversas formas.

Aos amigos: Wagner Gonzaga Lemos, por discutir comigo a respeito de Sílvia Romero e emprestar valiosos exemplares de sua biblioteca pessoal sobre o autor; Victor Wladimir Cerqueira e Taylane Cruz pela leitura e discussão de alguns capítulos; Maria Adélia Mota da Silva e Josevânia Nunes Rabelo, pela leitura final do meu texto; e ao meu ex-aluno Deyvisson Moreira, que me auxiliou na transcrição de anotações de Sílvia Romero.

À Biblioteca Pública Epifânio Dórea, na pessoa do servidor Gilvan José da Silva Filho, que muito auxiliou, com sua expertise, na busca de obras no Acervo de Sílvia Romero.

Aos colegas do curso de doutorado do PPGS/UFS, pela troca de ideias, torcida e amizade, em especial a Rosinadja Batista dos Santos Morato, por sua liderança e suporte a todos nós.

RESUMO

A partir da publicação da obra inaugural de Manoel Bomfim, iniciou-se uma reação veemente de seu conterrâneo Sílvio Romero. O destacado intelectual logo foi às páginas dos jornais discorrer toda sua verve em oposição aos argumentos apresentados por Bomfim. Em síntese, o médico defendia a superação dos princípios, sobretudo, no que tange às concepções de superioridade racial. Contudo, apesar das diferenças, ambos autores possuíam o mesmo objetivo de tornar o Brasil uma nação civilizada, diferenciando-se os meios de se chegar àquele fim. Na prática, o debate entre os autores representou uma síntese da conjuntura da contemporaneidade de ambos. Em plano externo, a expansão imperialista europeia, muito justificada justamente pela concepção de superioridade racial daquela população, e, no plano interno, a transição do Brasil para outra realidade. Nesse novo momento, embora mudanças estruturais importantes ocorressem, controversamente reafirmava-se o setor agroexportador brasileiro, que significativamente assumiu uma posição favorável ao discurso racial hegemônico, a fim de resguardar seus interesses. Daí, Romero e Bomfim tanto refletiram quanto se posicionaram a respeito deste momento particular da trajetória histórica e social brasileira.

Palavras-chave: Sílvio Romero, Manoel Bomfim, intelectuais, raça, debate, progresso.

ABSTRACT

The publication of Manoel Bomfim's inaugural work sparked a vehement reaction from his fellow countryman Sílvio Romero. The prominent intellectual soon took to the pages of the newspapers with all his verve in opposition to the arguments put forward by Bomfim. In short, the doctor advocated overcoming the principles of racial superiority. However, despite the differences, both authors had the same goal of turning Brazil into a civilized nation, but the means of achieving that end differed. In practice, the debate between the authors represented a synthesis of the contemporary situation of both authors. On an external level, European imperialist expansion, justified by the concept of racial superiority of that population, and, on an internal level, Brazil's transition to another reality. In this new moment, although important structural changes were taking place, the Brazilian agro-export sector was controversially reaffirmed, and significantly took a position in favor of the hegemonic racial discourse in order to protect its interests. As a result, Romero and Bomfim both reflected on and positioned themselves with regard to this particular moment in Brazil's historical and social trajectory.

Keywords: Sílvio Romero, Manoel Bomfim, intellectuals, race, debate, progress.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1 – Os autores e suas leituras.....	20
1.1. Bomfim, o autor multifacetado.....	23
1.2. Romero, o crítico feroz.....	38
1.3. Sociologia à brasileira: das cátedras de direito ao ensaísmo.....	42
Capítulo 2 – Imprensa enquanto palco privilegiado de disputas.....	53
2.1. Propagandear o pensamento: o negócio do jornalismo.....	55
2.2. Romero <i>versus</i> Bomfim: o abrir das cortinas.....	79
Capítulo 3 – Discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.....	86
2.1. O debate.....	88
2.2. Entre Romero e Bomfim: congruências e dessemelhanças.....	92
Considerações Finais.....	141
Referências.....	144

Introdução

Polônio: [...] Não expressar tudo que se pensa. Ouvir a todos, mas falar com poucos. Ser amistoso, mas nunca ser vulgar. Valorizar amigos testados, mas não oferecer amizade a cada um que aparecer à sua frente. Evitar qualquer briga. Mas, se for obrigado a entrar numa que seus inimigos o temam. Usar roupas de acordo com sua renda, sem nunca ser extravagante. Não emprestar dinheiro a amigos, para perder amigos e dinheiro. E, por fim, ser fiel a ti mesmo e jamais serás falso com ninguém

Cena III . Ato I. Hamlet.
William Shakespeare.

O objetivo desta tese é analisar como o diálogo entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim expressa diferentes dimensões sobre alguns dos mesmos paradigmas. Entre esses paradigmas estava a concepção do Brasil enquanto nação e, a partir desse aspecto, a projeção do país enquanto parte integrante do conjunto de nações civilizadas. Situação que só se tornaria viável se aquela nação fosse composta de certo conjunto étnico-racial, segundo a voga da época. Tais elementos fizeram parte de um intenso debate da contemporaneidade dos autores, que representava o quase que literal dilema da intelectualidade brasileira da virada do século XIX para o XX.

A *Intelligentsia* nacional, daquele período, profundamente ocupou-se da tarefa de delinear o que era o Brasil, em razão das demandas de seu momento. A definição dessa tarefa era a mais altamente prioritária, já que responderia não ao passado, mas ao futuro do país. Desta feita, a intelectualidade brasileira via a si em um nobre desafio, do qual não se refutariam em hipótese alguma. Isso tanto em razão do pretense resultado quanto o meio pelo qual atingiriam tal fim: a produção do pensamento regenerador da nação. Muito além de constituir o *métier* daquela intelectualidade, essa ação significava projetar a nação a certo protagonismo e a eles próprios enquanto expoentes produtores desse pensamento.

É usual que a produção do pensamento, em determinado contexto, siga determinados objetivos e disposições e, por conseguinte, realiza-se através de algumas contradições e de pontos de vista distintos. Sílvio Romero e Manoel Bomfim estiveram inseridos nesse contexto. O fim dos autores era achar aquelas respostas a respeito do Brasil, que implicava a descrição de soluções, contudo a perspectiva sobre os meios de como atingir aquelas finalidades eram diametralmente opostas. Aspecto que colocou Romero e Bomfim em uma inevitável rota de colisão e divergências.

Ambos os autores tornam-se representativos para referenciar aquela discussão sobre Brasil e daquele momento, porque foram duas figuras destacadas do pensamento nacional. Como usual, a partir de pontos de vistas distintos e marcantes entre si e que se esgrimiram de uma maneira não propriamente habitual. Afinal, Romero, maduro e consolidado intelectual brasileiro sentiu-se afetado pelas ideais de um jovem Bomfim, que estreava sua produção. Como rotineiro, o bacharel de Lagarto desferiu sua poderosa pena sobre o médico, através de artigos de jornais. Bem diverso ao esperado, a resposta foi singela, em uma breve nota, na mesma publicação do interpolador. Então, não houve debate? Houve, mas de maneira bem diversa ao contexto dos autores, dois polígrafos, que expressaram sim uma discussão entre si, mas através de suas respectivas produções, que demonstraram um embate de ideias, mas também de gerações.

Em razão das circunstâncias relativas ao objetivo de construção de uma composição de nação, à perspectiva da transição para o século XX, pode-se afirmar que Sílvio Romero e Manoel Bomfim, até certo modo, não eram completamente antagônicos. Afinal, inseridos em um *naquele* mesmo contexto de transição do século XIX para o XX. No geral, tal vigência de concepções estava inserida naquela conjectura do imperialismo das potências europeias dos oitocentos e da afirmação dos nacionalismos e dos ideais de nação, naquele mesmo momento. Isso, bastante referenciado por princípios das ciências naturais, em particular, pelo evolucionismo de Charles Darwin e, em particular, variantes desse pensamento, denominado de Darwinismo Social. A partir dessas influências, formou-se um conjunto de premissas cujo suporte interpretativo eram analogias à biologia, notadamente, entre as demais ciências naturais. O entendimento era de que tais elementos analíticos constituiriam as leis que regeriam a vida e, em consequência, regeriam como as sociedades humanas se organizavam.

O pensamento científico-acadêmico ocidental concebia o princípio de leis universais. Ao se descobrir e se compreender como uma dessas leis operavam, aí se teria a chave que abriria toda uma série de possibilidades interpretativas. Assim, dar-se-ia solução a todo um conjunto de questões. Em discurso, tal preceito à ciência *delineava os* meios de construir uma narrativa de afirmação do indivíduo, que através de sua *expertise*, exercício de sua curiosidade e de livre arbítrio promoveria o progresso das sociedades pelo conhecimento e domínio daquelas leis universais. *As* similaridades dos processos observados na natureza, *em consequência, seria aquela chave. Em muitas maneiras, cria-se que este entendimento de produção do conhecimento e do progresso do oitocentos, representaria* uma grande vitória humana, contudo impulsionada, orientada e atingida por aqueles habilitados para tal. Ou seja, os próprios desenvolvedores desses princípios, essencialmente constituídos de indivíduos daquelas potências europeias. Em outras

palavras, uma ciência à maneira de um pensamento ocidental e caucasiano a lhes confirmar o modelo de desenvolvimento e a pretensa concepção de superioridade.

As respectivas óticas de pensamento de Romero e de Bomfim estavam entrepostas naquele contexto e ligadas aos princípios teóricos do evolucionismo, mas em vetores bem distintos. Tal característica fez com que ambos os autores produzissem análises, por exemplo, bastante imergidas em categorias conceituais a exemplo de **raça**. Em razão desse aspecto, é possível conjecturar que, por refletirem no âmbito de semelhantes premissas evolucionistas, Romero e Bomfim produziram um pensamento assemelhado em seus objetivos, mas dessemelhantes em como atingir seus fins. Ambos buscavam ponderar a respeito de questões sobre a nação brasileira, apesar dos seus paradoxos analíticos. Os autores se distanciam entre si em como compreenderam singularmente a construção da nação brasileira. Contudo, ao se aproximarem por seu contexto e, mais particularmente, pelo objeto de análise e referencial teórico que utilizaram, produziram uma singular conexão. Afinal, tanto um quanto o outro adaptaram concepções egressas do evolucionismo no intuito de compreender e apontar perspectivas à nação brasileira. Só que, um deles, Romero, mais conectado aos dogmas raciais e o outro, Bomfim, mais crítico de tais axiomas.

Através da discussão de ideias entre Romero e Bomfim é possível empreender uma construção do discurso racial no Brasil, que foi um dos elementos base para a constituição da ideia de nação brasileira, através do embate intelectual. Em outras palavras, o debate entre os autores permite contemplar um cenário intelectual brasileiro da transição do século XIX para o XX, período em que o campo intelectual nacional se afirmava e ganhava escopo. Isso através de um conjunto de fatores favoráveis: a) constituição e consolidação de instituições de ensino e pesquisa, que permitiu a formação de uma geração de intelectuais no próprio país e não somente egressos de estudos na Europa. Esse aspecto tornou-se importante porque mesmo que ainda seguindo modelos europeus, havia um crescendo cada vez mais significativo de uma discussão nacional. E, ainda que muito socialmente restritas, as instituições de ensino e pesquisa brasileiras controversamente ampliaram o número de formados e certo leque socioeconômico, visto que b) houve um ambiente dinamização nesse campo, com a ampliação de atividades produtivas e do comércio e, em consequência, do urbanismo; que c) resultou em um clima mais propenso à discussão e à construção do ideal da nação brasileira. Em outros termos, houve um momento de estímulo, de certa efervescência socioeconômica, que influenciou as produções científicas e culturais.

Neste processo de estímulo à ciência e à cultura, dois elementos foram igualmente fundamentais: a literatura e a imprensa. Afinal, eram meios de afirmação intelectual e de visibilidade. A literatura foi a produção inicial, ainda que no ambiente da ficção, de interpolação

do Brasil. *A priori*, compondo seus tipos, seus heróis e eventos e momentos historicamente destacáveis, ou seja, elaborando seus mitos fundadores. Os exemplos que serviriam tanto de inspiração e modelo a serem seguidos pelos brasileiros quanto os representando em relação às demais nações. As páginas dos jornais, avanço do século XIX, produto da revolução industrial, era o espaço de divulgação rápida dos trabalhos acadêmicos e culturais. Isso, apesar de o Brasil ainda guardar muitas características do colonialismo português. Assim, o mercado editorial brasileiro obtinha espaço avançava e promovia e evidenciava aqueles que obtinham a oportunidade de publicar nas páginas dos periódicos. Portanto, a literatura ficcional, em particular, e mesmo a incipiente produção acadêmica associaram-se ao jornalismo como meio viável de divulgação e compartilhamento de ideias e de conquista de destaques é méritos intelectuais (Cândido. 1997; Schwarcz. 1993; Schwarcz. 1998; Sodré. 1966).

É também possível apreender, a partir da discussão entre Romero e Bomfim, certo vislumbre sobre a formação de um pensamento social brasileiro. Foi justamente através de discussões travadas pelos autores (objeto desta tese), naquele período de transição do século XIX para o XX, que o pensamento social brasileiro começou a se desenvolver. Tal debate estava inserido justamente naquela discussão sobre a construção da nacionalidade a partir de premissas raciais. Afinal, o conjunto de nações sul-americanas, emancipadas politicamente a pouco menos de um século, encontravam-se ainda muito inseridas em modelos socioeconômicos originados de anteriores processos coloniais europeus. Logo, naquele momento de passagem para o século XX, buscavam tais nações se afirmar em relação a si próprias e a um plano internacional. A produção intelectual era um desses meios de construção de uma assertiva de nacionalidade. Todo esse processo em uma conjuntura internacional de um agressivo expansionismo europeu, que foi o imperialismo do século XIX. Conjunto de ações que buscou se justificar através de uma pseudociência que declarava a centralidade e o desenvolvimento das potências europeias a partir daquelas premissas raciais, pressupostos que foram fundamentais na construção dos ideais de nação e nacionalidades. Enfim, particular conjectura em que países sul-americanos egressos do colonialismo europeu se empenharam em compor as suas ideais de nação. Tal iniciativa ocorreu, em grande medida, através da atuação de intelectuais como Romero e Bomfim. Letrados que paradoxalmente utilizaram modelos analíticos europeus correntes e derivados do evolucionismo.

Uma análise de determinado período do desenvolvimento intelectual brasileiro, através da ótica de determinados autores, conseqüentemente, exige o conhecimento desses indivíduos, sua produção e respectivos pensamentos. Então, preciso desenvolver uma ampla pesquisa bibliográfica sobre Sílvio Romero e Manoel Bomfim. A respeito deles há um grande e diverso volume de trabalhos. Uma pesquisa sobre ambos, por conseguinte, exige uma monumental busca

por acervos e catálogos de fontes. Tendo esse desafio à frente, o primeiro entendimento foi de que é inviável não se dar absoluta conta de toda uma produção sobre ambos os autores, em consequência, fez-se um levantamento a partir do qual se obtivesse um determinado e significativo recorte. Em outras palavras, a sondagem bibliográfica foi dirigida a **fim de** se obter referências em relação aos distintos vieses do discurso racial defendido por ambos os autores. Ou seja, em relação àquele esforço cognitivo de ambos **os letrados** no intuito de elaborar uma narrativa de nação brasileira, a fim de colocá-la entre as nações civilizadas do mundo, na época. Assim se dispôs o recorte das obras e fontes no intuito de dar uma mais significativa visão dos autores e respectiva produção do pensamento no que diz respeito ao objetivo desta tese.

A partir de tal escolha de arrolamento de fontes, incorreram algumas condicionantes de como processá-las. Em um primeiro momento, mais célere, por meio dos resumos dos trabalhos acadêmicos e obras a diretamente referenciar Romero e Bomfim. Apesar da característica de certa brevidade da leitura preliminar dos resumos, ela apresentava as características próprias dessas produções, suas metodologias e óticas de análise proposta. Portanto, o recurso utilizado trouxe diligência às escolhas a serem empreendidas. Assim, através daquela triagem, optou-se pela escolha de determinados textos que foram efetivamente utilizados neste trabalho. Desta feita, com uma imagem, *a priori*, produção sobre Romero e Bomfim, pode-se depurar, do que foi produzido, e aí fazer-se a escolha daquilo que melhor se adequava ao objeto e objetivos desta tese. Um recorte, sem dúvida, mas devidamente racionalizado com o que este trabalho se propõe a analisar.

A princípio, como já visto, em razão do grande esforço de buscar um recorte significativo sobre Romero e Bomfim, houve uma seleção de textos, em virtude da enorme quantidade de trabalhos sobre os autores objeto desta tese. O grande volume também se representou em uma destacada diversidade de obras a respeito de ambos os autores. Para além da seleção, tais trabalhos apresentam perspectivas de análises distintas, que igualmente indicam determinadas tendências de compreensões e concepções sobre os intelectuais, objetos de tese, obras e produção dos seus respectivos pensamentos. Esse panorama se mostrou algo meio inesperado, mas um interessante e importante viés de análise da tese. Afinal, nos diferentes textos, em épocas diversas, pode-se vislumbrar que certas análises têm correspondências com períodos, a visão e concepções dos distintos pesquisadores e métodos e metodologias aplicadas que, no fim, dão um apanhado da construção acadêmica realizada. Aspecto que se mostrou tão significativo à análise desta tese quanto seu esforço de fazer o mesmo com seu objeto em si.

No entanto, é bom reforçar que o levantamento preliminar desta tese foi empreendido ao da leitura de introduções e considerações finais ou conclusões do material bibliográfico. Após essa seleção inicial, passou-se ao processo usual de integral leitura e com a posterior resenha do

material classificado como fundamental. Conjunto que proporcionou a **acumulação** de uma coleção de trabalhos, permitindo uma **otimização** da pesquisa e quebrando um pouco com o “mito da originalidade” a respeito da pesquisa, do qual Ferreira (2002, p. 260) trata. Importante para que, na composição da tese, desconstrua-se aquela perspectiva equivocada de certa propriedade única do objeto, ou seja, que é individual e que somente você o possui. Assim, assumindo uma visão mais ampla e realista, de que a sua produção é também parte de um conjunto como outras, que seria a visão da **conectividade** com o que foi produzido: onde, quando, por quem, sobre qual contexto e com qual perspectiva, por exemplo. Enfim, compreender e refletir que a produção intelectual se realiza em uma **rede** e não em uma **cadeia** necessariamente concatenada. Assertiva que serve para si próprio quanto ao que se pretende compreender (Ferreira. 2002).

A discussão sobre o pensamento social brasileiro, no entresséculos XIX e XX, através do confronto de ideias entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim, provocou a utilização inicial de essencialmente dois referenciais teóricos: a análise do discurso, de Michel Foucault, e a sociologia do conhecimento, sobretudo, de Randall Collins e Karl Mannheim. O primeiro se justifica em razão de que houve uma construção de narrativas, que se depreendidas em uma esfera científica, objetivavam o entendimento e a composição de determinadas ideias. Nessa similar perspectiva de constituição de discursos do meio intelectual, cabem as análises de Collins e Mannheim. Tal referencial teórico adequa-se ao objeto desta tese porque permite a análise sobre o pensamento social brasileiro através do embate entre duas personalidades destacadas da intelectualidade do país. Afinal, em suas especificidades, ambos os sociólogos - Collins e Mannheim - compreendem que a construção de um pensamento é resultado de disputas entre indivíduos e grupos. Tais divergências entre diferentes linhas de ideias teriam por finalidade a obtenção de recursos tanto materiais quanto simbólicos. Isso a exemplo de financiamentos e encargos e o reconhecimento de pares e da sociedade, que representa a visibilidade adquirida pelos indivíduos e seus respectivos grupos (Barbosa. 2019). Basicamente o que se observa entre os intelectuais brasileiros, do transcurso do século XIX para o XX, era o uso da *polêmica jornalística*. Era o meio mais utilizado à época e que representava a maneira mais dinâmica de se atingir aquela legitimidade e visibilidade no círculo intelectual.

Randall Collins e Karl Mannheim compreendem a construção do conhecimento a partir de disputas. Os círculos intelectuais constituiriam meios de embates de determinados segmentos da *Intelligentsia* e de suas respectivas ideias. Na prática, a subjetividade das controvérsias das ideias, na raro, igualmente representava as objetivas ambições de ocupações de determinados postos. Logo, uma determinada vertente de pensamento tornar-se-ia voga a partir do momento em que seu grupo intercessor angariaria os recursos e respaldos sociais para tal. Essa característica é mais

adequadamente aplicável aos anteriores debates de Romero do que os de Bomfim. Isso porque o crítico literário fez amplo uso daquele recurso que, entre outras características, constituiu seu *status* entre os grandes homens de letras do Brasil, de sua época. Já Bomfim, embora a *polêmica* ainda fosse corrente, não necessariamente a engaja, naquele momento das interpolações de Romero. Prefere o médico um posicionamento mais discreto, com uma resposta mais pontual. Esse aspecto, *a priori*, parece invalidar o referencial de Collins e Mannheim, no entanto, é preciso recordar, então, que o verdadeiro embate dos autores objeto desta tese deu-se em suas respectivas produções. Apesar de empreendidas em períodos distintos, convergiram naquele princípio do século XX, para o debate de uma nação brasileira civilizada. Em outros termos, a discussão dos autores, à luz dos teóricos definido, se faz viável em virtude não de *polêmicas* diretas, contidas em páginas e páginas de diversos números de jornais. O que torna viável o uso de Collins e Mannheim é que as óticas de Romero e Bomfim tensionam-se em determinado momento, por seus posicionamentos contrários, ainda que compostos em certa distinção de tempo e sem inicialmente preocuparem-se em interpolar um ao outro.

Ambos os autores, Romero e Bomfim, retomando, estão inseridos entre os representantes de distintos grupos intelectuais brasileiros do *entresséculos* XIX e XX. Tais conjuntos, defenderam posições contrárias sobre a nação brasileira, com base nos paradigmas de ótica racial. Romero, em particular, inseria-se em uma vertente de pensamento que se pode denominar de hegemônica. Essa tendência, assim se classificou em virtude de dois aspectos fundamentais. O primeiro, porque dispunha de um maior número de indivíduos inclinados àquela perspectiva, já o segundo, porque se impunha a correta forma de pensamento sobre as demais. Bomfim, em sentido oposto, compôs um grupo bem mais circunscrito que, por conseguinte, representava o pensamento contra-hegemônico. Em outros termos, criticou todo aquele viés determinista de caráter racial. Romero, de geração anterior e intelectual já consolidado, já havia ocupado diversos espaços da mais ampla visibilidade e afirmação social e intelectual, a exemplo de uma cadeira no Colégio Pedro II e da Academia Brasileira de Letras. Bomfim, por outro lado, apesar de mais jovem e em ascensão, não necessariamente granjeou os espaços mais reconhecidos do meio intelectual da época. Fato coerente com a recusa do autor em bater-se em uma longa *polêmica* com Romero, que seria o momento e condicionante ideal para um jovem intelectual, ambicionando sua ascensão. Esta era tendência do pensamento científico do oitocentos, como já abordado, representando, no quadro das potências europeias, a justificativa do seu expansionismo imperialista, e, nas emancipadas nações latino-americanas, a possibilidade de continuidade dos privilégios das elites proprietárias.

A análise, como a daquela conjuntura, a partir das distinções entre os teóricos - Collins e Mannheim - quanto a aceção da construção do conhecimento, dá-se, sobretudo, no ponto de vista

particular que cada um confere aos embates. Para Collins, os embates intelectuais ocorrem, sobretudo, através das chamadas **interações ritualizadas**. Em outras palavras, em toda uma série de práticas, protocolos e cerimônias estabelecidas pelo meio intelectual. No geral, são as publicações (livros e imprensa), a apropriação de determinados encargos, o ganho de certas comendas e títulos honoríficos, o uso de certas liturgias e **linguagens** reconhecidas entre os pares, por exemplo. Elementos que a comunidade intelectual dispõe e se enxerga representada e reconhecida (Barbosa. 2015). Já Mannheim vê essa semelhante composição de elementos em uma perspectiva histórica. Pode-se afirmar que são componentes de uma trajetória social e histórica dos indivíduos, dos seus respectivos grupos e construções de pensamento que idealizam e defendem. São, enfim, uma relação dinâmica entre o tempo e determinadas frações de um pensamento (Barbosa. 2019).

Ambas as perspectivas de Collins e Mannheim são apropriadas ferramentas de análise ao objeto desta tese. Afinal, tomando-se a concepção do último, do período de transição do século XIX para o XX, constituiu-se um momento particular de elaboração e divulgação do pensamento racial. Havia um contexto histórico-social em que premissas oriundas do evolucionismo tiveram peculiar espaço no Brasil. Em um plano internacional, em virtude do imperialismo europeu e, em plano interno brasileiro, pela busca de se constituir a sua ideia de nação e qual, em consequência, sua posição entre as demais nações do globo. Para responder a todo esse conjunto de demandas, um pensamento social foi elaborado conforme conjectura e visões de mundo da época. Já ao se tomar o ponto de vista de Collins, a inserção de sua teoria, semelhantemente, está apropriada ao objeto de tese porque são observáveis toda uma ritualística do meio intelectual. Àquele que ingressasse em tal ambiente era imperativo a aceitação e domínio do ritual e da linguagem estabelecida. Isso, em especial, se havia o interesse na inserção em determinado grupo, nas benesses as quais poderia dispor e no *status* que pretendia obter. Portanto, **era uma espécie de** um grande teatro em que o pensamento era um protagonista que se estabelecia em tal patamar a partir do próprio exercício dramático de se conseguir afirmar a sua ideia.

Esta concepção de embate intelectual, em certa medida, se adequa ao ponto da análise de discurso de Michel Foucault (2014), que esta tese se utilizou. É particularmente pertinente à reflexão deste texto o conceito do **verdadeiro no discurso**. Uma ideia aparentemente simples, mas de grandes possibilidades analíticas. Em síntese, um discurso torna-se verdadeiro a partir de certo contexto em que é aceito. Assim, torna-se uma premissa de consenso dentro de certos circuitos sociais, a exemplo do científico, ou em esferas mais amplas. Os debates, as disputas em relação a determinados temas, somadas a circunstâncias sociais, políticas e econômicas infligiriam como **verdadeiras** determinadas narrativas. Em consequência, outras se comporiam em planos

periféricos, em distintos níveis de aceitação ou até mesmo de literal recusa. Tais aspectos, considerando que uma determinada ideia poderia estar perfeitamente correta, mas sua plausibilidade e concordância ainda demandariam certas condições. Elementos de caráter social e muito distantes de concepções de uma pretensa pura verdade científica. Assim, essa categoria de análise do **verdadeiro no discurso** auxiliou na reflexão e compreensão dos distintos vetores de pensamento em que se encaixavam Romero e Bomfim. Ainda que algumas décadas depois os argumentos de Bomfim se compusessem corretos, naquele momento no qual o autor os proferiu, não se encontravam **no verdadeiro**. Já a posição de Romero, que defendendo, por exemplo, a tese do branqueamento, premissa de um pretenso melhoramento racial condicionava o desenvolvimento material e moral de uma determinada sociedade, estava naquele mesmo momento no **verdadeiro do discurso** (Foucault. 2014), ou seja, era hegemônica. O elemento chave de validade de um discurso não era sua pretensa retidão científica, enfim, mas as conjecturas históricas e sociais, que são um dos fundamentais referenciais de análise desta tese.

Essas características histórico-sociais, que podem ser apreendidas pelo **verdadeiro do discurso** de Foucault (2014), analogamente se aproximam da compreensão de embates defendida por Collins e Mannheim. Estabelecer determinada narrativa acadêmica e intelectual opera-se em um espaço de disputas. Assim, em perspectivas distintas, convergem os três autores. É possível dizer, talvez, que o **verdadeiro**, para Collins, é resultado daquelas **interações ritualizadas**. Em tais cerimoniais, os intelectuais buscam afirmar corretas as suas respectivas concepções. Os indivíduos e seus respectivos grupos põem na mesa seus argumentos e teses, dentro de um circuito **mais ou menos** controlado e programado, com ações e locuções próprias, reconhecíveis e demandadas aos seus interlocutores. Para Mannheim, é possível considerar o **verdadeiro** em sua visão historicista. A construção de narrativas e concepção de **verdadeiro** delas dependem de meios e esferas conjecturais. Talvez a própria exemplificação de Foucault (2014) dê uma visão mais apropriada à perspectiva que aqui se busca. Segundo o filósofo francês, Mendel compreendeu corretamente os fundamentos da genética, mas em sua época a construção da ideia não estava no **verdadeiro do discurso**. Foram necessárias décadas posteriores, em outro contexto, para que as premissas de Mendel ingressassem **no verdadeiro**. Logo, os ramos teóricos abordados por esta tese dialogam entre si, possibilitando uma análise amplificada dos embates entre Romero e Bomfim e, por conseguinte, da composição do pensamento social brasileiro.

A presente tese se desenvolveu a partir do seu objetivo de analisar as possibilidades de interconexões entre o pensamento de Romero e Bomfim compreendendo-os, por conseguinte, como não plenamente antagônicos entre si. Apesar das distinções, o contexto de elaboração das respectivas propostas tinha por finalidade a reflexão e a construção da nação brasileira, tendo por

base os mesmos elementos teóricos derivados do evolucionismo. Por esse motivo, a tese inicia com um primeiro capítulo teórico, no qual é apresentado tanto o ferramental teórico que viabiliza a análise da finalidade da tese quanto conjectura a respeito das distintas leituras que Romero e Bomfim tiveram. Tal condução de análise se tornou apropriada para o texto, já que o objeto possui sobre si volumosa produção e que apresenta perspectivas, por vezes, até contrárias. Desta feita, tomou-se o posicionamento de fazer tal apanhado primeiro para, logo em seguida, analisar os elementos observados através da teoria proposta.

No segundo capítulo, a partir do objetivo geral da tese, que se propõe a discutir, através daqueles debates entre os literatos, o campo intelectual brasileiro da passagem do século XIX ao XX. A partir desse propósito geral, os objetivos específicos giraram em torno da contextualização do objeto de pesquisa da tese. Em outras palavras, descrever e compreender o momento histórico particular, o ambiente favorável a atuação intelectual, seus meios de visibilidade, disputas e ritos entre pares. Esse último como parte de um segundo capítulo de descrição e análise conjuntural, por fim. É preciso compreender os meios de circulação das ideias, quais seus intuitos e a liturgia em produzida a fim de gerar um mútuo reconhecimento entre coincidentes do meio intelectual.

O quarto capítulo traz em si o debate entre Romero e Bomfim. O ponto de partida é o lançamento da obra inaugural de Bomfim, *A América Latina: males de origem*, em 1905, e a enfática reação de Romero, tanto em uma série de artigos publicados na imprensa quanto na posterior edição de tais artigos em um livro. O evento em si é apenas uma reação preambular em virtude de todo um debate de ideias já bastante corrente: a constituição de uma nação civilizada em virtude da composição desse grupo a partir de uma seleção de indivíduos superiores. Em outros termos, uma nação se constituiria civilizada em virtude de sua composição racial pretensamente superior. O inverso, demandaria o trabalho de uma suposta melhoria racial para que aquela nação atingisse o elevado estágio de civilização. Essa proposição pode ser resumida na expressão de tese do branqueamento, defendida por um significativo de intelectuais brasileiro na virada do século XIX para o XX. Era a posição hegemônica de pensamento, defendida, por exemplo, por Sílvio Romero. No sentido oposto, no grupo minoritário ou contra-hegemônico estava Manoel Bomfim.

A resolução proposta, enquanto consequência da análise empreendida sobre as informações obtidas e à ótica do referencial teórico adequado, cobiça evidenciar que mesmo discursos quase que completamente antagônicos tinham objetivos semelhantes. Tais fins na elaboração de um discurso de nação que, em grande medida, seria o projeto de afirmação do Brasil enquanto país civilizado. Esse era o debate da voga da época da passagem do século XIX para o XX. Na ótica das grandes potências industrializadas europeias era a justificativa do seu modelo de desenvolvimento e do seu expansionismo imperialista. O processo seguia daquela maneira porque

os europeus eram os representantes das melhores e mais capazes raças da humanidade. Aos países egressos de processos coloniais europeus, não há muito emancipados e com notórios problemas estruturais, cabia aplicar a solução apresentada pelos próprios ex-colonizadores europeus. No Brasil, portanto, o debate girava em torno do que fazer para sermos civilizados como os europeus.

Capítulo 1 - Os autores e suas leituras

Polônio: [...] Que está lendo, senhor?
Hamlet: Palavras e mais palavras, só palavras.
Cena II. Ato II. Hamlet. William Shakespeare.

O capítulo 1 realiza o debate teórico preliminar sobre os dois autores objetos desta tese, Sílvio Romero e Manoel Bomfim. Afinal, foram figuras de destaque da intelectualidade brasileira do entre-séculos XIX-XX e a respeito de ambos há uma volumosa sucessão de trabalhos, compostos ao longo de várias décadas. É esperado que apresentem óticas distintas de um mesmo autor que, não raro, faz daquele indivíduo uma personagem [com diversas perspectivas de análise](#). A partir de um recorte de algumas daquelas produções, é possível perceber os seus esforços analíticos em si para compreender Romero e Bomfim. Em razão desse aspecto, tem-se a apresentação de distintos vieses a respeito dos eruditos objetos desta tese. Algo imprescindível para que este trabalho obtenha esse conhecimento e não necessariamente tome partido de nenhuma daquelas visões, empenhando-se em constituir a sua própria.

Antes de este trabalho afirmar quem foi Romero e Bomfim, beneficiou-se, por conseguinte, do que outros trabalhos fizeram anteriormente. Assim, buscando mais do que a usual e protocolar revisão bibliográfica bem como a compreensão conjuntural acerca de distintos *Romeros* e *Bomfins* apresentados nas diversas obras [de estudo dos autores](#). Isto é, o que cada esforço analítico produziu de compreensão sobre os autores, a partir de determinado contexto em que foi produzido. O que se tornou uma questão em debate para esta tese, foi qual a apreensão ela própria iria produzir dos seus respectivos objetos. Assim, a partir daquela análise preliminar, fazer o recorte dos estudiosos e de seus respectivos trabalhos, que diretamente [contemplaram esta tese](#), no intuito de buscar atingir a finalidade desta tese.

O intuito é apresentar e refletir sobre as diversas óticas existentes a respeito dos autores, [objeto de tese, foram concebidos três subcapítulos. O primeiro é o 1.1. Bomfim, o autor multifacetado. A perspectiva do multifacetado se fez mister não apenas pelo fato de que se trata de um polígrafo, em uma época, a qual tais intelectuais era mais comuns. É preciso considerar também que os estudiosos de Manoel Bomfim o conceituam das mais diversas maneiras que, em geral, convergem para o binômio - médico e educador -, além de outras qualificações. Justamente essa visão diversificada sobre o médico sergipano é que deu a este texto a perspectiva de vários Bomfins, que foi assinalado por este texto, mas analisado a partir de uma ótica mais sociológica, a partir do objetivo da tese.](#)

O subcapítulo **1.2. Romero, o crítico feroz** procura elucidar e refletir sobre os meios de visibilidade e consolidação intelectual e as formas de mútuo reconhecimento e de uso de linguagens [entre os intelectuais](#). Determinados espaços de cultura e informação tornaram-se meios de inserção de aspirantes intelectuais aos grupos de eruditos. Esses ambientes [que, consequentemente](#), tornam-se uma esfera de aguerrida disputa, não apenas das ideias defendidas por este ou aquele homem de letras, mas através de controvérsias surgidas [ali surgidas, buscando](#) espaço e afirmação. Tão importante quanto ocupar aqueles espaços era saber como fazê-lo. Um dos meios mais significativos para alcançar tal objetivo era adaptar-se e dominar determinada liturgia, ou seja, linguagens, maneirismos, formas de ser e agir, por exemplo. Meios, enfim, de autorreconhecimento entre os pares, conferindo aos indivíduos o *status* de pertencente a um determinado grupo. [Sílvio Romero pode ser descrito a síntese destas últimas reflexões, afinal perseguiu com particular afincio àquela visibilidade, compôs ambientes destacados da intelectualidade e ocupou respeitados postos do funcionalismo.](#)

O subcapítulo **1.3. Sociologia à brasileira: das cátedras de direito ao ensaísmo**, por fim, fecha a primeira seção de análise da tese. O objeto de tese está ligado ao contexto de formação da sociologia brasileira, por conseguinte, [é necessário observar a implantação de tais cursos e como acabaram por contribuir para o debate social. Destacam-se os cursos jurídicos, mas, obviamente, será observado também o de medicina, em virtude de ser a formação de Bomfim e, entre outros fatores, cuja prática profissional concorreu para a formação das ideias do médico. Além desse aspecto, uma pequena revisão da bibliografia dos autores em relação às influências da constituição do seu pensamento. Tais reflexões para perceber como trajetórias diferentes, ainda que ligadas às transformações do século XIX para o XX, concorreram para determinados e distintos posicionamentos dos autores.](#)

Logo, o capítulo 1 propõe a iniciativa de discutir sobre [Romeros](#) e os [Bomfins](#) que as produções a seu respeito empreenderam. Isso, levando-se [em](#) consideração os pontos que esta tese estabeleceu como recorte para a escolha de determinadas obras, a fim de atingir seus objetivos. Entre tais características, foi destacado o momento em que foram produzidas, ou seja, a conjectura se tornou um significativo aspecto de análise deste trabalho. O outro ponto que o capítulo busca refletir é sobre os meios e os códigos de comunicação da intelectualidade brasileira da virada para o século XX, à procura tanto de visibilidade quanto de afirmação no meio erudito da época. Em outras palavras, ser um intelectual, frequentar os circuitos de convívio usual desses indivíduos demandava do aspirante não somente [erudição](#), mas, em particular, o domínio de rituais e linguagens próprias, em que aqueles doutos se reconheciam mutuamente. Assim, o aspirante poderia obter ganhos tantos simbólicos quanto a visibilidade e o reconhecimento enquanto homem

de letras, quanto objetivos, por meio da indicação a encargos e o alavancamento de carreiras políticas, por exemplo.

É algo usual que um determinado autor, que obteve destaque, possua várias e distintas leituras a seu respeito. Sílvia Romero e Manoel Bomfim não foram exceções a essa regra. A cerca de ambos há diversas visões, desde sua contemporaneidade até o presente. Em tais diferentes visões estão contidos acalorados debates, com críticas e contestações, artigos desde áulicos aos de sincero apoio de parceiros e amigos. Em suma, pontos de vista em diferentes vieses e contextos. No presente, são mais comuns os textos acadêmicos como teses, dissertações e artigos científicos. Esses últimos no empenho de refletir e analisar, em perspectivas várias, a respeito das obras e do pensamento, do contexto intelectual e social dos seus respectivos objetos. Enfim, na busca por compreender a dimensão que determinados autores tiveram. Por esse motivo há interpretações distintas a respeito deles, não raro, antagônicas inclusive. Logo, a princípio, far-se-á uma exposição comentada das diversas perspectivas, ao decurso do tempo, sobre as distintas leituras que Romero e Bomfim tiveram a respeito deles.

O texto principia com os trabalhos relativos a Manoel Bomfim. Isso porque os trabalhos levantados apresentaram uma significativa maior variabilidade de facetas em relação ao seu objeto de estudo do que os congêneres em relação a Sílvia Romero. Entre tais visões sobre Bomfim, há o educador, o historiador, o médico, o psicólogo, o revolucionário e o visionário, por exemplo. É óbvio que esse conjunto de distintas óticas dependeram tanto dos objetivos de análise dos respectivos estudiosos quanto das perspectivas que o próprio autor ofereceu (em razão da sua trajetória e expressão do seu pensamento). *A priori*, pode-se afirmar até que tal aspecto de uma personagem multifacetada adveio da característica de Bomfim ser um polígrafo, que era um modelo de erudito bastante regular naquele Brasil da virada para o século XX. No entanto, no inventário feito, mais influenciou aquela ligação entre o próprio Bomfim e os esforços dos seus estudiosos em lhe compreender por meio de algumas daquelas características que apresentava. Então, diversos autores apresentam aqueles distintos Bomfim, que nas leituras individualizadas de cada trabalho realmente parecem se tratar de pessoas diferentes.

A análise sobre os diversos [trabalhos sobre](#) Sílvia Romero ficou para logo em seguida, em razão de certos aspectos que emergiram, a partir da observação dos seus respectivos estudiosos. Havia e caberia a possibilidade de vários Romero, igualmente em virtude de também de ter sido um polígrafo e de sua trajetória e expressão de pensamento. Todavia, o - como - no caso de Romero, põem todas as óticas sobre o autor em uma espécie de pertinaz prescindência sobre qualquer análise que a respeito dele fosse tomada no levantamento bibliográfico. O como a que aqui se refere foi o meio pelo qual Romero expressou seu pensamento, com uma ênfase e uma

verve bastante singulares. Portanto, o Romero crítico literário, historiador, linguista, cientista político, jurista e folclorista, por exemplo, se não características obliteradas, mas certamente secundadas pelo aspecto do grande polemista. O combatente das palavras, que não media esforços e palavras a defender suas posições, constringendo todas opostas, é a visão mais expressa sobre Romero. Isso, qual fosse a natureza do texto e sua temática.

Portanto, deixar a análise das leituras do autor lagartense logo posterior ao seu conterrâneo aracajuano foi quase um imperativo a fim de permitir uma discussão mais clara sobre as convergências e divergências entre ambos os autores trabalhados, [analisadas](#) nesta tese. Afinal, o objetivo deste trabalho é justamente refletir sobre aquelas discordâncias e confluências entre Romero e Bomfim. Sendo o último - o concurso das ideias de um e do outro - a característica mais especificamente observada, já que o usual foi compreendê-los como amplamente antagônicos. Logo, a reflexão sequenciada primeiro dos diversos Bomfim que foram apresentados e do rei da polêmica, possibilitam evidenciar os objetivos dos autores seus em relação à sua contemporaneidade.

1.1 Bomfim, o autor multifacetado

Sobre Manoel Bomfim é possível afirmar que há pelo menos três diferentes pontos de vista. [Algumas análises demonstram](#) a inserção de determinadas correntes teóricas e compreensões dos observadores do que propriamente [dos objetos](#). A primeira, curiosamente, é a do próprio Sílvio Romero, que se tornou um feroz crítico das ideias propostas por Bomfim, em sua obra inaugural *A América Latina: males de origem* (1905). Romero iniciou suas reflexões sobre Bomfim através de uma sucessão de artigos publicados na imprensa, como era usual na época. Os artigos foram editados ao longo de vários números da revista *Os Annaes*, entre 1905 e 1906, há tão somente 4 meses após o lançamento do livro de Bomfim. O que dá a perspectiva da urgência de Romero em desmentir e contrapor os argumentos do autor de *Males de origem*. O crítico, em síntese, salienta o desconhecimento e o despreparo de Bomfim ao lidar com os conceitos, sobretudo os raciais, e com a própria história da América Latina e do Brasil. Então, entendeu Romero que, apesar das credenciais Bomfim, bastante salientadas pelo crítico, operou uma sucessão de erros e equívocos, que resultaram em uma obra trôpega em sua essência.

Tal foi a inconformidade de Romero que, [bastante](#) diversa à prática rotineira de polemizar via periódicos, o crítico logo reuniu esses artigos em uma obra quase homônima [a do seu interpolado](#): *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, ainda em 1906.

O objetivo era claramente asseverar os rebates aos principais argumentos contidos em *A América Latina* (1905) de Bomfim. Desta feita, a primeira leitura sobre Manoel Bomfim é uma interpretação aguerrida que o afirma de uma maneira controversa, a princípio salientando suas qualidades, mas apresentando um resultado errático. Afinal, teria Bomfim compreendido equivocadamente as fundamentais premissas do pensamento em voga naquele transcurso do século XIX para o XX. O tom forte de Romero justificava-se devido a Bomfim contradizer e, inclusive, classificar de pseudocientíficos os pontos-chave das teorias raciais, aos quais Romero estava alinhado. Então, a primeira visão sobre Bomfim foi a de um autor em fragoroso erro de análise em relação ao seu próprio contexto de produção das ideias, contestações empreendidas por um contemporâneo e conterrâneo do autor.

As demais leituras sobre Bomfim surgiram a partir da década de 1930, são póstumas e têm uma sequência temporal intermitente. Característica que faz com que o autor permaneça, em geral, em certa penumbra com eventuais vislumbres. O trabalho inicial (que representa uma segunda visão) foi empreendido por Carlos Maul, em 1935, dois anos após a morte de Bomfim. Constituiu-se basicamente da tarefa de uma coletânea de textos de obras do autor. Apesar de essencialmente uma seleção desses excertos, ela conotou uma visão de um Bomfim altamente nacionalista e isso em um contexto em que tais sentimentos pátrios estavam em franca ascensão e tinham forte teor autoritário. Desta feita, teríamos um Manoel Bomfim pretensamente consorciado àqueles pensamentos autocráticos. De fato Bomfim era um nacionalista, essa característica é claramente observada em diversos dos seus [trabalhos](#). No entanto, em momento algum esteve alinhado a tendências centralizadoras e autoritárias.

A controversa perspectiva de Maul sobre Manoel Bomfim é a mais criticada entre todas. Autores familiarizados com a obra e o pensamento de Bomfim em absoluto o enxergam alinhado a premissas autocráticas. Inclusive, tal aspecto de uma pretensa inserção de Bomfim em ideologias extremistas e autoritárias não têm aderência aos fatos. Afinal, por exemplo, era um crítico do militarismo e, por conseguinte, do arbitrário governo Floriano Peixoto (1891-1894). Essas críticas valeram ao autor a desconfiança do regime e uma declaração de prisão quando da eclosão da Revolta da Armada (1893), ainda que Bomfim não tivesse qualquer ligação com o movimento sedicioso. A fim de evitar a detenção, Bomfim se refugiou com a família temporariamente no interior de São Paulo, na cidade de Mococa, onde um irmão seu já residia há alguns anos (Aguiar, 1999). É consenso que tal perspectiva a um extremismo nacionalista seria uma distorção de Carlos Maul, que possuía associação com o Integralismo. O movimento brasileiro era simpático ao Fascismo italiano e com esse dividia uma agenda que defendia, por exemplo, um governo de partido único, forte e autoritário e forte tendência nacionalista. Então, Maul teria objetivamente

selecionado e organizado textos de Bomfim que pudessem referenciar e ratificar o pensamento às inclinações políticas do organizador e não do autor em si. Enfim, Maul apresenta um Bomfim que pareceria, pela defesa nacionalista que fez, alinhado com o Integralismo brasileiro. Tal condução, afirmam os críticos, não levou em consideração o pensamento do [médico sergipano](#). Esse fato em si não é incomum e revela uma característica que leituras ou releituras de determinadas obras podem sofrer interferências da conjuntura e daqueles que empreenderam [determinadas](#) análises. Característica que em absoluto invalida os esforços interpretativos, desde que não tendenciosos ou que se proponham a julgamentos de valor, por exemplo. Porém, talvez possibilitem a desconstrução da composição do pensamento e da ciência de uma maneira purista.

Os trabalhos anteriores fazem parte de uma série de estudos que talvez se possa classificar como *isolados*. Por este aspecto deve-se entender uma seleção que não necessariamente faz parte de um conjunto e em um determinado contexto, sendo mais um produto de iniciativas individuais dos pesquisadores. A partir de *Pensamento político no Brasil - Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* (1979), de Aluísio Alves Filho, abriu-se uma sequência de trabalhos sobre o intelectual. Assim, produziu-se certa retomada sobre o autor, que ganhou maior expressividade em princípios da década de 1990, em virtude do centenário da primeira publicação da sua obra inaugural “*A América Latina: males de origem*”. O estudo de Alves Filho (1979), inclusive, abertamente cita a si próprio como uma obra de retomada de um intelectual brasileiro que passou décadas sem quaisquer referências, sobretudo em uma perspectiva de estudos mais sistemáticos. O próprio Alves Filho (1979) aponta, no final do texto, uma série de razões para o esquecimento do médico sergipano que, em síntese, podem ser descritos na perspectiva de que, primeiro, Bomfim criticou veementemente o *Darwinismo Social*, em particular, nas óticas de caráter mais ligadas ao racismo científico, que pressupunha uma relação de superioridade e inferioridade entre os indivíduos classificados como de distintas raças. Tal pensamento era claramente vigente, por consequência, críticas conotavam impróprio, pois o pensamento de base racial seria algo líquido e certo. O outro ponto importante é que Bomfim esteve de fora das principais *igrejinhas literárias* de sua época. A expressão é uma refinada ironia assinalada por Broca(2004) para identificar nada mais do que as instituições de maior expressividade intelectual, no Brasil daquela transição para o século XX. Espaços de afirmação que os candidatos a homens de letras brasileiros disputavam, não raro, com grande afincio por compô-las.

Em particular, a partir da década de 1990, houve o princípio de uma sequência de trabalhos sobre Manoel Bomfim, não apenas os acadêmicos, mas também textos de introdução e apresentação de reedições de obras de Bomfim, como os de Maria Thétis Nunes e Darcy Ribeiro. Thétis Nunes escreveu o opúsculo *Manoel Bomfim, pioneiro de uma ideologia nacional* (1997),

no texto se sobressaem três aspectos: o primeiro é a motivação da produção, o fato de Bomfim ter sido um intelectual destacado em seu tempo, mas esquecido naquele presente. O segundo ponto salientado foi a destacadíssima atuação Bomfim enquanto educador. Por fim, a inserção do autor na voga do pensamento do período, em relação às teorias biológicas e ao pensamento socialista. Esse último aspecto é bastante significativo, visto que tanto a historiadora foi bastante ligada àquela linha de pensamento quanto o próprio Bomfim também foi identificado inserido ao socialismo por autores anteriores a Thétis Nunes, Flora Sussekind e Vamireh Chacon, melhor detalhado mais à frente.

Darcy Ribeiro também elaborou um texto sobre Manoel Bomfim. Semelhantemente pretendia o antropólogo compreender as razões que explicariam aquela ausência de citações, análises e observações a respeito do autor de *Males de origem*. Característica contraditória para Ribeiro, já que compreendia que a relevância do pensamento *bomfiniano* deveria ter produzido o resultado oposto. Não apenas pela ótica de distintas ciências, Ribeiro observa, sobretudo, uma espécie de Bomfim pré-freiriano, em que a raça não mais representa uma dificuldade ou um ponto desfavorável, mas o oposto: um importante e valioso ativo da nação brasileira. É, conseqüentemente, a visão do antropólogo sobre um autor que vivenciou o auge, no Brasil, do debate racial que, por suas premissas, condenava esse mesmo país a uma marginalidade em relação às potências civilizadas, já que possuiria uma nação mestiça e de uma composição de raças descritas como degeneradas.

É curioso e inquietante que os artigos de Nunes e de Ribeiro tenham sido pivôs de certa polêmica, em um primeiro momento em virtude de quem seria a precedência em revelar um esquecido Manoel Bomfim. Muito embora a discussão não traga benefícios analíticos para a compreensão do objeto, revela a característica do meio intelectual à polêmica. Elemento que é explorado por esta tese no caso de Romero e Bomfim. A controvérsia entre Nunes e Ribeiro expõe o anseio de determinados membros do meio intelectual de afirmar determinada ótica. De início é interessante observar que a pequena querela possui certo componente bairrista, já que Thétis e Bomfim são personalidades do mesmo Estado, que tem pouca visibilidade e dinâmica socioeconômica. No fim, a discussão mais se fez por parte de pesquisadores de Bomfim, que utilizaram os textos de Thétis Nunes e Darcy Ribeiro como fonte, do que a historiadora e o antropólogo.

Com o centenário da obra inaugural de Bomfim, *A América Latina: males de origem* (1905), houve uma sequência de trabalhos um tanto mais continuados a respeito do autor e, em geral, originados da academia. O espaçamento inicial das análises a cerca de Bomfim intensificaram aquela concepção de que seu nome, sua obra e seu pensamento foram esquecidos. Aspecto que

acabou por se tornar um elemento tanto de uma simples inquietação quanto de determinadas investigações sobre Bomfim. Isso é particularmente observado entre os seguintes autores: Maria Thétis Nunes, *Manuel Bonfim (1869-1932)* [1994], Vamireh Chacon, *História das Ideias Socialistas no Brasil* (1965); Aluizio Alves Filho, *Pensamento político no Brasil - Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* (1979); Ronaldo Conde Aguiar, *O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim* (1999); e José Carlos Reis, *As Identidades do Brasil 2 - De Calmon a Bomfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?* (2006). Todos esses autores reclamaram e/ou refletiram a respeito da penumbra que pairava sobre o autor de *A América Latina*, o que tornou essa característica um ponto de análise sobre Bomfim. Quais seriam as razões que explicariam tal obscurantismo sobre um autor ao qual se atribui um considerável destaque enquanto um tradutor da realidade social brasileira do seu momento?

As interpretações a respeito das razões do silêncio ou do quase esquecimento sobre Manoel Bomfim perfiguram, geralmente, sobre dois vieses. O primeiro assinala Bomfim um pioneiro da crítica das premissas raciais, que o granjearia a uma espécie de pensador à frente do seu tempo. O segundo, como um intelectual obliterado em razão de suas contestações às contradições socioeconômicas do Brasil de sua época. Nessa perspectiva, a sombra sobre Bomfim é concebida, então, como uma reação conservadora, que visou silenciar um autor audaz e comprometido com temas sociais e democráticos. Ora a perspectiva do singular crítico das premissas raciais, ora o pensador engajado em causas sociais, a sofrer as consequências de tais posicionamentos, são elencados por estudiosos de Bomfim a fim de explicar certo período de desconhecimento sobre o autor e seu pensamento. O exame dessa questão, portanto, tornou-se um ponto de análise importante e do qual qualquer um que se aventure a destrinchar as concepções de Bomfim tem que lidar. Em outras palavras, é uma parte do esforço de compreensão sobre Bomfim igualmente tentar ilustrar as razões do período de alienação do autor de um público geral. O silêncio sobre Bomfim tornou-se bastante revelador na disposição de inquirir o seu pensamento e as influências de sua conjectura.

Entre os pesquisadores citados, certamente Alves Filho (1979) é o que mais se incumbiu de explorar as razões pelas quais a produção de Bomfim passou por um hiato de estudos e citações. No ensaio sobre Bomfim, do professor Alves Filho (1979), expõe sete possibilidades que justificariam o silêncio sobre o autor. De maneira sintética, os sete pontos elencados por Alves Filho (1979) se conduzem a ilustrar como o autor de *Males de origem* construiu suas proposições em relação ao seu contexto. Essa associação, segundo o pesquisador, é o elemento-chave para a apreensão do pensamento de Bomfim, já que se constituiu a partir de uma posição distinta a da propensão da época. Porém, tal posicionamento controverso em si não representava uma

vanguarda, já que contestações às premissas raciais já havia e Bomfim então toma apenas uma posição distinta da voga do período, em razão das contradições que apresentavam. Afinal,

Com relação a Bomfim, vimos que rejeitava as teorias racistas. *Isto era possível não porque estivesse “na frente” do contexto, mas porque as próprias contradições existentes neste, tornavam possível a elaboração de um instrumental teórico que se contrapunha ao “colonialismo arianizante”.* [...] Combatia um por um os argumentos dos ideólogos racistas. Denunciava-lhes os objetivos, esfacelava-os em suas contradições internas, questionava suas bases empíricas, utilizando a biologia e a antropologia de sua época. (ALVES FILHO. 1979. p. 59)

Bomfim, conseqüentemente, refletiu sobre as questões vigentes de sua contemporaneidade, percebendo os paradoxos contidos nas teorias de caráter racial. Daí, tomar uma posição diversa era a manifestação de uma reflexão racionalmente constituída a partir dos referenciais de que dispunha. Logo, perceba-se que discurrir a respeito das razões do período de anonimato de Bomfim se tornou uma chave analítica. E, para tal percepção deve-se observar como pesquisadores ponderaram a respeito dessa característica de esquecimento de Bomfim a fim de depreender sobre a produção do pensamento do autor. Aspecto mais explorado por Alves Filho (1979), que influenciou os demais trabalhos sobre Bomfim, em particular, o de Conde Aguiar (1999).

A linha mais divergente a essa condução analítica de abordar as razões para o hiato experimentado pela contribuição deixada por Manoel Bomfim é a de Reis (2006). Salienta que o uso e a insistência, por parte do autor, de uma linguagem biológica e de um modelo analítico evolucionista contribuiu para um menor número de leitores interessados em seus textos. Naquele momento, o **materialismo histórico** tornava-se mais influente e corrente entre aqueles que se propunham a analisar a realidade brasileira e suas controvérsias. Já nas primeiras décadas do século XX, período de Bomfim, que morreu em 1932, importantes textos do socialismo já haviam sido publicados. Logo tornaram-se leitura presente e até mesmo obrigatória em diversos circuitos mais sensíveis aos debates a respeito das contradições de ordem socioeconômica, relações sociais e de trabalho, em particular. A insistência de Bomfim, por assim dizer, no argumento biológico, segundo Reis (2006), pareceria certo apego a um modelo que estaria superado, não engajando determinados espectros de leitores. Interlocutores, portanto, que ansiavam por outra tendência de teorias a fim de orientar suas cogitações.

Outro aspecto levantado por Reis (2006) a respeito das dificuldades disseminação dos textos de Bomfim é que seriam muito rebuscados e prolixos. Apesar da pertinência e da contemporaneidade dos temas tratados pelo autor e na perspectiva de como os tratava, ele ainda escrevia à maneira do século XIX. Reis (2006) afirma que tal aspecto derivaria das convicções

nacionalistas de Bomfim, culturalmente alicerçadas ao nacionalismo idealizado pelo Romantismo brasileiro. Elemento que se soma e resulta na confessada admiração do autor, por exemplo, pela obra do poeta romântico Castro Alves. Nunes (1994), tal como Reis (2006), em certa medida, corrobora essa visão, observando que, para um público mais amplo, Bomfim já não se tornava tão atraente. Enfim, para Reis (2006) o esquecimento de Bomfim deve-se também às próprias características de um autor que já não se tornava tão sedutor a um amplo conjunto de leitores. Isso, em virtude do afinco de se utilizar de uma teoria cada vez menos trivial entre os autores e pensadores do século XX e escrita muito burilada.

Enfim, tem-se até o momento a concepção de um Manoel Bomfim engajado em temas e causas populares e, por distinguir-se da disposição geral de sua época, conquistou certa aparência de vanguardismo. A consequência dessa ousadia foi o silêncio sobre si e sua obra. Resultado algo que produzido por certos grupos sociais, que se sentiram ameaçados em seus privilégios em virtude das reflexões e posicionamentos de Bomfim. O silêncio, por conseguinte, seria o meio de obliterar aqueles ideais contidos nas críticas às teorias raciais. Isso, com o objetivo de que convicções de caráter mais popular não obtivessem maior expressão social. Bomfim, portanto, pagaria com o esquecimento o preço por defender suas ideias. Essa é, de uma maneira muito sucinta, um meio de observar a questão, que representa a ótica geral que se apura das leituras do recorte de alguns autores assinalados, que trabalharam Manoel Bomfim.

Em grande medida, aquele vanguardismo de um Manoel Bomfim aguerrido defensor de causas concebidas como populares, enfrentado concepções racistas e reacionárias foi compreendido e visualizado por outro recorte de autores, como um socialista. Afinal, as críticas do autor àquelas premissas raciais incidiam sobre sérias contradições políticas e socioeconômicas. O que fazia Bomfim aproximar-se do que se pode classificar de causas sociais, em particular, em defesa de uma educação de massa, pública e gratuita como elemento substancial para a transformação social. Quando, mais tarde, se desencantou desse projeto de caráter mais civilizatório, propôs a ação revolucionária. Em outras palavras, alguém que buscava não apenas a compreensão do mundo, mas sua transformação. Tais aspectos de severas críticas e proposituras de alteração de estruturas opressoras, que marginalizam determinados grupos sociais foi o primordial posicionamento de Manoel Bomfim ao longo de sua trajetória de vida e constituição de pensamento, que certo espectro de seus estudiosos consorciaram ao socialismo.

As posições tomadas por Bomfim, portanto, em clara oposição àquelas contradições de sua contemporaneidade, de um modelo de progresso, contribuíram para que determinado conjunto de estudiosos o interpretasse inserido no **materialismo histórico**. Nessa tendência de um Bomfim socialista destacam-se, sobretudo, pesquisadores a exemplo de Thétis Nunes (1994), Vamireh

Chacon (1965) e Sussekind e Ventura (1982). A interpretação de um Bomfim inserido no materialismo histórico advém, em determinada perspectiva, do contexto dos pesquisadores, entre as décadas de 1950 e 1990 (época da maioria daqueles trabalhos). Diversos daqueles autores estavam ligados àquela categoria conceitual e a utilizavam no intuito de ponderar a respeito das motivações e das incoerências do processo socioeconômico brasileiro. Elemento coerente com o decurso de avanço de forças produtivas do capital, ao longo do século XX no Brasil. Processo que provocou profundas transformações, entre elas, o avanço do capital e da produção, uma significativa expansão do urbanismo e do comércio, mas esse dinamismo concentrou-se em determinadas regiões do país e grupos sociais. As desigualdades sociais e de desenvolvimento entre as regiões brasileiras e do Brasil em relação aos demais países do centro do capitalismo inquietaram os pesquisadores no intuito de compreender e refletir sobre alternativas àqueles graves paradoxos.

Analogamente aos seus estudiosos, Manoel Bomfim experienciou e refletiu sobre o seu momento - período de transição do século XIX para o XX - recorte temporal deste texto. Período de também significativas transformações políticas, com a substituição do regime monárquico pelo republicano, e socioeconômicas, com a liberação da mão de obra escravizada dos negros de origem africana e avanço de forças produtivas, que estimulou as atividades urbanas. O singular contraditório no caso brasileiro estava no fato de que a futura mão de obra urbana era composta de recém-libertos do escravismo que, na Europa, foram formados pela expulsão de contingentes de camponeses do meio rural para as cidades. Outra distinção significativa é que a elite de tendência liberal brasileira não era fabril ou financeira, como na Europa, mas essencialmente agroexportadora. Portanto, as transformações daquele novo Brasil republicano fazia sentido àquele grupo social brasileiro elitizado desde que endossasse o setor agrícola de exportação. Desse modo, o quase novo elemento social dos recém-libertos não se tornou operário, mas se adaptou às bordas desse novo contexto, sobrevivendo de subempregos, em geral. Foi, sem dúvida, um largo processo de transformações para o país, ainda que recaindo sobre patamares conservadores. Afinal, houve a continuidade da grande propriedade rural, monocultora e exportadora, em consequência, a manutenção do Brasil em um modelo econômico bastante dependente do comércio exterior alicerçado na exportação de *commodities* e na expressa controvérsia da existência e marginalização do ex-escravizado. Características altamente contraditórias, já que a república afirmava-se, em vários aspectos, a superação do passado colonial brasileiro, representando, em consequência, uma ruptura que viabilizaria o futuro de civilização e progresso para o Brasil. Todas essas questões em um contexto internacional de avanço de forças produtivas capitalistas, em uma rápida expansão

da Europa, em um forte movimento imperialista. Processo balizado pelo liberalismo que, em linhas gerais, apregoava o indivíduo e a iniciativa privada como chave do progresso.

A associação de Manoel Bomfim com o socialismo se tornou outra linha de análise importante para esta tese. Desta feita, esse aspecto se revelou outra característica destacável no levantamento bibliográfico. O que tornou o exame e a reflexão de tal propensão também parte da própria investigação a respeito de Manoel Bomfim. Isso, semelhante ao que ocorreu com a questão do esquecimento sobre o autor e sua obra. O recorte de estudiosos do autor de *Males de origem*, que destacaram essa característica de um Bomfim socialista impuseram, então, duas questões de reflexão. Uma primeira, a direta contradição com Reis (2006), que reporta como limitações do autor em relação aos seus potenciais leitores a prolixia dos seus textos a forte ligação com a teoria do evolucionismo, quando o materialismo histórico se apresentava como o novo e já possuía um espaço constituído. O outro problema foi compreender a qual modelo de socialismo aqueles estudiosos se referiam, já que o usual é logo considerar o marxismo, e o como, por qual meio ou característica consideraram Bomfim consorciado ao socialismo. No geral, esse meio está ligado à concepção de busca pela igualdade dos indivíduos ante estruturas excludentes.

O materialismo histórico tornou-se, então, o ferramental metodológico usualmente utilizado para se analisar e contestar aquela estrutura excludente imposta pelo modelo de desenvolvimento de uma cultura político-econômica ocidental. No século XX, temas como o subdesenvolvimento e o imperialismo estadunidense foram bastante explorados pela intelectualidade latino-americana. Era patente o distanciamento, em diversas ordens, dos países daquele continente com potências centrais, em particular a grande potência, os EUA. Logo, o materialismo oferecia meios não apenas de questionamento, que explicariam o atraso do continente, mas também formas de superação. Como observado, algo semelhante ao que Manoel Bomfim já havia empreendido na transição do século XIX para o XX, mas se utilizando do evolucionismo. Nesse período, as questões do desenvolvimento perpassavam pelas teorias raciais. A raça era o fator fundamental para se afirmar que uma nação era ou não **civilizada**, leia-se, desenvolvida. Ao contestar os modelos europeus, baseados na concepção de raça, ao denunciar tais perspectivas como produtoras de exclusões e ao propor meios de superação de desigualdades, sem se aperceber do fato, Bomfim criou uma conexão com os seus futuros pesquisadores, décadas depois. Compreenderam tais pesquisadores que o pensamento de Bomfim e seu contexto eram análogos aos que eles próprios vivenciavam. Conceberam, então, que o autor da transição para o XX, de alguma maneira, estava compreendido dentro das proposições do materialismo histórico. Afinal, por exemplo, a defesa de uma educação de massa, pública e gratuita como uma resposta às graves desigualdades sociais parecia perfeitamente se consorciar com projetos da segunda metade do século XX, com o semelhante

intuito de superar contradições sociais. Assim, tais estudiosos leram Bomfim como uma espécie de um dos pioneiros do socialismo no Brasil.

Perceba-se que novamente aparece a ótica de uma espécie de Manoel Bomfim vanguardista. Quando o tema era o esquecimento, o silêncio sobre autor seria egresso de um descortino que o pensamento *bomfiniano* teria entabulado previamente sobre os axiomas raciais, anteriores ao próprio Gilberto Freyre. Um Bomfim ligado há pressupostos socialistas possuiria semelhante perspectiva de apontar o autor como uma espécie de precursor daquela teoria no Brasil. Muito embora Chacon (1965) afirme que:

O socialismo não é uma ideia exótica no Brasil; tem suas raízes históricas, há mais de um século, com seus líderes marcantes, seu acervo de lutas e conquistas, embora quase nunca registrados pela Historiografia oficial.

As reivindicações nativistas, em favor da Independência brasileira, não foram sempre apenas políticas. O Nacionalismo andou associado ao Igualitarismo, em movimentos como a Conspiração dos Alfaiates em 1789, também chamada de Inconfidência baiana, já reivindicando a Igualdade econômica, e não só a Liberdade. E na Inconfidência Insurrecional de Pernambuco, em 1817, havia igualitários rousseauianos, Robespierres ou Marats nativos, como o Padre João Ribeiro, e não só os anglófilos como o José Martins, ou americanófilos como o Cabugá. (Chacon. 1965. p. 13).

Essa é a composição inicial do autor, em um capítulo intitulado **Aparecimento das Ideias Socialistas no Brasil**. Logo vaticina que há uma tradição socialista brasileira, bem mais antiga do que usualmente se acredita, mas “quase nunca [registrada] pela Historiografia oficial”. Em manuais de História, por exemplo, o socialismo aparece somente quando ocorrerem as grandes manifestações trabalhistas e fundação de um partido político de tal caráter ideológico, nas primeiras décadas do século XX. Outra argumentação que assinala que a reticência e o alheamento ocorreu em relação a Bomfim foi resultante à vanguarda e ao arrojo de tocar em temas muito sensíveis. Logo, o socialismo no Brasil, seus precursores ideólogos, vanguardas sociais, à semelhança da produção de Manoel Bomfim, também se encontra em um hiato historiográfico, em uma penumbra de silêncio.

Naqueles manuais de História em geral é citado o movimento pernambucano de 1848 como o primeiro no Brasil influenciado por uma ideologia socialista. Era o socialismo francês - denominado de utópico - o qual Chacon (1965) já observa influenciando anteriores movimentos pernambucanos:

O pioneiro influxo socialista, *laico*, apareceu em Pernambuco, nos meados do século XIX, como repercussão do Socialismo francês pré-marxista, ou “utópico”,

de Saint-Simon, Cabet, Fourier, Louis Blanc, Proudhon, Leroux, e do Cristianismo social de Lammenais e Lacordaire. (Chacon. 1965. p. 14).

A palavra-chave, para a compreensão da questão, é “pré-marxista”, já que há aquela conotação usual de que socialismo e marxismo são conceitos *ipsi litteris* sinônimos. Tende-se, quando se fala de socialismo, falar-se imperativamente do marxismo, ignorando-se todas as demais correntes. Na prática, o marxismo é uma vertente do socialismo, de certa feita preponderante entre aqueles que se conceituam pelos princípios do igualitarismo. Ao citar Tobias Barreto e sua notada influência alemã, afirma Chacon (1965) que “[...] foi o primeiro brasileiro a vibrar com a descoberta de Marx, já em 1883, [mas] nunca a transformou em mensagem de agitação das massas; [...] (1965. p. 17). Portanto, o pré-marxista seria uma espécie de sentença definidora de quem pode ser classificado de socialista no Brasil, anteriores às primeiras greves operárias de São Paulo, do anarco sindicalismo e fundação do Partido Comunista Brasileiro, isso em uma ótica generalizadora. Processo que contribuiu, por conseguinte, à concepção de um Bomfim ligado ao socialismo, pois buscou a transformação social por meio da educação. Embora não utilizou aparato teórico do socialismo, mas o do evolucionismo. A busca pela igualdade social e o rompimento de estruturas socialmente excludentes seria, então, o fator chave para identificar o Bomfim socialista.

A preocupação de Chacon (1965), por conseguinte, foi realizar uma sociologia do conhecimento, em que pretendeu analisar a trajetória das ideias socialistas no Brasil. Isso no intuito de explorar a possibilidade de existirem escolas socialistas brasileiras, que classificou como “desaparecidas” (Chacon. 1965. p. 6). Nessa característica se encaixaria Manoel Bomfim, que é enfatizada no capítulo **A encruzilhada do nacionalismo**. Parte em que Chacon (1965) faz uma pergunta que se tornou emblemática: “Por que não se fala neste Manuel Bonfim???” [sic] (1965, p. 359). Mais uma vez, a reafirmação veemente daquele silêncio sobre o autor de *A América Latina: males de origem*. Porém, nesse ponto, para refletir que o socialismo no Brasil foi um

“[...] Nacionalismo defensivo - de área mais objeto que agente de imperialismos, como a nossa muitas vezes transborda da reivindicação da Igualdade internacional, para a igualdade interna, mais que jurídica, econômica. [...] na Revolução nacional, democrática e anti-imperialista, embora como etapa” (1965. p. 351).

Assim, é possível refletir outro aspecto de por que Bomfim foi inserido no rol de autores perfilados com os princípios do socialismo, para além daquelas razões já suscitadas pelo texto. Essas explicações estão contidas basicamente em dois conceitos: o nacionalismo e a igualdade. Praticamente Bomfim reescreve a história brasileira a partir de uma perspectiva, de fato,

amplamente nacionalista, fortemente fundamentada em sua reconhecida lusofobia (Aguiar. 1999; Reis. 2006). Logo, eventos e datas consagradas, a exemplo, da independência foram questionadas, propondo-se outras que, na visão do autor, seriam muito mais do que apropriadas, corretas mesmo. Essa visão nacionalista em alguma maneira coaduna-se a de Chacon (1965), já que o socialismo no Brasil possuiu um teor nacionalista enquanto elemento de enfrentamento ao imperialismo estadunidense. Característica política que Bomfim já dava alertas em 1905 (em sua obra inaugural) (Bomfim. 2005).

Ainda nesse quesito do nacionalismo, é interessante frisar dois pontos de atenção de Chacon (1965), que são bastante reveladores de leituras de autores que seguiram esta tendência interpretativa de um Bomfim algo que pioneiro do socialismo no Brasil. Um primeiro ponto é a ideia de **coalizão de classes**, que em razão de certo espírito nacional, reuniu as distintas estratificações sociais brasileiras que manteriam entre si uma espécie de unidade em prol do país. Aspecto compreendido como problemático, já que não produziria na classe operária brasileira uma **ideologia própria**. Elemento, segundo Chacon (1965), característico de uma “chamada esquerda [oriunda] de remanescentes do PC e intelectuais do ISEB” (1965. p. 352). O segundo ponto é com relação à compreensão dada à visão de processo de revolução por Bomfim. Esse elemento teria, no modelo *bomfiniano*, a potencialidade de reunir distintos grupos étnicos, classes e religiões. A inspiração estaria na “[...] Revolução equivalente à Cubana, em seu tempo, a Mexicana [...]” (Chacon. 1965. p. 358).

Para Chacon (1965) haveria semelhanças entre os processos revolucionários cubano e mexicano, no tocante às suas motivações e às suas potenciais ações transformadoras, apesar da diversidade dos contextos de ambos os movimentos. O ponto de interseção seria a busca pela ruptura de uma estrutura excludente e, em consequência, produtora de graves contrastes sociais por outra propositora justamente do oposto, de uma relação de igualdade. Essa a ideia-chave, a concepção de igualdade, na esfera não apenas socioeconômica, mas de direitos e política. Aspecto que, para a análise de Chacon (1965), serviu para compreender e assentir a ligação de Bomfim com os princípios do socialismo. Ao defender a Revolução Mexicana no tocante aos seus ideais de igualdade, sobretudo por sua questão mais sensível, que foi a reforma agrária. Esse fator particularmente inquietava Bomfim, já que era um dos seus elementos fundamentais de análise. A posse e a concentração fundiária estavam na origem dos processos de colonização ibérica na América, permanecendo como marca essencial a representar as desigualdades sociais originadas do processo de colonização e das sociedades formadas nos pós-independências.

O conceito definidor de identificação ao socialismo, de acordo com Chacon (1965), é o ideal de igualdade. A concepção de igualdade inserida no socialismo estaria diretamente ligada à

aplicação de uma justiça social. Bomfim denunciava formas de desigualdade e graves contradições sociais que, leituras similares às de Chacon (1965), seguiram percepção análoga. O sociólogo, em grande medida, associou contextos e aplicou axiomas do materialismo histórico. Isso mesmo que paradoxalmente afirma em seu trabalho que Bomfim não se tornou um marxista, mas que de tais instrumentos teóricos se utilizou, na busca de compreender e transformar a sociedade brasileira de sua época. Assim, a partir de Vamireh Chacon (1965) é mais claramente possível definir como se organizam as concepções desse pressuposto de um Bomfim socialista. Algo, novamente, que para esta tese se tornou um importante elemento de análise das interpretações daquele ensaísta. Em consequência, serve de certa baliza para compreender outras leituras semelhantes de autores como Maria Thétis Nunes (1994) e Flora Sussekind e Roberto Ventura (1982). Esses últimos, por sinal, que conceituam que Bomfim teria feito “uma teoria biológica da mais-valia”. É um aspecto que chamou a atenção no levantamento bibliográfico e que não necessariamente invalida as investigações empreendidas, muito pelo contrário. Revelam os contextos e interpretações distintas que determinados autores e obras são sujeitos ao longo do tempo.

Por fim, é preciso apenas considerar mais um último aspecto da reflexão de um Bomfim socialista, que é a relação socialismo e evolucionismo. Brunkhorst (2015) afirma logo na entrada do primeiro parágrafo de um artigo que “Assim como a maioria das teorias sociais, a teoria de Marx é uma teoria da evolução” (2015. p. 153). Aparente a contradição deste texto, já que anteriormente assinalou que se é possível afirmar um Bomfim vinculado ao socialismo, o foi, mas não relacionado ao marxismo. No entanto, agora faz-se uso do marxismo a título de exemplo, já que é um modelo de socialismo, o mais conhecido e capilarizado, e Marx dedicou sua obra mais notória - O Capital - a Charles Darwin. Leão (2001), ao fazer uma crítica ao modelo teórico marxista do século XIX, baseando-se em Hobsbawm, diz que:

[...] a teoria estrutural-funcionalista aparentemente fornece um meio de libertar o marxismo do evolucionismo característico do século XIX, incluindo o pensamento de Marx. Todavia, se separarmos os mecanismos do desenvolvimento social daqueles que regem a evolução biológica, não há razão para não usar o termo “evolução” para os mesmos. Isto é coerente com a vontade de Marx de dedicar O Capital a Darwin e com o elogio de Engels a Marx colocado no túmulo deste por ter descoberto a lei da evolução na história humana, como Darwin tinha descoberto a evolução da natureza orgânica. Assim, Marx não dissociava evolução de progresso, pelo menos em termos do domínio crescente na história humana sobre as forças naturais, o que equivale a um juízo de valor sobre os diferentes tipos de sociedade (Leão. 2001. p. 141).

Observe-se a argumentação se direcionar em afirmar que assim como Darwin revelou as **leis** que regem a vida, Marx revelou as **leis** que regem o processo histórico das sociedades humanas. Fato

que talvez grangeia a controversa afirmação de que o marxismo teria aspectos de uma espécie de darwinismo social. Porém, o que mais importa a esta tese é a característica da premissa científica ocidental de produzir **leis**, ou seja, de paradigmas que deem conta de explicar determinado processo e, a partir desse, serviria á igualmente esclarecer outros. Assim ocorreu com o próprio evolucionismo de Darwin que, ao desvendar os mecanismos da vida, sendo esse elemento fundamental para compreender o desenrolamento do planeta Terra e do próprio ser humano, então, serviria para se compreender a progressão das sociedades humanas, daí o darwinismo social.

A influência de análises análogas ao evolucionismo, por meio da premissa ocidental das leis científicas gerais, é comum não apenas ao marxismo, mas também ao socialismo utópico ao qual Bomfim parece mais próximo. Brunkhorst (2015) cita, de Ideologia alemã, de Engels e Marx, “Porque tudo é evolução, os inventores do materialismo histórico só conhecem uma ‘única ciência’, ‘a ciência da história’” (2015. p. 154). Em outras palavras, a evolução biológica, no campo social, é semelhante ao transcurso das sociedades através do tempo. A apreensão de tal transcurso se daria justamente utilizando-se daquele ferramental teórico de referência biológica - que se estabeleceu uma lei. Em Bomfim, encontra-se fartamente essa característica através das suas análises históricas, sobretudo do processo de colonização ibérica da América. O autor fez amplo uso de analogias biológicas e da medicina para compreender o processo histórico de formação das sociedades latino-americanas, a partir daquele processo de colonização luso-espanhola. Categoriza que da forma como foi empreendido e o resultado observado (nas sociedades de sua contemporaneidade), que gerou sociedades pouco produtivas, conservadoras e corruptas e altamente contraditórias socialmente. A origem no processo histórico da - expansão marítimo-comercial europeia -, segundo Bomfim, foi um **mal**, o qual chama de “mal de origem” já próprio título de sua obra. Logo, a formação das nações latino-americanas, por meio daquele embrião europeu, foi equivalente a uma praga, uma doença, que se transmitiu e deixou sequelas naquelas nações do novo mundo, a reproduzir o **mal** de sua origem.

Não apenas a obra inaugural de Bomfim - *A América Latina: males de origem* - possui aquelas características de base evolucionista e forte conteúdo biologizante. Quase que toda obra possui tal tendência, que foi destacada pelo próprio autor, quando afirmou que:

Pessoalmente, na insignificância do meu pensamento, se me eliminassem do espírito a influência dos evolucionistas, seria como se lhe tivessem desfeito toda a estrutura de ideias. Poderia esquecer nomes; perder toda a memória das obras que li; mas sinto que não posso compreender o universo, a natureza, a vida, o espírito (...) senão como evolução. (Bomfim, 2006, p. 42).

A assertiva, contida na introdução da obra *Pensar e Dizer*, trabalho de psicologia, cuja primeira edição é de 1923, ressalta veementemente sua ligação com o evolucionismo e com Darwin. Então, para aqueles estudiosos de Bomfim, que o veem como um socialista, isso significa associar o autor a uma tradição de pensamento em que se concebe os processos sociais como uma evolução à semelhança a de Darwin. Afinal, transcurso político e socioeconômicos responderiam a **leis** compreendidas pela ciência. Daí, as gritantes contradições sociais observadas por Bomfim e soluções projetadas, naquele transcurso do século XIX para o XX, seriam de base análise assemelhadas a dos seus estudiosos, ao longo daquele último século. Havia também a inquietação de se pensar o Brasil e a América Latina em relação ao seu caráter de marginalização.

Enfim, têm-se diversos Bomfim que, sinteticamente, podem ser descritos como o polígrafo, o visionário, o esquecido e o socialista. Como usual em figuras multifacetadas, os diferentes ângulos percebidos podem se intercambiar, formando a figura talvez mais próxima do concreto. Objetivo, quem sabe, de boa parte dos pesquisadores, se não achar um recorte inédito, tentar produzir um que seja original. Assim sendo, o polígrafo, por exemplo, representa obviamente as distintas áreas do conhecimento que Bomfim dominava e atuou. O visionário foi a construção sobre o aracajuano, que ao criticar a voga do pensamento racial de sua época de certa feita fez criar sobre si tal imagem. O esquecido advém, na prática, de uma conjunção de fatores que concorreram, de fato, para que o autor passasse por um período de desconhecimento. Por fim, o socialista que foi, de certa feita, outra construção, que se alicerça na combatividade social de Bomfim às causas populares. Entre tais causas, a mais exemplar a educação pública e gratuita como meio de romper com estruturas sociais perversas e excludentes, ou seja, com a transformação social. O Bomfim que esta tese busca é o aguerrido defensor de uma determinada linha de pensamento, que contrastou veemente com a tendência dominante do seu momento. Isso, em prol de refletir sobre e constituir uma perspectiva de uma nação brasileira. Trabalho de fôlego, do qual ele não foi um único em seu período, foi o esforço de sua geração, em boa medida, mas que se destacou pela energia e por não confluir ao modelo hegemônico.

1.2. Romero, o crítico feroz

A visão sobre Sílvio Romero, a partir dos seus estudiosos, é um tanto mais homogênea do que as dos estudiosos de Manoel Bomfim a seu respeito. Ambos autores eram polígrafos e empreenderam interpretações diversas sobre o Brasil, utilizando-se da História, da Sociologia, da Política, da Filosofia, da Literatura etc. Bomfim ocupou-se, sobretudo, de análises de caráter

historiográficas, sociológicas e pedagógicas. Muito embora, sejam bem conhecidos também os esforços interpretativos do autor na área da Psicologia, por exemplo, ainda que em uma única obra. Porém, esse aspecto expõe e reforça mais ainda aquela visão de uma diversidade de leituras existentes sobre o médico. Afinal, trabalhos múltiplos, em temas distintos provocaram leituras igualmente várias sobre Bomfim. Logo, há abordagens a respeito do autor que apresentam, por exemplo, um Bomfim sociólogo, historiador, educador ou um Bomfim Psicólogo, por exemplo. No fim, torna o autor uma personalidade multifacetada, com várias interpretações em campos distintos.

A respeito de Sílvio Romero são particularmente conhecidas suas contribuições à crítica literária, como igualmente são muito bem cotejados seus textos sobre política, Folclore, Linguística e História, por exemplo. Aspecto que, muito provavelmente, proporcionaria aquela diversidade de perspectivas sobre Romero, semelhante ao que ocorreu com Bomfim. Todavia, as reflexões empreendidas sobre Romero crítico literário, ensaísta político ou folclorista convergem à característica do *polemista*, ou seja, do controverso autor que expunha seu pensamento, não raro, por meio do obstinado embate. Há *Romeros* diversos, a partir das distintas análises de seus estudiosos e nos diversos campos certamente. Conquanto, o peso da pena de Romero, através de suas efusivas polêmicas, em defesa dos seus pontos de vista, eram demasiadamente fortes e o elemento que primeiramente chama a atenção de quem o lê. Logo, a imagem mais comumente construída e expressa pelos estudiosos de Romero é a do implacável polemista, qual fosse o campo do conhecimento que estivesse a refletir.

Sobre Sílvio Romero, portanto, recaem, particularmente, as visões do grande crítico literário, do folclorista, do ensaísta político cuja a pena não apenas continha aquele particular peso, mas era igualmente manejada com incomum aptidão e ânimo (Mota. 2000). Na numerosa obra sobre o autor, que cobre os mais variados modelos: livros, teses e dissertações, artigos acadêmicos e ensaios, por exemplo, o polígrafo Romero é regularmente lembrado pela sua característica altamente combativa. O autor impunha controversamente aos seus contendores desde o mais cerimonioso respeito ao mais franco temor. Além das valiosas e inegáveis contribuições, em diversos ramos do saber, a marca mais evidente assinalada a Romero, pelos seus estudiosos, é o seu apego e particular habilidade de fazer suas análises entre enérgicas alusões, em que julgavam e fatos, pensamento e atitudes de seus interpolados, não incomum, de maneira invasiva, chegando às ofensas pessoais.

Também diverso a Manoel Bomfim, Sílvio Romero não caiu em um período de esquecimento. A relevância dos seus trabalhos, a atitude incisiva, os constantes embates intelectuais e a presença em determinado circuito de relações e instituições de sua época

certamente foram os fatores fundamentais para manter o nome de Romero em persistente evidência (Alves. 2010; Broca. 2004; Morais. 1994). Afinal, tais circuitos de instituições e de relações eram respectivamente responsáveis tanto pela constituição do capital social (Bourdieu) quanto pela visibilidade que o indivíduo poderia obter. O último, punha a pessoa em um conjunto com determinadas afinidades de ideias ou, no mínimo, em certa consonância de alguns pontos de vista e interesses. Tal espectro de pessoas poderia oportunizar os meios de viabilização daquele segundo ponto: granjear aos seus integrantes a determinados encargos àquelas instituições, que justamente promoviam *status* e a desejada exposição social que consolidava carreiras. Romero compôs, em um breve destaque, a Academia Brasileira de Letras (ABL) e foi docente do Colégio Pedro II, além de uma intensa participação na imprensa brasileira da época. As contribuições nos periódicos e a presença naquelas instituições conferiam um alto *status*, consagrando nomes, que conquistaram uma memória de longo prazo.

Outro elemento favorável àquela característica de visibilidade (que é alvo desta tese) é a ligação de Romero com a linha de pensamento hegemônica no Brasil de sua contemporaneidade. Essa tendência era o Darwinismo Social, que resultou na Tese do Branqueamento. Uma proposição local, à brasileira, que reiterava as percepções de superioridade racial e de caracterizar como degeneradas as populações mestiças. Romero era discordante dessa última, exceto se a miscigenação fosse com brancos europeus, a fim oportunizar à nação brasileira alcançar o grau de civilização. Essa concepção de constituição das nações através de uma premissa racial foi dominante no Brasil até poucas décadas depois da virada para o século XX. Esse ponto de vista ligado à concepção do branqueamento era uma ideia hegemônica no Brasil. Ainda que o branqueamento tenha-se mostrado uma premissa falha posteriormente e bastante contestada, já naquele momento de virada para o século XX. Mesmo assim, o branqueamento engajou boa parcela da intelectualidade brasileira do período, entre eles Romero. Aspecto que também contribuiu para a constante citação do nome do autor (Mota. 2000; Schwarcz. 1993).

Neste quesito da polêmica, Maria Aparecida R. Mota (2000), citando a obra *Itinerário de Sílvio Romero*, de Sylvio Rabello, dá informações que tal característica de Romero já seria egressa de sua infância. Os primeiros anos foram de casual convivência com os pais. A decorrência ocasional de epidemias, a exemplo da febre amarela e cólera, impuseram a Romero a transferência eventual para casa de parentes a fim de proteger sua vida. Esse convívio familiar fragmentado teria provocado no jovem uma atitude mais taciturna. E, o pai de Romero, um português, membro da Guarda Nacional, André Ramos era conhecido na vila de Lagarto (no interior da província de Sergipe) por seu “temperamento irascível, propenso às disputas políticas que degeneram em incidentes pessoais” (Mota. 2000. p. 32). Algo que literalmente parece uma cópia de um Romero,

de anos depois, consagrado intelectual e crítico literário, na Corte. Enfim, o jovem circunspecto e que já seria propenso ao gosto pelas letras tornou-se em um incansável autor de textos cuja a aferrada controvérsia era a característica mais patente.

Em razão daquele conjunto de características sinteticamente apresentadas, no hoje, faz-se leituras sobre Sílvio Romero, salientando bastante as suas características mais conservadoras. Em grande medida, tais leituras foram influenciadas por aquele temperamento irascível de Romero e da sua defesa aguerrida aos princípios do Darwinismo Social. Ironicamente, semelhante a Bomfim, uma das primeiras grandes críticas que Romero recebeu foi de um contemporâneo seu, José Veríssimo (1998). Não era qualquer contemporâneo, mas a pessoa com quem Romero possuía a mais conhecida e ruidosa rivalidade. Ambos disputavam o mítico título de *maior crítico literário* do Brasil. E, para alcançar tal posição honorífica, ambos os autores não se indispuseram à regular, obstinada e mútua contestação. Apesar dessa questão, Veríssimo (1998) fez uma análise sóbria e objetiva sobre Romero, enfatizando-lhe a inapropriação do ferramental teórico. Naquele princípio do século XX, as teorias raciais já estavam sofrendo grandes contestações. Ciente dessa tendência, Veríssimo (1998) se debruçou sobre o pensamento de Romero analisando-o como inadequado a dar respostas a que chegou, já que se utilizava daquela visão racista ultrapassada. Romero jamais se apartou da essência das teorias raciais e as manejou com singular engajamento em seus trabalhos, a fim de compreender o Brasil.

Em *História da Literatura Brasileira*, Veríssimo (1998) fez uma detida análise sobre a produção literária brasileira. Nessa obra, o autor chama a atenção de que tão importante quanto a produção literária em si é a existência de uma crítica literária qualificada, citando um artigo de Machado de Assis sobre o assunto, afirma que

Como quer seja, operou-se um salutar movimento de reação e houve manifesto alargamento do nosso espírito em geral. Começou-se a compreender que a crítica tinha um papel distinto e uma função necessária na literatura e a abandonar os seus processos puramente retóricos por outros em que entravam novos elementos de consideração na apreciação das obras literárias, a história, a psicologia, a etnografia, a sociologia, a política, enfim quanto atuava os escritores e os podia explicar e às suas obras. Em 1873, em um artigo em que é lícito enxergar o influxo das ideias que iam dar nova direção ao nosso pensamento literário e à crítica, Machado de Assis, verificando a carência aqui da crítica como ofício literário, lastimava-lhe a falta e reclamava-a como uma necessidade de nossa literatura. (Veríssimo. 1998. p. 390).

A crítica não seria, por conseguinte, um mero elemento de apreciação, mas de análise objetiva e em bases científicas. Assim, contribuiria para o desenvolvimento daquela produção artística, ou seja, a crítica literária e a produção seriam ou dois elementos de uma mesma forma de arte ou

ainda ou dois elementos que, em certa medida, dependeriam um do outro. A Literatura até poderia existir por si, mas com a concomitância da crítica literária a possibilidade da dimensão a ser atingida seria certamente outra. Tanto o é, que o excerto argumenta diretamente que para se alcançar aquela finalidade é imperativo haver a alteração de uma postura, a princípio retórica, para outra mais científica e acadêmica. A crítica não pode ser um aulicismo superficial, mas uma análise balizada naquilo que, naquela época de virada para o século XX, ganhava cada vez mais força: a ciência. As obras literárias reproduzem, por exemplo, contextos históricos e políticos, estados de espírito individuais e coletivos, demandas sociais etc. que, em consequência, precisavam ser analisadas à luz dessas ciências. O próprio Romero, em seus diversos trabalhos e artigos, defendeu tanto este posicionamento quanto prática em relação à crítica literária.

Assim sendo, era virtualmente impossível a Veríssimo (1998) não falar do crítico literário Sílvio Romero. Afinal, *a priori*, o autor diuturno e veementemente assinalava a ausência e a necessidade de haver uma crítica literária devidamente habilitada e em parâmetros científicos. Veríssimo (1998) reconhece tais esforços e competência de Romero, mas não sem lhe retornar, em parte, aquela habitual virulência.

Fora, porém, da poesia e do romance, ou da oratória parlamentar, justamente em plena e brilhante florescência nos últimos anos do Império, não produziu um conjunto de obras que se possam agrupar sob uma qualificação particular ou a que una qualquer pensamento ou ideia geral comum. A mais considerável saída desse movimento, menos aliás por virtudes intrínsecas que pelos seus efeitos, e esse produto direto do estilo criado em Pernambuco por Tobias Barreto, mas concebida e realizada no Rio de Janeiro, é talvez a já citada *História da literatura brasileira* do Sr. Sílvio Romero (1888). (Veríssimo. 1998. p. 335).

A princípio chamada a atenção o tratamento cerimonioso de *Senhor* Sílvio Romero, que raramente se vê designado a outros autores. Além desse aspecto da cerimoniosa deferência, que contém claro desdém, evidencia-se certa desqualificação do trabalho de Romero, que não teria originalidade ou independência em relação ao seu grande mentor, que foi Tobias Barreto. Na verdade, em páginas anteriores, Veríssimo desqualifica a própria concepção da existência de uma Escola do Recife. A virulência de Romero em relação aos seus pares, críticos e até adversários, a exemplo particular de Veríssimo (1998), justifiquem aquele dúbio posicionamento do autor de *História da Literatura Brasileira*, é o ponto que mais se destaca no excerto. Todavia, as inevitáveis citações são também um paradoxal elemento de reconhecimento dos esforços de Sílvio Romero.

1.3. Sociologia à brasileira

A sociologia brasileira surgiu inserida em um contexto histórico de consolidação do Estado imperial brasileiro, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, a partir da estabilização política do II Reinado (1840-1889), do *boom* econômico com a expansão da agroexportação do café e de atividades urbano-comerciais. Estas foram as condicionantes para o estabelecimento de diversas instituições de ensino superior e pesquisa no país. Entidades que foram responsáveis tanto pela formação de gerações de diversos jovens brasileiros quanto pela produção de **distintos** trabalhos, que investigaram as mais **várias** temáticas na época. Muitos daqueles jovens tornaram-se destacados intelectuais, cujo os diversos exames convergiam a dar contornos mais delineados sobre o que era o Brasil. Entender o que era esse território e sua nação, suas características e, em consequência, potencialidades, era a ambição que alimentou os *homens de letras* do entre-séculos XIX-XX (Schwarcz. 1993).

Este momento inicial de institucionalização da formação e da produção do conhecimento no Brasil foi obviamente marcado por características próprias. A primeira, já sintetizada no parágrafo anterior, que foi o contexto histórico, que permeou e criou as condições favoráveis para a constituição de um pensamento sociológico brasileiro. Outra importante característica, diretamente ligada a institucionalização da formação, ou seja, foi a fundação de faculdades, neste particular, **a de direito**. Tal ciência estava ligada a questões sociais objetivas, representando problemas cotidianos, cujo os tribunais eram responsáveis em lidar. Afinal, tinham que administrar a aplicação da justiça e o arbitramento **dos conflitos tanto** entre os cidadãos **em si quanto entre estes indivíduos** e o Estado. **Ambiente que se tornou ideal para os debates de caráter sociológico, já que as ações contidas no judiciário revelavam o cotidiano social e suas contradições. Portanto, a formação dos cursos jurídicos brasileiros tornaram-se o círculo propício para a formação da sociologia brasileira. Algo bem distinto** do que ocorreu na Europa, em que a sociologia tornou-se uma cátedra **acadêmica, a partir de debates egressos de discussões filosóficas, em geral, provocados pelas extensas transformações estruturais, consequências da 2.ª Revolução Industrial** (Giannotti *et. al.* 1983).

Aspecto também destacável do pensamento sociológico brasileiro foi sua forte ligação inicial à produção europeia. Uma explicação foi justamente a incipiência daquelas instituições de ensino e pesquisa. Elas basicamente seguiram modelos europeus, visto que, no país, não havia quadros de professores suficientes e com sólida formação. Além do que, os mestres que havia, em geral, eram formados na Europa, em particular, em Coimbra (Portugal). Portanto, não existia no Brasil ainda uma linha ou tendência de se constituir um pensamento brasileiro, daí avidamente buscar-se os referenciais do Velho Mundo, inclusive enquanto uma espécie de princípio de legitimação e autoridade. Não destacar os grandes mestres europeus significaria uma fragilidade

em relação àquilo que representaria a vanguarda das ideias do oitocentos. Por isso que Liedke Filho (2005) distingue que os intelectuais brasileiros eram mais “*homens de ação (políticos)*” do que propriamente produtores de óticas de entendimento social. No geral, reproduzindo dogmas europeus, neste particular, [as do](#) Darwinismo Social. Desta feita, tais intelectuais

Sob a influência desses autores [europeus] buscava-se equacionar duas problemáticas centrais – a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural. (Liedke Filho, 2005, p. 377).

Algo bem ajustável a Romero e Bomfim, já que o primeiro defendeu aquela visão mais racial de análise e construção de uma nação brasileira, que resultou na constituição da chamada tese do *Branqueamento*. O outro, Bomfim, defendeu justamente a posição oposta, classificada por Liedke Filho (2005) de “*relativismo étnico-cultural*”, ou seja, não ver na declarada formação miscigenada do povo brasileiro um empecilho ao seu desenvolvimento, mas o oposto. Dicotomia que, nesta tese, é denominada de discurso hegemônico *versus* o contra-hegemônico. Por esse motivo, Liedke Filho (2005), sintetizando, afirma que o pensamento sociológico brasileiro, do transcurso do século XIX ao XX, possuiu por tema identidade nacional, cujo debate foi influenciado, em grande medida, pelo Darwinismo Social, em particular de Spencer e de Haeckel. Desta feita, produziu-se uma tendência a uma visão pessimista da miscigenação, que opunha liberais *versus* autoritários. Esta questão de compreender o processo social por meio do elemento racial foi uma forte influência europeia que, no Velho Mundo basicamente justificava a sua expansão imperialista e que, aqui no Brasil, foi assumido e adaptado aos interesses das elites proprietárias do país.

[Ainda que separados por algo próximo a 20 anos de diferença entre ambos, Sílvio Romero e Manoel Bomfim viveram aquela problemática de perspectivas distintas. O grande crítico nasceu na cidade de Lagarto, na então província de Sergipe, em 1851. Pode-se, quem sabe, sarcasticamente, afirmar que em um momento crucial para o país, já que fazia aproximadamente um quinquênio que a *conciliação* estava em vigência. Foi o período que estabilizou o Brasil política e socialmente, pacificando as últimas revoltas regenciais e urdindo um acordo entre as elites proprietárias, da época. Então, o menino e o jovem Romero, filho de uma família proprietária de canavieiros, deste ponto de vista, inicialmente observou o Brasil. O grande crítico, por conseguinte, era um indivíduo procedente de uma família de proprietários rurais, ligados a um tradicional agroexportador, naquele momento em crise, de uma pequena e periférica província do norte do Brasil.](#)

Aquele conjunto de elementos, segundo Micelli (2001), eram a sequência bem-acabada daquilo que reconheceu como origem do *intelectual à brasileira*. No geral, homem, branco, de família proprietária em dificuldades financeiras. A busca por uma formação acadêmica era um dos meios que a família recorria a fim de amenizar a depressão social. Por tais condicionantes e claro interesse por uma sofisticada cultura letrada, Romero, em 1868, matriculou-se na Escola de Direito do Recife. Na instituição, destacou-se como aluno, logo demonstrando suas aptidões para uma erudição diversificada e o gosto singular pelo debate inflamado. O caso exemplar foi o episódio da sua defesa de tese, em 1875. Entrou em tamanho choque com membros da banca, em razão de um ponto sobre a metafísica, que resultou na sua intempestiva saída do ato da defesa e uma queixa crime por injúria, sendo posteriormente absolvido.

Ainda que Romero questionasse a qualidade da faculdade e de seus mestres, afirmando que a instituição era bastante influenciada por uma herança religiosa e que seu corpo docente apenas repetia desatualizados axiomas ao contexto, inclusive do próprio país. Em outros termos, o jovem Sílvio Romero era um filho de uma família proprietária, ainda com certa influência, mas com seus negócios em crise, de uma pequena província de uma região que pouco dinamizava-se, muito em virtude daquela crise do tradicional setor agroexportador açucareiro. Por expectativas e inclinações pessoais buscou a formação do direito no Recife que, apesar dos aspectos que o próprio crítico avaliava como controversos, teve contato e experiências a respeito do Brasil bem mais dilatados do que na propriedade de sua família, em N. Sr.^a da Piedade do Lagarto, na província de Sergipe. Encontrou Romero certamente um ambiente muito mais fértil e dinâmico às questões do Brasil de sua época, as quais se envolveu aguerridamente até o final de sua vida.

O panorama vivenciado pelo grande crítico, em sua juventude, foi de um Brasil sofrendo as consequências relacionadas à 2.^a Revolução Industrial (no país), o envolvimento na Guerra do Paraguai (1864-1875) e de um país em busca de sua afirmação enquanto nação. Em suma, viu e participou das discussões relacionadas às próprias contradições de um Brasil ainda bastante estruturado ao modelo legado pelo colonialismo português. Entre tais discrepâncias, chamava particular atenção a própria monarquia, o vulnerável modelo econômico agrárioexportador, fortemente consorciado ao escravismo de negros-africanos e descendentes. Ao fim, todos esses pontos convergiam para as questões de estruturação do Estado brasileiro, sua afirmação enquanto país e nação civilizada.

Segundo Liedke (2001), a sociologia brasileira, do século XIX para as primeiras décadas do XX, pode ser definida a partir de algumas características, algo que divididas em quatro pontos: o primeiro seria as influências ideológicas. Entre os nomes destacados está o de Auguste Comte, inexorável alusão em relação ao Positivismo. Afinal, foi altamente influente entre diversas

ciências, visto que, muito simplificada, o pensamento do filósofo francês fora fundamental para se estabelecer os parâmetros metodológicos de diversos saberes científicos. Mais particularmente ao Brasil, foram prestigiados os nomes de Ernest Haeckel e Hebert Spencer, chegando a compor grupos distintos de defensores dos princípios de um ou de outro pensador. Com relação a um segundo ponto são os - temas - das correntes discussões da época, que se orientaram pela relação da formação do Estado e da identidade nacional. Esse aspecto completamente imerso na questão racial, que aqui no continente sulamericano, em particular, relacionada a uma visão bastante cética sobre o forte caráter miscigenado dessas populações. O terceiro ponto diz respeito às problemáticas, associadas, em geral, a oposição entre uma perspectiva racista e outra relativista. Característica que, no plano político, demonstrava a oposição dos liberais e dos conservadores. Por fim, o ponto das etapas do pensamento sociológico brasileiro, cuja a primeira fase é basicamente composta de os indivíduos eram grandes personalidades eruditas - polígrafos - preocupados em refletir profundamente e delinear ações sobre aqueles temas iniciais da sociologia à brasileira: a formação do Estado e da nação.

Manoel Bomfim igualmente viveu tais discussões sobre Estado e nação brasileira, mas a partir de perspectivas distintas às de Romero. Em primeiro ponto, é preciso considerar que o médico sergipano já observou mais agudamente as consequências das tensões que a monarquia brasileira experimentou no pós-guerra do Paraguai. Houve um significativo avanço de movimentos que puseram em xeque a própria existência do regime monárquico. Um foi o republicano, que essencialmente argumentava que a monarquia era a representação de um passado colonial, uma pesada herança portuguesa que atrasaria o Brasil. A república seria o regime ideal para conduzir o país ao progresso que almejava e estava no contexto daquela época, de fins do século XIX, com a 2.^a Revolução Industrial. O outro movimento foi o abolicionista, ligado igualmente àquele mesmo contexto de consolidação do capitalismo, no intuito de estabelecer um sólido mercado, tanto de trabalho quanto consumidor. Essa literal lógica matemática capitalista era interpretada pelo próprio movimento de liberação dos elementos servis por uma perspectiva humanitária. Em razão da ligação íntima entre o passado colonial brasileiro e seu corrente regime monárquico com o escravismo, a eliminação desse modelo de trabalho e propriedade afetava a instituição do império brasileiro, também pelo viés argumentativo de uma herança do atraso lusitano.

A partir daquelas experiências e, igualmente, da trajetória e inclinações pessoais, Manoel Bomfim desenvolveu seu pensamento, que também discutiu o Estado e a nação no Brasil, singularizando-se por pensar o seu país inserido no seu conjunto geopolítico, a América Latina. Todo esse composto a partir de uma perspectiva oposta às premissas do racismo científico

defendidas por Romero. Afinal, entre outros aspectos, o médico sergipano não se caracteriza no modelo de intelectual brasileiro pela *reconversão*, como o grande crítico, observado por Miceli (2001). Através daquele conceito que o estudioso desenvolveu, afirma que a *intelligentsia* do Brasil formou-se, em particular, de antigas famílias proprietárias em declínio. Romero encaixava-se bem nesse conceito, já Bomfim foi um indivíduo que nasceu quase 20 anos depois do grande crítico, em 1868. Outros pontos distintos, por conseguinte, foram que o médico era um indivíduo urbano, nascido em Aracaju, de uma família sem estirpe ou posse de terra. O pai do médico era um vaqueiro, que justamente ascendeu socialmente através da exploração do comércio. Na visão de Reis (2006), a família Bomfim, representaria *novos elementos* do Brasil de fins do século XIX, no qual o *boom* do café, apesar de uma tradicional agroexportação, favoreceu uma incipiente industrialização e a expansão da urbanização, por meio do avanço do comércio. Ainda que os pais de Bomfim tenham adquirido um pequeno engenho, logo possuísem certo plantel de escravizados, lógico que o centro dos seus interesses e ações estavam ligados à prática essencialmente urbana de exploração do seu negócio, a Bomfim & CIA, estabelecida na nova capital da província de Sergipe, Aracaju.

A disposto completamente distinto dos pais, Manoel Bomfim decide estudar medicina, *a priori*, na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo o curso no Rio de Janeiro, em 1890. Depois de alguma experiência na profissão, a abandona em definitivo após a morte prematura de uma filha. Muito embora o curso de medicina e mais o exercício da carreira não fossem tão célebres quanto os bacharéis, o diploma em si era um elemento de *status* social e cuja experiência de formação e profissional também implicava um contato com as contradições sociais, do Brasil da época, assim como o direito. Daí, Bomfim analisou o Brasil através de viéses bem diversos aos de Romero, implicando em uma visão antirracista, a qual a nação brasileira dependeria do seu avanço educacional e não racial.

Para Octavio Ianni (2000) a questão da sociologia brasileira perpassava justamente por aquelas singularidades, anteriormente destacadas. No entanto, o autor distingue outras, um tanto mais específicas. Salienta-se, por conseguinte, o passado colonial do Brasil, a grande propriedade rural e sua forte ligação com o escravismo de africanos e descendentes, além da quase hegemônica influência do cristianismo católico. Todos esses elementos marcantes compuseram a estruturação do país e lhe deram uma característica particular e conservadora. Entre os vários vieses interpretativos, dos quais se utilizou em seu texto, Ianni (2000) destaca, no que denominou de “*Precursores, clássicos e novos*”, que

[...] precursores estão mergulhados na sociedade escravocrata. A despeito de refletirem em termos de teorias e sugestões do pensamento europeu, estão desafiados a compreender e explicar a formação de uma sociedade civil e estado enraizados no escravismo. Daí a metáfora das “três raças tristes”, de que irá falar Olavo Bilac, traduzindo uma inquietação crescente no século XIX e presente no século XX. Daí a presença explícita ou implícita do darwinismo social, arianismo, evolucionismo e positivismo. São autores às vezes atônitos diante do insólito de pensar o estado-nação com base em uma população simultaneamente “indígena”, “africana” e “lusitana”, em um país imenso, disperso em províncias isoladas, em uma sociedade na qual se dá a combinação aparentemente eficaz entre escravidão, economia primária exportadora, liberalismo nas relações exteriores e monarquia. (Ianni. 2000. p. 70)

Sílvio Romero e Manoel Bomfim estiveram inseridos nesse contexto, descrito pelo autor, e com aquela preocupação. Ambos os autores, assim como outros pares contemporâneos, preocuparam-se com a compreensão deste Estado-nação, denominado Brasil, com aquelas características e a partir de uma ótica europeia. Esse último, singular provocador de controvérsia, visto que impunha, para muito além de uma visão de fora para dentro, uma perspectiva racista. Visão que condenava este país e seu a uma espécie de uma ininterrupta marginalização. Bom, se o intuito daqueles intelectuais brasileiros era entender e definir o que era esse Estado-nação, a fim de pará-lo com outros, o esforço conceitual era imenso. O ponto de vista apresentado por Ianni (2000) expressa essa imensa dificuldade, já que a diversidade brasileira faz parecer não apenas um país e um povo, mas vários e muito distintos entre si. Além do que, a experiência de séculos de utilização da escravidão de origem negro-africana tornou-se uma das características mais marcantes do Brasil em sua trajetória histórica e social. Algo, portanto, que não caberia naquele modelo europeu, ainda que fosse possível ignorar sua perspectiva racista e imperialista. Todavia, significativo conjunto dos intelectuais brasileiros se impuseram tal tarefa, em distintos níveis de aceção, enquanto outros se impuseram à crítica.

Aos intelectuais brasileiros que se compeliram à crítica, Ianni (2000) destaca Bomfim, em consequência, como um *precursor*, mas do que chama de “*A ideia do socialismo*”. Assim o afirma por considerar que o autor de *Males de origem* refletiu

“[...] diretamente sobre as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção. Focaliza as relações entre escravos e senhores, operários e burgueses, camponeses e latifundiários, nacionalistas e imperialistas e outras categorias. Analisa as diversidades e desigualdades, hierarquias e tensões que se formam e transformam no curso da história” (Ianni. 2000. p. 66)

Ponto de vista semelhante ao de Vamireh Chacon (1965), que também vê no médico um predecessor do socialismo no Brasil. Isso na perspectiva justamente de que, ao criticar

veementemente a colonização ibérica e suas consequências na formação das características da sociedade brasileira, refletiu sobre aquelas dicotomias sociais, estabelecidas por relações sociais hierarquizadas, em virtude das estruturas de produção. Apesar de Bomfim utilizar-se de categorias conceituais do Darwinismo Social (raça é o exemplo mais destacado) e fartamente compor analogias biologizantes¹. Ainda segundo Ianni (2000), essa tendência de um pensamento socialista brasileiro, a qual Bomfim seria um precursor, cronologicamente está marcada pelo período entre 1888 e 1945. Em termos históricos, seguiu-se da Abolição da escravidão, passando pela Primeira República e chegando até a Era Vargas, período de intensas transformações estruturantes, profundamente ligadas ao avanço de forças produtivas do capitalismo. Portanto, o que autores a exemplo de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Leandro Konder, a partir de Bomfim², empreenderam análises sobre aquelas questões das dicotomias sociais em virtude da hierarquização produzida pelas relações de produção, ou seja, as contradições sociais brasileiras. Desta feita, todo esse conjunto de autores trabalhou, por exemplo, a reestruturação do poder a partir da industrialização, a formação de um proletariado urbano brasileiro e a anterior alteração de uma massa de mão de obra escravizada em livre assalariada. Esse último, o ponto que foi justamente alvo das reflexões de Bomfim que, ao criticar a ideia de superioridade racial, percebeu que a questão racial era um elemento de objetificação daquela massa de trabalhadores, no geral, afrodescendentes. Apesar de a república, por princípio, assinalar a igualdade entre os indivíduos, as teorias raciais impuseram a continuidade da marginalização daquelas populações não-brancas. O meio para tal foi a elaboração de uma narrativa contida no *verdadeiro do discurso* (de sua época), porque se afirmava um processo científico, ou seja, através de parâmetros quantificáveis e verificáveis, isentos e, por conseguinte, verdadeiros.

Em razão de observar as especificidades do pensamento sociológico brasileiro, é igualmente pertinaz considerá-lo dentro do conjunto das demais nações latino-americanas. Obviamente em virtude das similitudes das trajetórias daqueles países com o Brasil. Afinal, também passaram por um longo processo colonial ibérico e que deixou marcas profundas nas sociedades que se constituíram após suas respectivas independências. Outro fator de similaridade é que sofreram também forte preconceito das potências europeias do século XIX, por serem afirmadas nações formadas de raças mestiças e inferiores, ou seja, as populações hispano-americanas tiveram sobre

¹ Contudo, a produção de Bomfim e a formulação de suas ideias não estão associadas ao *marxismo*, o qual o senso-comum, não raro, confunde a versão do socialismo.

² Aqui não no sentido de Manoel Bomfim enquanto uma espécie de predecessor de uma linhagem teórica, mas de um pioneiro de uma abordagem temática. Até porque Bomfim manteve-se fiel ao ferramental teórico do Evolucionismo de Darwin e os demais autores citados estavam mais ligados ao materialismo histórico. Justamente esta forte identidade com o Evolucionismo, segundo o Alves Filho (1979), contribuiu para as dificuldades de o autor ser lido por gerações mais recentes e mais propriamente ligadas ao materialismo histórico.

si a implicação de forte preconceito racial, justificador daquele imperialismo europeu. Freire (1957) salienta, por exemplo, que

Nos países da América Latina, ao pendor acentuado pelos estudos de Sociologia histórica e, ao mesmo tempo, de Sociologia regional, sob o rótulo de “sociologia nacional” (nem sempre só o rótulo: às vezes se verifica o sacrifício da ciência inteira a exigência de ordem patriótica ou a melindres ou desencantos de caráter político ou nacionalista) raramente tem correspondido, ou corresponde hoje, cautela nas conclusões ou modéstia nas generalizações. O gosto pela frase redonda prejudica alguns dos melhores clássicos de Sociologia, ou Parassociologia, genético-histórica: “*el gaucho es un vagabundo a caballo*”, grita Sarmiento em *Facundo*, com evidente exagero. E o nosso Euclides da Cunha, não se deixando superar pelo vizinho de fala espanhola, brada por sua vez, com exagero igual de generalização e talvez maior vigor latino de eloquência, em *Os Sertões*: “o sertanejo [brasileiro] é antes de tudo um forte”. Exagero de otimismo. (Freire. 1957. p. 528)

O autor do clássico da sociologia brasileira “*Casa Grande e Senzala*” principia ressaltando o seguinte ponto: havia uma necessidade de estabelecer as origens das sociedades latino-americanas. Enquanto egressas de processos de colonização europeia, os latino-americanos infligiram sobre si a necessidade de produzir seus mitos fundacionais, para além de suas correspondentes trajetórias e suas características objetivas. Era uma necessidade de autoafirmação a fim de se parearem às nações civilizadas do Velho Mundo. Nesse sentido, segundo Freire (1957), mais valeu a construção do discurso, daí a maior proximidade aos mitos de origem do que trabalhos de rigor científico. Muito auxiliou neste processo a produção literária e a execução de trabalhos, algo que acadêmicos, ensaios e monografias, esses últimos, não raro, comissionados por instituições de Estado. Ou seja, a produção ganhou, em boa medida, um caráter mais panfletário, em uma perspectiva mais de caráter político e nacionalista. Os autores e obras deveriam corresponder a tais demandas, visto que elas correspondiam àquela necessidade de afirmação dos países latino-americanos. E, por se utilizarem de modelos europeus que, como já visto, não se adequavam às conjecturas das nações latino-americanas, por isso, era necessário adaptá-los de alguma maneira. Se, por exemplo, a literatura romântica europeia elegeu o cavaleiro medieval como seu herói, o indígena tornou-se o análogo brasileiro. No entanto, sobretudo sobre a influência das teses raciais, que valorizavam o caucasiano europeu como ponto mais elevado da espécie humana e sob o peso de não achar propriamente análogos, ditos puros, entre os latino-americanos, as adaptações seguiram por caminhos bem complexos. Para Freire, tal processo possuiu dois vieses, o primeiro de seguir o que chamou de *rótulo*, ou seja, o modelo teórico do Velho Mundo, e referendar uma visão pessimista sobre uma população latino-americana, classificada essencialmente como mestiça e, em consequência, inferior aos caucasianos europeus. O outro viés,

seria o otimista, não necessariamente abandonando a perspectiva da existência da humanidade dividida em raças, mas dando singular compreensão à miscigenação no continente americano. Esse processo, inserido em suas próprias condicionantes e circunstâncias e condicionantes, teria produzido raças particulares e adaptadas às exigências particulares encontradas na América. Ou seja, a miscigenação ganhou uma interpretação diretamente diversa da europeia, cujo ideal de pureza racial não seria mais propriamente válido no novo mundo, nem consequente produtor de degenerados e inábeis.

Para Freire (1957), aquelas visões tanto otimistas quanto pessimistas, por parte dos autores latino-americanos, não raro, ganharam contornos exagerados. Cita, por exemplo, o caso do autor mexicano “Francisco Bulnes (*El Porvenir de las Naciones Hispano-Americanas*), junta ao horror à miscigenação a afirmativa enfática de que o mal da América hispânica está em que “*es una zona tropical y en estas zonas tóridas no pueden abundar naciones industriales e civilizadoras.*”” (Freire. 1957. p. 528-529). O autor mexicano não apenas assumiu uma clara e contundente posição de reprovação da miscigenação como também se utilizou de elementos mesológicos para literalmente condenar as nações hispano-americanas de serem, em algum momento, civilizadas. Ou seja, jamais seriam nações fluorescentes como as europeias, autodesignadas raças puras, sem miscigenações, e habitando regiões temperadas do planeta. Seriam, portanto, mais do que as condições ideais de uma nação se desenvolver, seriam as circunstâncias imperativas e sem as quais não se viabilizaria uma nação civilizada.

Haveria ainda o caso do argentino Bunge (*Nuestra América*) e do brasileiro Manoel Bomfim (*América Latina*) que, de maneiras distintas, compreenderam as problemáticas latino-americanas à responsabilidade da colonização ibérica. A fundamental diferença entre os autores seria que o brasileiro defendeu a miscigenação enquanto elemento singular de adaptação dos indivíduos latino-americanos às suas realidades próprias, assumindo uma visão um tanto mais otimista, enquanto o argentino posicionou-se com a tendência condenando a miscigenação. Em outras palavras, Bunge responsabilizou particularmente os espanhóis e seu processo de colonização pela produção de uma população mestiça e pretensamente inábil, já Bomfim responsabilizou os peninsulares ibéricos por reproduzir aqui na América o que, analogamente à biologia, classificou de *vícios*. Um pouco mais à frente, o estudioso pernambucano, como não poderia deixar de ser, ressalta que o autor argentino, quanto a miscigenação, tem uma posição similar a de

Sílvio Romero [que], contraditório como ninguém, desfaz com os pés o que constrói com as mãos no campo da Sociologia, ou da Parassociologia histórica do Brasil: exalta num dia a “mestiçagem” e a “democracia” na formação brasileira para no outro gritar com toda a força de sua voz malcriada: “Como a democracia

(“a mistura das raças”) é uma coisa fatal e irremediável, mas é em grande parte um mal [...] os mestiços tomados em totalidade são fundamentalmente inferiores [...]”. São “uma desvantagem”. E essa desvantagem, irremediável: “provém da fraqueza do produto, da inferioridade do resultado [...]. Os mestiços, tomados em totalidade, são fundamentalmente inferiores, como robustez, ao negro e ao branco com inteligência e caráter, sem a menor dúvida”. E desencantado com a preponderância democrática da maioria e também com a do Exército: “E porque as classes armadas são em sua maioria mestiçadas quer isto dizer que incontestavelmente são eles os mestiços, que estão dirigindo as linhas gerais da política.” (Freire. 1957. p. 529).

Com ressaltada ironia, Freire destaca a contradição das posições tomadas por Romero que, no entanto, no geral, absolutamente tenderam àquela visão altamente pessimista da miscigenação. Muito embora, neste excerto do sociólogo pernambucano não se destaque que o crítico sergipano algo que cedeu a ideia de que “os mestiços, em totalidade, são fundamentalmente inferiores”, ou seja, a tese da eugenia, a qual categoricamente condena qualquer interação entre raças, por considerar que é invariavelmente prejudicial à formação de novos indivíduos. Romero assentiu ao *branqueamento* (ajuste local, por assim dizer) à tenaz e determinante eugenia, admitindo a miscigenação, porém, desde que com raças brancas europeias. A massificação desse processo com povos caucasianos, ao longo do tempo, melhoraria as raças latino-americanas, misturadas com negros africanos e indígenas. Ao se ater novamente ao excerto, com um posicionamento mais restritivo de Romero, percebe-se que o autor ponderou que a miscigenação era mal amplo. Isso porque não apenas atingia os indivíduos em si, mas, a partir deles, os demais setores sociais, o qual destaca a estrutura militar e política. Assim, as possibilidades de desenvolvimento de uma nação com características miscigenadas ficariam incapacitadas pela própria constituição de sua população, inabilitando os meios existentes de progresso.

A sociologia brasileira surgiu em um contexto de consolidação de um Estado formado a partir de um processo de emancipação política, expansão econômica e efervescência cultural, contudo, fortemente marcado pelo seu passado colonial. Na condição de nação com autodeterminação, o país deveria configurar para si e para as demais nações sua posição, ou seja, afirmar ser um território e um povo semelhante àqueles mais civilizados da Europa. Porém, a proeminência dos modelos europeus, a busca por assimilá-los e as características singulares dos brasileiros tornavam aquele esforço de autodeterminação e busca por uma aproximação aos parâmetros do velho mundo eram inviáveis. Instados por tais questões, os intelectuais brasileiros procuraram responder a tais demandas, produzindo um preliminar pensamento social brasileiro. Esse foi bastante caracterizado pelo ensaísmo dos autores e forte influência do pensamento europeu. Aspecto que não que promoveu uma usual visão a partir da Europa e não a partir

particularidades do país. Assim, gerou-se significativas análises de caráter racista a condenar justamente aquelas peculiaridades nacionais. Isso, muito embora, houvesse tanto vozes sonantes quanto dissonantes ao discurso de base racial.

Enfim, a *Intelligentsia* brasileira, da transição para o século XX, compôs um pensamento social que se dividiu em um discurso hegemônico e contra-hegemônico em relação à sua aceção aos modelos teóricos impostos pelas potências europeias. Mais ou menos independente a essa característica, as análises tenderam a um caráter político, nacionalista, por vezes, apologético. Era imperativo buscar meios de tornar o Brasil membro das nações civilizadas do mundo, assumindo ou negando seus parâmetros. Daí, as obras seguiram vieses de uma incipiente caráter acadêmico-científico, mas se tornaram os denominados trabalhos *clássicos* da sociologia brasileira. Característica bastante compartilhada com a produção latino-americana em virtude tanto das semelhanças de trajetórias histórico-sociais quanto das produções em si. O pensador brasileiro, daquele momento do fim do oitocentos, buscou compreender e apontar possibilidades da realidade social do país, foi profícuo e mais voltado às suas elucubrações do que à sistematização da produção do conhecimento.

Capítulo 2 – Imprensa enquanto palco privilegiado de disputas

A vida é apenas uma sombra ambulante: um pobre ator que se empavona no palco por uma hora ou duas, depois não se ouve mais, [...].

Cena V. Ato V. Macbeth – William Shakespeare.

Este capítulo faz uma breve análise sobre a imprensa, tanto em aspectos econômicos quanto em relação a elementos alusivos às práticas e praxes de divulgação das notícias. Em outros termos, essa seção busca compor os elementos que demonstram e caracterizam a imprensa como um componente de um processo estruturante da economia, diretamente ligado à 2.^a revolução industrial. A partir desse conhecimento, refletir como a difusão e o consumo das ideias, sob a forma de notícias, tornaram-se um hábito e uma forma de debate. Esse último aspecto sendo o mais relevante para este texto, já que observa como a imprensa tornou usual mais do que a discussão a respeito de certos temas, mas a discussão em si.

Esta parte da tese reflete ainda sobre como a imprensa catalisou a discussão diversas vezes, já que proporcionou a ampliação das notícias a um número maior de indivíduos, inclusive, reduzindo distâncias. Algo consequente ao processo de desenvolvimento de condições materiais proporcionada pela 2.^a revolução industrial. No entanto, o ponto chave, nesse momento, é como a discussão se tornou um hábito corriqueiro e um objeto de consumo. Ou seja, compreender como as ideias também foram transformadas em algo adquirível habitualmente dentro de uma lógica de mercado. Assim, tais debates viabilizaram a institucionalização de determinadas carreiras, inclusive o surgimento de alguns ofícios próprios ao *métier* da notícia.

Enfim, como as discussões adquiriram formas singulares no Brasil, que constituíram o meio pelo qual o grupo de intelectuais brasileiros interagiam entre si. Isto é, como a *intelligentsia* brasileira, da transição do século XIX para o XX, acabou por criar uma literal liturgia, por meio dos noticiosos. Refletir, em consequência, como toda uma norma protocolar de uso de determinadas formas, por meio das páginas dos jornais, foi constituída a fim de se obter, por exemplo, o reconhecimento entre pares e a busca por visibilidade e afirmação por parte da intelectualidade. Em outras palavras, compreender como o veículo de comunicação jornal foi o dileto recurso utilizado, no Brasil, para a consolidação de carreiras intelectuais, por meio das discussões que se sucediam nas páginas dos periódicos do país.

Pelo exposto, uma análise sobre a imprensa, em particular no Brasil, da passagem do século XIX para o XX, se fez mister para esta tese. Afinal, a imprensa escrita é um grande fenômeno justamente daquele período, por conseguinte, é primordial compreender o seu papel tanto enquanto

elemento representativo do avanço das forças do capital quanto um espaço de debates. O primeiro é uma consequência do próprio desenvolvimento do capitalismo, tanto através do aprimoramento do maquinário de impressão quanto pelo desenvolvimento dos meios de transporte. Tecnologias que viabilizaram a impressão de milhares de exemplares dos mais variados títulos e o envio desses noticiosos a longas distâncias. Em outras palavras, a informação, com o avanço das forças produtivas do capital, ganhou características exponenciais tanto do volume que era produzido quanto do seu alcance espacial-geográfico (Sodré. 1966).

Este maior trânsito das ideias, em consequência, fez com que o debate se tornasse mais habitual e trivial. O primeiro porque, como visto, a divulgação das ideias escalou, ao longo do século XIX, para a uma produção em massa, que levou ao segundo, ao hábito corriqueiro do consumo e comentário dos noticiários. Um hábito que se constituiu em um costume pequeno-burguês, não raro de caráter social, exercido em rodas de cafés e confeitarias, por exemplo. Ler e comentar as notícias ganhava o gosto das pessoas em alguns centros urbanos, que se expandiram no Brasil daquele início do século XX, em virtude da maior dinâmica das atividades urbano-comerciais. Na baila dessas transformações estruturais, sucedeu-se também certa sofisticação da sociedade brasileira, que quase literalmente passou a formar seus homens de letras no próprio país e não mais em centros europeus. Entre tais indivíduos encontrava-se, por exemplo, bacharéis, médicos, jornalistas, escritores, poetas e editores, que, naquela época, vários eram polímatas. Além desses intelectuais e não muito diferentemente deles, os eventuais consumidores de notícias, pessoas comuns, por exemplo, tornaram-se um nicho bem próprio, cuja imprensa escrita se transformou no veículo fundamental tanto de acesso quanto de câmbio de ideias.

Naqueles mesmos cafés, casas de chá e confeitarias, formaram-se rodas de conversas, grupos interessados em variados temas, mas que tinham em comum a necessidade de se reunir e discutir. Não apenas o conteúdo dos noticiosos, mas as grandes questões do país, do mundo, do pensamento, que aquelas pessoas se sentiam compelidos a empreender. O grande tema daquele decurso do século XIX para o XX era a nação brasileira. Essa união de pessoas, o que ela era, quais as suas características, a origem e, o mais importante, para onde seguiam? Tais questionamentos a fim de responder aos dilemas que o Brasil passava naquela época, que talvez possam ser sintetizados na condição desigualdade em relação às grandes potências europeias do período. Na prática, o questionamento fundamental era como o Brasil poderia se tornar uma nação civilizada à semelhança das nações inglesa, francesa e estadunidense, por exemplo. Tal comparativo porque esses países representavam as grandes potências centrais do mundo naquele período. Enfim, o que o Brasil, uma nação recém emancipada do colonialismo português, deveria empreender para estar em equivalente nível de desenvolvimento daquelas nações civilizadas -

desenvolvidas - do mundo. Essa, em diversas variações, foi a grande discussão travada entre os intelectuais brasileiros e que, também, ganhou as páginas dos periódicos. Isso porque o meio havia se tornado, em pouco tempo, a forma eleita para a realização de debates como este dos caminhos que a nação brasileira deveria seguir.

2.1. Propagandear o pensamento e o negócio do jornalismo

Além de todo aquele aspecto, de caráter mais estrutural, é preciso discorrer também que o capitalismo tendeu a avançar inclusive por meio da disseminação das informações. A circulação das ideias não é apenas uma consequência do desenvolvimento do capital, em seus elementos materiais, nem somente uma necessidade de troca de experiências que eram acumuladas. A informação, em consequência, tornou-se também um novo objeto de consumo, portanto um mercado a ser explorado. Caída no gosto de camadas sociais urbanas, cada vez mais numerosas e ávidas de tal objeto. A notícia igualmente atendia à circulação da informação e a necessidade de aquisição de novos hábitos, que naquele contexto se consolidavam. Comprar um jornal, consumir suas notícias, discutir com outros a respeito delas também foi parte fundamental na formação de uma nova ótica daquelas sociedades em profunda transformação. Esse novo hábito do consumo, portanto, consistia em uma cada vez maior dinâmica das atividades econômicas e, em consequência, da circulação da informação.

A propósito dos pontos até o presente assinalados, preliminarmente delineiam-se as características essenciais daquele cerimonial dos intelectuais brasileiros do entresséculos XIX e XX. Isso, para se poder refletir que tais protocolos de ação e de autorreconhecimento entre pares fazia parte de um processo mais amplo, em que aqui se recobra, o fenômeno estava diretamente ligado ao avanço das forças produtivas, em virtude da 2.^a revolução industrial. Nesse decurso, em que não apenas os mais tradicionais setores da economia passaram por transformações. Surgiram novos setores, entre eles, a imprensa, já que o avanço do capital e com ele o da tecnologia das grandes máquinas impressoras, o aperfeiçoamento dos meios de transporte e a transformação da notícia em um artigo de consumo viabilizou surgimento de uma imprensa objetiva e gradativamente inserida em uma lógica de uma produção industrial (Albert e Terrou. 1990; Sodré. 1966).

Em regiões periféricas ao centro do capital, no oitocentos, o *metiê* notícia tornou-se ele próprio uma indústria pelos idos da segunda metade do século XX. A princípio, formou-se de pequenas prensas artesanais, de literal fundo de quintal, mas voltados especificamente ao comércio

da notícia. Logo, tanto a circulação dos jornais se ampliou significativamente quanto às discussões que propunham. Os indivíduos adquiriram a cultura do consumo da informação, algo assemelhado ao qual consumiam outros tantos artigos. Sendo a diferença fundamental desse produto, a informação, em relação aos demais, o de incitar a reflexão. A notícia espalhava-se e os intelectuais, os escritores e os jornalistas era a mão de obra produtora desse objeto de consumo, da matéria-prima - os fatos sociais - ao produto transformado: a ótica construída daqueles acontecimentos, que suscitava a discussão entre os indivíduos.

Desta feita, o capítulo ganhou esse corpo de, a princípio, discorrer sobre um breve histórico da imprensa, os passos dados por tal meio de comunicação em território brasileiro e, por fim, as características que o jornalismo acabou por ganhar no país. Esses elementos trazem contexto a análise por esta tese empreendida, pois ajudam a refletir como se realizava a argumentação em torno de determinadas perspectivas, no Brasil da virada para o século XX. Afinal, como já afirmado, a imprensa era tanto um veículo privilegiado para aquelas atividades de discussão quanto a forma mais própria de como tomar posicionamento por esta ou aquela visão, a partir de uma determinada questão. Não esquecendo que essas disposições de pontos de vista, em diversos e distintos aspectos, poderiam estar grandemente associadas a todo um conjunto de circunstâncias e corresponder a determinados interesses.

No entanto, é preciso recordar que o objetivo deste capítulo não é em si analisar a respeito da transformação da imprensa tão somente como um importante setor produtivo. É, sobretudo, compreender como tal alteração proporcionou a elaboração de uma ambiente propício ao debate das ideias e como tais discussões ocorreram naquele Brasil da virada do século XX. As mudanças estruturais literalmente correram o globo, embora apresentando características distintas em diferentes localidades. Tais características se sucederam por meio de distinções de desenvolvimentos dos setores econômicos, na relação centro-periferias, que produziram aquelas especificidades regionais e locais. Em outras palavras, a imprensa teve distintos níveis de progresso enquanto um elemento do avanço do capital, em diferentes espaços a partir de seus respectivos contextos culturais e socioeconômicos. Nas áreas do capitalismo central, a exemplo da Europa Ocidental e da América do Norte, mais rapidamente representou a formação de um negócio. Nas periferias, essa característica de a produção dos jornais tanto evoluir a escalas industriais e a notícia se tornar um regular objeto de consumo seguiu dinâmicas próprias. Afinal, a produção em escala dos jornais, nas periferias, dependeu de uma indústria externa e das distintas capacidades desses países em adquirir a aparelhagem necessária, ou seja, meios materiais de absorver uma tecnologia estrangeira. Nas periferias, essa condição mais singular, não raro, ocorreu por meio de uma imprensa oficial ou que recebeu aportes ou subsídios estatais. Assim, tanto

protegia-se das oscilações de mercado quanto se sustinha em bases menos vulneráveis. Esses aspectos diretamente interessam a este trabalho, já que revelam como as ideias, em suas estruturas objetivas e meios de divulgação e de análise, eram discutidas aqui no Brasil, naquele revelar do século XX.

A correspondência centro-periferia é obviamente observável em relação à imprensa brasileira. O impulso dado pelo processo da 2.^a revolução industrial à atividade jornalística no Brasil, em uma perspectiva de constituição dos meios objetivos de sua reprodução. Isso apesar da ainda grande dependência do país do setor agrarioexportador. Aspecto que representou talvez a mais significativa singularidade brasileira em relação ao centro do capitalismo. Por tal característica, o desenvolvimento da imprensa escrita no Brasil foi bastante dependente daquela importação de maquinários, ou seja, o Brasil estava subordinado à importação de tecnologia. Outra importante singularidade foram as condicionantes socioeconômicas, certamente a mais significativa era a considerável parcela da população não-letrada do país, que limitava uma maior expansão de um mercado editorial brasileiro. Ainda assim, havia um ambiente favorável à disseminação de uma produção literária. Entre tais incentivos, havia um conjunto de escritores que, cada vez mais, se destacavam. Apesar daquele ainda modesto público leitor, que primeiramente acompanhava as obras ficcionais em seções justamente publicadas nos jornais. A imprensa brasileira, por conseguinte, se caracterizou por evoluir em centros urbanos que mais ou menos espelhassem caracteres de desenvolvimento ao de países centrais do capitalismo. Ainda assim, também se difundiu alguns em municípios pequenos, de províncias menos dinâmicas. Inclusive, repetiu nessas localidades aquela característica de a imprensa oscilar em virtude de se caracterizar por produções de literal fundo de quintal e, por conseguinte, de continuidade efêmera.

No Brasil do entresséculos XIX-XX, o Rio de Janeiro foi um centro dinâmico do país. Para além da então capital brasileira, havia outros poucos núcleos que se destacavam, a exemplo de Minas Gerais e de São Paulo, que se animavam com as atividades urbano-comerciais. As demais localidades expressavam caracteres mais à margem dessa área do país, havendo certo destaque mais regional tão somente às tradicionais províncias de Pernambuco e Bahia. Desta forma, o Rio de Janeiro, enquanto o centro referencial daquele período de transição, tornou-se o local propício ao surgimento de vários periódicos, o ambiente de debates, de visibilidade e de afirmação de carreiras. Portanto, novidades que atiçavam o Império do Brasil, naquele desfecho dos oitocentos, tal como o abolicionismo e o republicanismo, granjearam o interesse do público, também por meio dos noticiosos. Eram alterações muito significativas, que obviamente não passaram despercebidas pela imprensa. Afinal, por exemplo, em um país tradicionalmente escravocrata, com uma trajetória histórica de aproximadamente três séculos desse modelo brutal de exploração

da mão de obra, [ainda se observam consequências de](#) tal experiência. Ou seja, o escravismo foi muito representativo para o Brasil. Dito de maneira bem mais eloquente por Joaquim Nabuco (2015).

A escravidão permanecerá por muito tempo a característica nacional do Brasil. Ela se espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas de amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. (2015. p. 169-170).

O estadista brasileiro deixa trágica e poeticamente expresso que o escravismo brasileiro tornou-se uma estrutura. Assim, atravessando séculos, a instituição capilarizou-se em diferentes aspectos, adaptando-se às demandas de contextos diversos ao de sua formação. Por exemplo, mesmo com a extinção da instituição, ao fim do século XIX, vê-se o racismo, que severamente marginaliza afrodescendentes. Conjunto que representa uma significativa parte do corpo social brasileiro, mas que, ao contrário, pouco representa aqueles fora de zonas de vulnerabilidade e possibilidade ascensão e projeção social. O escravismo ocupou nossas *vastas solidões*, como disse Nabuco (2015) e fez morada.

O abolicionismo manifestou-se na imprensa brasileira mais pela perspectiva da modernização do país, de um processo de redenção protagonizado pelos brancos abolicionistas (sobretudo pelo *Isabelismo*) e sem aparentar possuir conexões com as transformações socioeconômicas provocadas pela 2.^a Revolução Industrial. Todo o conjunto, viabilizou justamente a própria imprensa, entre outras tantas atividades, não apenas pelas alterações provocadas, formando-se mercados urbanos, novos consumos, incorrendo em certa sofisticação da sociedade. Houve também aqueles elementos simbólicos de pretensa superação de um passado compreendido como de atraso e redentorista de toda uma população. Então, havia elementos tanto objetivos quanto subjetivos que, em suas especificidades, contribuíram para que a imprensa brasileira de fins do século XIX para o XX ganhasse bastante estímulo.

Na prática, as alterações daqueles elementos foram um grande incentivo, que criou condições para que o meio de comunicação impresso surgisse e tomasse impulso no Brasil. Com o avanço de setores produtivos urbanos formava-se mão de obra e extratos sociais urbanos, em cujos novos hábitos havia aquele consumo da notícia e elas fervilham no período, municinando as páginas dos periódicos. Ou seja, as transformações estruturais que o país passava, o debate em torno daquelas ideias ganharam as páginas prestigiadas da imprensa do período, foram alvo de

discussão da sociedade brasileira da época, que tiveram o Rio de Janeiro enquanto caixa de ressonância em relação ao país (Schwarcz. 1998; Sodré. 1966).

Vários jornalistas eram também literatos, por essa razão entre outras, esse grupo de indivíduos se tornou bastante presente nas páginas dos periódicos. Em razão de tais aspectos é preciso acentuar a afirmação de Sílvia Romero, citada por Sodré (1966), que “No Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política [...] (1966. p. 212). Apesar de o momento de virada do século XIX para o XX ser um período de consolidação da imprensa no Brasil, a existência dos jornais em si ainda era sobressaltada. Afinal, o público leitor era modesto, até aquele momento, em relação ao tamanho da população. Além do que, no geral, esse público em si não sustentava o jornal, mas sim os anúncios ou alguma dotação oficial (Sodré. 1966). Não obstante a essas questões, o jornalismo se expandiu e a demanda de um público leitor foi um fator importante. A adequação do consumo em relação à produção consolidou um mercado das notícias e seus distintos *métiers*. Mas, consolidou igualmente uma nova dinâmica e mais geral maneira de divulgação das ideias. O jornal alcançava uma grande quantidade e diversidade de pessoas. Esse aspecto singular chamou a atenção de Machado de Assis (1839-1908), que tratou da questão em um texto seu intitulado “*O jornal e o livro*”, em que reflete a respeito do avanço da imprensa escrita. A crônica do consagrado escritor brasileiro fora publicada no periódico carioca Correio Mercantil, em janeiro de 1859. Argumenta o ainda jovem Machado que:

O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?

A humanidade desde os primeiros tempos tem caminhado em busca de um meio de propagar e perpetuar a ideia. Uma pedra convenientemente levantada era o símbolo representativo de um pensamento. A geração que nascia tinha ali contemplar a ideia da geração aniquilada.

[...]

O jornal, literatura quotidiana, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a ideia de, um homem, mas a ideia popular, esta fração da ideia humana. O livro não está decerto nestas condições; — há aí alguma coisa de limitado e de estreito se o colocarmos em face do jornal. Depois, o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é — movimento.

Ora, o livro não se presta a essa necessidade, como o jornal. A discussão pela imprensa-jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual. A discussão pelo livro esfria pela morosidade, e esfriando decai, porque a discussão vive pelo fogo. (Assis. 1859. p. 2 e 4).

No questionamento que faz, o autor defende o jornal como algo do povo, ligado ao cotidiano e, particularmente, um veículo para a discussão de ideias. E, para esse fim, é bem mais dinâmico,

pois como diz “toma fogo”, já que a “discussão é movimento”, assim atendendo a necessidade social por informações e discussões. Em outras palavras, expõe Machado que o advento dos periódicos, em suas características intrínsecas, se propõe ao debate com grande propriedade. Afinal, afirma o escritor que a imprensa tem larga amplitude social, aproxima-se de todos ou, pelo menos, de um bem mais amplo do espectro social. Ao atender aos anseios por informação dos indivíduos, os jornais engajava o público em um circuito próprio, ao qual a demanda pela notícia tornava-se contínua.

Em um ponto de vista bem oposto ao de Machado, Rousseau, citado por Albert e Terrou (1990), questiona veementemente o valor dos jornais enquanto meios capazes de realmente dar formação intelectual às pessoas e ser, em consequência, um expediente consistente para a exposição do pensamento. Pergunta o autor francês “O que é um livro periódico? Uma obra efêmera, sem mérito e sem utilidade, cuja leitura, negligenciada e desprezada pelos letrados, só serve para dar às mulheres e aos tolos vaidades sem instrução” (Altbert e Terrou. 1990. p. 11). Apesar das opiniões em contrário e, sobretudo, os contextos distintos de ambos os autores, vale frisar que entre o filósofo francês setecentista e o romancista brasileiro do oitocentos há em comum a constituição da notícia enquanto um objeto de uso corriqueiro dos indivíduos. A efervescência política e cultural e as transformações estruturais oportunizaram as condições tanto materiais quanto a formação de novos hábitos, que engendram na sociedade a busca pelas notícias (Albert e Terrou. 1990; Sodré. 1966). Esse aspecto já observado, contudo, deve ser refletido, a partir das instigações de Machado e de Rousseau, como consequentes desse processo de habituação da intensa circulação de notícias. Enquanto algo ainda novo, haveria certo mal-estar às ponderações sobre as características e as potencialidades dos periódicos cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos.

Machado evoca a imagem de um anseio mais do que ancestral, intrínseco às pessoas, pela busca. Afinal, “A humanidade desde os primeiros tempos tem caminhado em busca de um meio de propagar e perpetuar a ideia” (Assis. 1859. p. 2). O literato brasileiro, em consequência, justifica e celebra, no seu artigo, que os jornais possibilitaram a dinamização dessa busca. Na sintetização estabelecida pelo autor, o posterior debate de diversos pontos de vista, por meio dos jornais, são o resultado de um longo processo de desenvolvimento da própria humanidade. Machado regozijava-se, portanto, de que, com a imprensa, o pensamento humano ganhou uma amplitude desconhecida até aquele momento. Tornava-se algo comum e usual a discussão, preenchendo o cotidiano das pessoas. Talvez se possa até afirmar que o consumo da notícia se mesclava àquele dia a dia, assim como quaisquer outras tarefas ou hábitos diários.

Aquela metáfora machadiana do **fogo** pode, agora, ser retomada e interpretada, quem sabe, enquanto forma tanto de impulsionar quanto de acalorar as discussões, ou seja, a polêmica jornalística. O primeiro no sentido da provocação, ou seja, o de instigar a contradição de óticas distintas ou até mesmo contraditórias. Algo que, como analisado, é singular ao *métier* dos letrados. Em um plano mais geral da sociedade, as pessoas tomam parte desse debate, o acompanha a partir dos jornais e intuem suas considerações. Assim, como propõe Machado, a notícia e a interpolação entre os indivíduos “[...] é reprodução diária do espírito do povo [...]” (1859. p. 2). Em outros termos, a discussão conquistou as pessoas em razão de a busca ser um hábito próprio ao ser humano e os jornais apenas a puseram em uma ordem de dinâmica equivalente ao contexto das transformações ocorridas ao longo do século XIX ao XX. Afinal, “[...] o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é - movimento” (Assis. 1859. p. 4). Logo, a notícia e o debate alçaram outro patamar, nessa outra conjectura. A ótica de Machado está bem assemelhada à uma visão positivista de progresso. O desenvolvimento do jornalismo é o produto dos progressos humanos, refletindo o ânimo da contemporaneidade do ainda jovem escritor e seu entusiasmo com as alterações que se sucediam. Entusiasmo que, obviamente, fora compartilhado por aquela geração.

Muito embora Machado de Assis seja conhecido pelo pouco ânimo pela polêmica, pois o autor era tido por uma figura muito reservada e “que abominava as discussões estereis, não por comodismo ou por esperteza, mas pelo ‘tédio à controvérsia’” (Barbosa apud Broca, 2004, p. 19). Ainda assim, Machado se envolveu em algumas, a mais famosa com um colega seu, o romancista português Eça de Queirós. Talvez se possa afirmar que o tal *fogo*, em uma segunda ótica interpretativa, fosse a intensidade que o debate tomava. Isto dependia de algumas variáveis, no geral, já discutidas, e que estava mais atrelada a quem, ou seja, quais eram os protagonistas das polêmicas. Recorde-se que o conteúdo em si não importava, mas quem, como e por quanto tempo o embate duraria. Essa característica, por tudo que até aqui foi exposto, foi a mais contundente do chamado jornalismo literário brasileiro.

No Brasil, a imprensa escrita foi o espaço dileto para a discussão de distintos pontos de vista, que poderiam representar certa exposição individual e inserção em determinadas redes de contato e uma possível constituição de uma carreira. Essa última possibilidade sendo capaz ainda de dividir-se em três planos: a ascensão à condição de um intelectual destacado, prover o progresso pessoal no serviço público ou uma trajetória no meio político. Atente-se que, não raro, as três perspectivas poderiam estar consorciadas entre si, sendo uma meio que dependente da outra. O próprio Sílvio Romero o deixa claro, em trecho citado por Sodré (1966), e que dá a dimensão mais objetiva desse aspecto do jornalismo brasileiro ao afirmar que:

No Brasil, mais ainda do que noutros países, a *literatura* conduz ao *jornalismo* e este à *política* que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam *oradores*. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o *literato* é *jornalista*, é *orador*, e é *político*. (Romero. 1954. p. 865. IN: Sodré. 1966. p. 212).

O jornalismo transformou-se, então, naquele espaço privilegiado de atuação de uma *Intelligentsia* brasileira respondendo-lhe a algumas demandas. Afinal, foi o veículo pelo qual se poderia materializar diversos elementos favoráveis ao desenvolvimento de atividades intelectuais. A sobrevivência não era exatamente um deles, afinal ainda se estava em uma fase em que os salários pagos aos jornalistas eram baixos e até intermitentes. Isso ainda muito em virtude de dificuldades financeiras de uma imprensa como de fundo de quintal, ainda bastante artesanal, de pequenas tiragens e de vida efêmera de muitos periódicos. Em tais circunstâncias, a atividade jornalística não havia se consolidado em si em uma forma em si subsistência e, por conseguinte, em um meio de vida para quem nesse novo *métier* atuava (Sodré. 1966). Muito embora, alguns literatos até tiveram na atividade jornalística uma espécie de empregabilidade precarizada, obviamente não garantia um sustento razoável e seguro, mas que lhes conferiam certo ganho. É lógico que, nessas condições, o trabalho na imprensa era algo que ainda era aventureiro, por um lado, mas com possibilidades efetivas de se adquirir visibilidade, por outro. A partir dessa exposição viabilizava-se contatos que potencialmente poderiam alavancar justamente almejadas posições no funcionalismo e/ou na política. Ou seja, ganhos concretos de obtenção de um trabalho, que proporcionava sustento regular e até de promoção social (Bourdieu. 2011-a; 2011-b).

Tais elementos compõem o *Capital Social* teorizado por Pierre Bourdieu (2011) e que representa o conjunto de relações estabelecidas, criadas a partir de redes de contato. Essas interrelações permitem que os indivíduos alcem determinados meios de ascensão social e *status*. Isso porque certos grupos obtêm esse capital e até o monopolizam. Assim, podem dispor da indicação de encargos, posições de destaque, comissionamentos etc. Daí, ingressar em alguns desses grupos, fazer parte dos seus circuitos de relações poderia significar a constituição de uma exitosa carreira tanto profissional quanto intelectual. A afiliação poderia se dar pelos mais diversos meios e canais: família, casamentos, trabalho e formação acadêmica, por exemplo. Esses contatos tanto poderiam ser cultivados a fim de se obter as benesses de que disporiam quanto ocorrer de uma maneira mais casual (Bourdieu. 2011-a; 2011-b). Neste sentido, em consequência, chama-se a atenção a respeito de um jovem:

Machado de Assis [que] escreverá, muito depois, página antológica sobre o espetáculo do Senado, que vira com os olhos atentos de jovem repórter. Não só ali tinha amigos, como Bernardo Guimarães e Pedro Luís, mas ainda na redação, onde Bocaiúva ia acentuando a sua personalidade de jornalista, em detrimento da de homem de letras, e mostrando já aquela capacidade profissional que tanto o distinguiria adiante. (Sodré. 1966. p. 224)

O aspirante Machado atuou no jornalismo, que lhe proporcionava alguma remuneração, seguindo a trajetória descrita por Romero de o *literato* [ser também] o *jornalista*. O outro ponto que a passagem de Sodré (1966) revela é aquela possibilidade de formação de contatos, ainda que não se ocupe da análise desse aspecto. Mesmo assim, logo se vê a citação a Quintino Bocaiúva e Bernardo Guimarães, enquanto contatos do jovem Machado. O primeiro foi magistrado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e romancista, na época, já reconhecido no meio literário e atuante na imprensa. O último um atuante jornalista e político, com passagens pelo Senado e pelo Ministério das Relações Exteriores. Portanto, duas personalidades bastantes destacadas do Brasil daquele fim de oitocentos. Enquanto colegas do jovem escritor em ascensão certamente proporcionaram-lhe alguns meios, por assim dizer, da abertura de determinadas portas. Expediente que seguramente foi um elemento que auxiliou aquele que se tornou um dos maiores literatos da história do Brasil. É preciso recordar que Machado de Assis ocupou um posto no serviço público e que foi, por conseguinte, seu meio de sobrevivência, em das inconstâncias da vida de jornalista e de escritor. (Souza. 2017; Schwarcz. 1998; Carvalho. 2007).

No entanto, o mais importante é que a menção de Sodré (1966) revela a dinâmica e, por conseguinte, o roteiro de inserção e afirmação no âmbito de determinados grupos, em especial, os intelectuais. Afinal, além do avanço dos meios materiais é preciso haver aquele elemento subjetivo da produção das ideias. Então, a conjunção de fatores criou os meios técnicos e materiais e a demanda, logo também as formas de uma desejada exposição social. Tais elementos viabilizaram a constituição e impulsão de certo tipo de *status*, que impeliu não apenas atuação de um novo profissional – o jornalista –, mas renomados homens de letras. O meio dos jornais impressos tornou-se, portanto, o notável cenário para atuação desses indivíduos cuja palavra era a era sua principal ferramenta de trabalho. A imprensa, naquela altura e circunstância, permitiria que tais indivíduos exercitassem sua profissão em uma sociedade que, agora, mais demandava da palavra escrita e da disseminação de ideias. A sociedade brasileira da segunda metade do século XIX por certo sofisticava-se. Isso, apesar das contradições socioeconômicas: a continuidade do escravismo, em virtude da prevalência da grande propriedade rural monocultora e exportadora; e o ainda destacado número de analfabetos, pelo não desenvolvimento de uma educação de massa. Mesmo

assim, um mercado editorial ia se afirmando através da imprensa, pelas mudanças socioeconômicas, pelo interesse de certo público ao consumo dos noticiosos e da dinamização do pensamento (Aguilar. 1999; Carvalho. 2007; Schwarcz. 1998).

Percebe-se, em consequência, que o jornalismo era uma profissão em formação, contudo já com certa capacidade, a partir de suas características, de promover *status* e ascensão aos indivíduos. Isso porque, em termos estruturais, o avanço das forças produtivas estabeleceu as condições materiais de criação e consolidação da imprensa escrita. Logo, também produziram um ambiente propício de discussão de ideias que se conduziu, de modo semelhante, para algumas finalidades pragmáticas, a exemplo da constituição de carreiras. A visibilidade servia ao engalanar de vaidades, entabulando o *status* de intelectual àqueles cujos textos estampavam as páginas dos jornais. Desse ponto, seguiam-se as oportunidades dos contatos e, destes, às indicações às aspiradas posições no funcionalismo público e, quiçá, também na política. Enfim, as camadas médias urbanas passavam a dispor de um expediente de ascensão social associado ao seu momento e demandas. À vista disso, pode-se afirmar que foi um meio de progresso pessoal, singularmente próprio àquele estrato social.

Sérgio Miceli (2001), neste quesito da ascensão social por meio da atividade intelectual, apresenta uma pertinaz teoria, que é a **reconversão**. De maneira sucinta, deve-se compreender por tal ferramenta teórica que o intelectual brasileiro, daquela virada dos oitocentos, era geralmente um indivíduo egresso de uma tradicional família proprietária em declínio. Logo, a inserção no meio intelectual, entre outras formas através da atividade jornalística, promoveria uma espécie de compensação à decaída daquela família. Para tal fim, buscava-se a visibilidade da atuação nos jornais, a seguir da constituição de um *status* intelectual (se já não o possuísse) e, por fim, a conquista das benesses no serviço público e/ou na política. Para aquelas famílias, seguramente o fundamental era tanto o estabelecimento de suas tradicionais redes de contato quanto a constituição de outras. No primeiro caso, a família apelava aos seus costumeiros meios de inserção em determinados circuitos, que poderiam ser o apadrinhamento ou a inclusão em outro grupo familiar, ainda em destaque socioeconômico (em geral, por meio de casamentos, não raro consanguíneos). Outro recurso foi a formação acadêmica e a inclusão nos planos intelectuais, por meio da atuação jornalística, em particular, a indicação para determinados encargos públicos. A formação acadêmica e/ou a comprovada *sapiência* para o exercício de uma determinada função era uma espécie de pré-condição imperativa que, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II, angariavam alto prestígio. Todos aqueles distintos meios de ascensão obviamente poderiam ser engajados concomitantemente, inclusive. Para isso dependendo algo que

somente de quais recursos houvesse possibilidades de uso por um ou outro indivíduo, em particular. (Miceli. 2001).

Significativo número de intelectuais brasileiros, daquela virada para o século XX, se encaixam naquelas características descritas pela teoria da reconversão de Miceli (2001). Sílvio Romero é um exemplar representante desse modelo, pois sua família era proprietária de engenho, na então província de Sergipe. A partir da segunda metade do século XIX a atividade canavieira entra em um processo de declínio, circunstância que certamente atingiu a família do autor, assim como tantas outras ligadas ao setor açucareiro. Além desse aspecto, é preciso recordar as mudanças estruturais pelas quais o Brasil passava, naquele período: fim do escravismo e a implantação do regime republicano. Apesar dessas questões, em particular, a relativa aos negócios da família de Romero, o futuro crítico literário conseguiu realizar seus estudos de direito no Recife. É lógico intuir a conjectura do imperativo financeiro para que um jovem brasileiro, do século XIX, empreendesse seus estudos superiores. Isso, mais ainda se tal jovem fosse originado de uma pequena província, em que as opções mais próximas eram Bahia ou Pernambuco. Nestas condições, mais claro fica a demanda à família do estudante em possuir suficientes recursos financeiros para sustentar a instrução daquele seu membro fora da sua província natal. *A posteriori* à sua graduação como bacharel de direito, Romero exerceu diversos cargos na magistratura, tanto na província de Sergipe quanto na do Rio de Janeiro. Experiência curta como igualmente fora na política, enquanto deputado por Sergipe. Romero logo se dedicaria, sobretudo, à crítica e aos estudos literários, tornando-se um destacado intelectual do seu tempo, com larga contribuição na imprensa, publicações e participação em diversas instituições de caráter cultural e científico. Enfim, como dito, quase um retrato *ipsi litteris* tanto do modelo de reconversão de Miceli (2001) quanto da trajetória de um intelectual brasileiro do oitocentos.

É pertinaz, bem rapidamente, fazer um comparativo daquela trajetória e origem de Romero com as de Manoel Bomfim e Machado de Assis. Isso porque tanto o objeto desta tese são as interações entre os dois autores sergipanos quanto a trajetória de Bomfim e Machado foi distinta à de Romero em relação àquele modelo de Miceli (2001). Por exemplo, Bomfim

[...] era filho de um personagem social novo do Nordeste, exterior ao mundo açucareiro, e muito bem-sucedido, um vaqueiro, que se tornou comerciante [...]. Seu pai era um mameluco empreendedor, que venceu no comércio competindo com os brancos das elites tradicionais e estrangeiros. [...] Nunca se meteu em política, pois sabia que não era o seu meio. Mas, seu sucesso econômico-social foi político ao não reproduzir a ordem rural nordestina. Bomfim, portanto, foi favorecido pela sorte, era filho de um Brasil novo, moderno, em pleno Nordeste. Sua família era rica e urbana, tinha seus negócios em Aracaju, mas fez uma

concessão ao passado ao comprar um engenho. O jovem Bomfim ficou entre o passado e o futuro, com um pé no engenho e outro na cidade. (Reis. 2006. p. 183).

Machado de Assis, por outro lado, foi um afrodescendente, que

[...] nasce em 1839, no Morro do Livramento [atual Providência], no Rio de Janeiro, filho de um operário mulato e uma imigrante açoriana. Menino pobre, e já na infância órfão, teve uma educação irregular, compensada pelo afã autodidata com que procurou desde cedo superar a subalternidade inerente às origens étnica, social e econômica, visíveis na condição de “homem livre na ordem escravocrata”, e, sobretudo, na pele escura herdada dos avós afro-brasileiros. Ainda na adolescência, trabalha como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, passando logo depois à redação do Diário Oficial e à atividade de cronista em diversos periódicos, nos quais escreveu ao longo de toda uma vida. Adulto, ingressou na carreira pública, galgando postos de importância na hierarquia do Estado. (Duarte. 2007. p. 8)

Ou seja, temos dois outros importantes intelectuais brasileiros que não foram representantes de tradicionais famílias proprietárias do país em declínio. Muito pelo oposto, Bomfim fazia parte de uma família, por assim dizer, sem estirpe, mas em ascensão. E, a boa condição econômica dessa base familiar garantiu os recursos materiais para que o autor de *Males de origem* seguisse seus estudos, a princípio na Bahia e logo depois no Rio de Janeiro. Já Machado de Assis, era um jovem negro e pobre, em um país em que ainda imperava a estrutura do escravismo. Obteve o autor de *Memórias Póstumas de Brás-Cubas* os recursos materiais tanto para sobreviver quanto para seguir no seu autodidatismo através da empatia conquistada daqueles que lhe oportunizaram pequenos postos de aprendiz tipográfico, a princípio, e depois nas redações de jornais. Daí, galgou posições no serviço público - no Ministério da Agricultura -, conquistando a condição de uma sobrevivência regular. Já as páginas dos jornais, por conseguinte, abriram o espaço para o notável escritor, um literal “mestre na periferia do capitalismo”, nas palavras de Roberto Schwarz.

As três trajetórias daqueles autores brasileiros, não obstante, apresentarem distinções entre si quanto àquele modelo de Miceli (2001), inter cruzam-se em relação às características da intelectualidade do país, na transição do século XIX para o XX. Uma, muito marcante, é por serem bastante representativas das transformações estruturais em curso no Brasil daquele momento. Um país que se modernizava, por um lado, mas paradoxalmente mantendo certos aspectos do seu passado, por outro. Uma espécie de fronteira, na qual suas características muito certamente se alinham à condição periférica do Brasil em relação às chamadas nações civilizadas do mundo. Outro elemento importante é que todos os três autores ingressaram em determinadas redes de contatos, que lhes permitiram tanto o acesso ao funcionalismo público (garantindo um meio de

vida estável) quanto a determinadas instituições científico-culturais. Além desses aspectos, e essa é a questão mais importante para esse ponto do texto, todos os três autores tiveram intensa participação na imprensa. Como já observado por este texto, o jornalismo no Brasil daquele período de transição constituiu-se uma nova atividade laboral. Daí, bastante ligada ao avanço das atividades urbano-comerciais no Brasil da passagem para o século XX. O jornalismo, em consequência, serviu de opção de trabalho a determinado conjunto de indivíduos, sobretudo, de camadas médias urbanas. Aspecto que, em particular, se encaixa àquele jovem escritor - Machado de Assis - cuja ascendência, por um lado, não figurava entre uma depauperada fidalguia ou, por outro, de próspera família de comerciantes. Em razão de tais circunstâncias, portanto, o aspirante literato buscou no jornalismo não apenas um meio de visibilidade, mas uma opção de trabalho mesmo. Ainda que persistisse, na atividade jornalística, aquelas características de não ser um trabalho muito seguro, já que não pagava bem e que diversos jornais tivessem uma periodicidade curta, por exemplo. Ainda assim, controversamente, o jornalismo não apenas cumpriu o papel de dar visibilidade, mas igualmente de ser uma alternativa de trabalho a aspirantes a membros da *intelligentsia* brasileira daquele transcurso do século XIX ao XX. Algo bem coadunado com o momento de alterações estruturantes pelas quais o mundo passava.

Deste modo, é primordial compreender o papel da imprensa para se refletir sobre a forma mais usual de confrontação de ideias entre determinados indivíduos e/ou grupos. Isso inserido não somente em um determinado contexto social, político e temporal, mas sobretudo de uma liturgia bastante própria de atuação. Havia formas que se estabeleceram, enquanto uma espécie de regras de conduta entre aqueles que, através dos jornais, em particular, defendiam seus respectivos pontos de vista sobre algum tema. Além desse aspecto, o respeito à condução de como o debate deveria ocorrer implicava no reconhecimento entre pares, ainda que as proposições fossem distintas entre si. Contudo, é preciso ter em mente que ocupar aquele espaço da intelectualidade significava que se tratassem enquanto assemelhados e não com pessoas estranhas ao processo. Assim sendo, se construía um autêntico tripé: visibilidade, liturgia e reconhecimento que dispunha as normas do exercício da atividade intelectual entre seus próprios membros. Esse conjunto representou o aspecto que se tornou uma verdadeira cultura constituída entre a intelectualidade brasileira daquele período entre os séculos XIX e XX.

Propriamente foi esta característica de discussão por meio dos jornais que figurou a provocação inicial desta tese. Em junho de 1905, Manoel Bomfim lançou seu livro - *A América Latina: males de origem* -, aproximadamente quatro meses após, Sílvio Romero publicou uma sucessão de artigos contendo críticas enfáticas sobre as ideias expressas na obra recém-lançada de Bomfim. De forma concisa, é possível afirmar que tal obra apresentava uma tese sobre o que

classificava como aspectos elucidativos do atraso da América Latina em relação às nações civilizadas do mundo. Tais características se compunham no seguinte encadeamento: a) as nações latino-americanas foram formadas a partir de um colonialismo europeu predatório, por populações ibéricas fundamentalmente contagiadas por aquele modelo que, b) em consequência, formou nações, na América, altamente conservadoras, como se observa nos respectivos países do pós-independência, ao longo do século XIX; e c) o processo constituiu-se dessa singular composição de condições, que impulsionaram vícios de origem. Em outros termos, por herança, não apenas histórico-social, mas atávica também aos países latino-americanos foram legados. Afinal, os caracteres corrompidos de suas respectivas sociedades colonizadoras, que foram voltadas à espoliação e ao reacionarismo, foram reproduzidos pelas sociedades do Novo Mundo. Muito embora, Bomfim assente conceitos e analogias a partir de uma visão biológica, foi severamente crítico de princípios raciais, daquela transição para o século XX. Opôs-se severamente a pretensa solução pelo branqueamento e, por conseguinte, desacreditava da visão de existir raças superiores e inferiores.

O conjunto de escritos de Romero, publicados na imprensa, exprimiu a sua recepção crítica e virulenta à obra *A América Latina: males de origem* (1905), de Bomfim. O furioso comentário que fez do trabalho do autor de *males de origem*, sustentou-se em fundamentalmente dois argumentos: o primeiro contido na percepção de que a obra trazia inverdades e má avaliações em relação às premissas que o famoso crítico literário julgava seguras e evidentes. Estes pretensos erros, que se manifestariam, ao fim, em literais despropósitos no que diz respeito à compreensão dos princípios raciais. No segundo pressuposto, Romero textualmente acusa Bomfim de cometer um crasso engano em referência ao conhecimento da história da América. No fim das contas, a própria obra de Bomfim também sofreria de certos **males de origem** que, na perspectiva do notável crítico, a desabonariam integralmente. Essa maneira de articular ideias é bem sabida enquanto prática do jornalismo brasileiro, que era a polêmica. Tal arte era bastante conhecida de Romero tanto pelo gosto quanto pela perícia que articulava as palavras em favor de suas opiniões, desprestigiando e, não raro, difamando seus contendores. As análises que Romero publicou na imprensa sobre a obra de Bomfim seriam, para além dessa perspectiva de embate de ideias, o meio pertinente de se garantir que aquelas supostas falsidades e erros de autor de *males de origem* não ganhassem largo conhecimento e/ou penetração social. Daí, a utilização das páginas dos jornais enquanto esse meio singular de discussão de ideias, pois era a maneira mais eficiente de fazê-lo, na transição do século XIX para o XX. O veículo de mídia apresentava-se como o apropriado instrumento de comunicação com a notável competência de amplificar o alcance da discussão.

A posição partidária marcou bastante o jornalismo brasileiro e os transcursores históricos do país favoreceram para sedimentar essa característica. Na primeira metade do século XIX do Brasil pós-independência, os jornais tiveram uma característica mais de *tribuna* ou *porta-voz* do que os aspectos mais conhecidos da imprensa atual (Kieling, 2014). Em geral, eram instrumentos oficiais ou diretamente ligados a determinados grupos, causas ou interesses. Logo, comumente havia toda uma variedade de periódicos a defender essa ou aquela causa ou interesse. Apresentavam tais contrapontos, já que escudavam ou eram o instrumento de refutação à perspectiva que lhes era contraditória. Eram, em consequência, um jornalismo mais de opinião do que noticioso. Esse foi um dos grandes atributos da imprensa brasileira entre os períodos do I Reinado (1822-1831) e da Regência (1831-1840) (Kieling, 2014). É o que Sodré (1966) conceitua de *jornalismo político* ou *pasquineiro*, já que a imprensa basicamente possuía a postura de defender personalidades ou determinadas tendências políticas. O que particularizava, não raro, que um órgão de imprensa fosse fundado, administrado e fomentado por dado grupo político, por exemplo. Os editoriais eram, por conseguinte, bem marcados, não se deixando qualquer dúvida em nome de quem e do que o jornal falava, ou seja, de quem o noticioso era o *porta-voz*. Sobre esse ponto, argumenta Sodré (1966) que “[...] um jornal é procurado também e, principalmente, pelo que expressa, pela sua opinião, pela sua posição” (1966. p. 453). A notícia em si, portanto, não era o ponto mais importante, mas o que se advogava.

A primeira publicação jornalística brasileira é de 1808, o *Correio Braziliense*, foi fundado por Hipólito José da Costa. No início do século XIX, a Europa vivia a conjuntura das Guerras Napoleônicas e, em consequência delas, o Brasil hospedava a família real portuguesa e sua corte. O periódico de Hipólito da Costa era mensal e foi lançado e publicava-se em Londres³. Essa circunstância singular justificava-se em virtude de o idealizador do jornal ter sofrido um processo da St.^a Inquisição Portuguesa e por se tornar um crítico do governo lusitano. Fora diretor da Junta da Imprensa Régia de Lisboa, que não o livrou da acusação de maçon pelo St.^o Ofício e que o impeliu àquela postura de oposição (Schwarcz, 1998; Candido, 1997). Publicado no Brasil, tem-se *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que foi de três meses depois do *Correio Braziliense*. O periódico carioca era o veículo oficial do Estado português transplantado. Nas palavras de Schwarcz (2002) o “[...] fiel veículo de divulgação da Corte, [...] (2002. p. 322). Pode-se dizer que assim começou o jornalismo no Brasil, em razão de uma conjuntura excepcional e que foi um importante elemento

³ Antônio Candido (1997) descreve que Hipólito da Costa foi acusado de maçon e se refugiou em Londres em 1805, sob a proteção do Duque de Sussex, lá editando o *Correio Braziliense* até 1822. O fato curioso é que apesar da perseguição sofrida, Hipólito defendeu a ideia de “união equivalente dos dois reinos” (1997. p. 300), somente advogando o rompimento completo nos últimos momentos em 1821.

ao processo de formação de um Estado brasileiro autônomo. Ambos periódicos, em seus respectivos e certamente partidários pontos de vista, realizaram os registros desse singular período da história brasileira.

A partir do II Reinado (1840-1889) a denominada *imprensa política* perde um pouco de sua dinâmica em virtude de um novo contexto: a **conciliação**. Esse é o nome, em geral, dado ao período, iniciado na segunda metade do século XIX, e que se caracteriza por uma estabilização política e social do império brasileiro. As disputas e desordens, peculiares aos períodos anteriores, foram sanadas e é estabelecido um equilíbrio institucional entre as forças políticas do país (Schwarcz. 1998). O objetivo era a governabilidade do império e em acordo com os interesses da aristocracia rural.

Na fase anterior, de avanço liberal, de luta política, de doutrinação, da ânsia pelas mudanças, a proliferação de jornais e pasquins estendia-se às províncias mais distantes. A pregação chegara a extremos limites: a República, por exemplo. Essa pregação foi esmorecendo, pouco a pouco, à medida que a repressão preparava o ambiente do domínio absoluto do latifúndio. Império e latifúndio consorciaram-se, em 1840, para o clima que não encontrou resistência depois de finda a primeira metade do século. (Sodré. 1966. p. 213)

A referência à República diz respeito à Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845). Movimento que se opunha ao governo imperial, durante a Regência, e que foi a sedição mais longa de todo um conjunto que ocorreu naquele período da história brasileira. Após sua contenção, criou-se o ambicionado ambiente de estabilidade política, institucional e meios de prosperidade para o país. Aspectos que, como deixa explícito o autor, foram frutos não exatamente de uma conciliação de amplas porções da sociedade brasileira. Ao contrário, a **conciliação** mais condiz com uma imposição de determinado grupo, que representava a então elite político-econômica brasileira. A **conciliação**, portanto, criticada por Sodré (1966), é uma paz pela força, em razão da construção autoritária de uma hegemonia de determinada categoria social privilegiada brasileira, que impôs o seu projeto à nação brasileira. Essa vitoriosa empresa representou, em distintos aspectos, certo progresso do Brasil, mas circunscrito em diversas contradições que, em síntese, foram: a continuidade do regime imperial monárquico, da grande propriedade rural, do modelo econômico agrárioexportador e da mão de obra servil. Paradoxos represados até determinado momento, mas que por fim eclodiram nos movimentos abolicionista e republicano, conduzindo à própria monarquia a uma crise institucional, que levou o regime ao seu ocaso (Prado Jr. 1972; Buescu. 1970).

Do II Império (1840-1889) aos primeiros anos da Primeira República (1889-1930), a imprensa brasileira assumiu um caráter mais literário. Em momentos anteriores, a imprensa possuiu aquele caráter mais político, em que aguerridas contendas página a página, edição a edição eram comuns e o meio pelo qual os contendores se enfrentavam. Essa foi, sobretudo, a característica dos periódicos período do I Reinado (1822-1831) e da Regência (1831-1840). Em virtude daquele outro contexto, de maior estabilidade política e de ascensão econômica da segunda metade do século XIX, a imprensa assumiu aquele aspecto mais literário e noticioso. No entanto, pareceu herdar daqueles períodos mais conturbados a polêmica (Sodré. 1966). Apesar de certas semelhanças com as controvérsias dos agitados anos de formação do Estado brasileiro, a polêmica da imprensa literária continha certo caráter personalista. Desta feita, em características mais voltadas à finalidade de refutar determinados pontos de vista, desacreditando suas argumentações e, por vezes, o próprio autor de determinada ótica. Não raro, por conseguinte, apresentando desde certo tom de querela até de uma muita aguerrida disputa, que conotava que bem mais do que a afirmação de determinado ponto de vista a respeito de algum tema estava em jogo. Qual fosse, o autor da polêmica, em geral, assumia para si aquela ideia e buscava defendê-la com energia. Isso se tornou uma espécie de:

[...] moda na imprensa brasileira na virada do século (XIX) não era a notícia, mas a polêmica. Jornalista que decidisse fazer carreira como grande editor ou como repórter de talento estava condenado a desaparecer sob a poeira da obscuridade. Quem tivesse plano de brilhar, que preparasse a pena e arranjasse alguém para combater. A polêmica era o palco ideal para o exercício da elegância, da erudição e, quase sempre, da ferocidade do ataque. (Moraes, 1994, p. 60)

Em outras palavras, a polêmica jornalística daquela transição do século XIX para o XX era o recurso utilizado para a construção e/ou afirmação do *status* intelectual e, por conseguinte, social de aspirantes a jornalistas e a literatos. E como o excerto sublinha, era mais significativo o **como fazer a polêmica** e não do que se tratava a argumentação construída. Em geral, os contendores eram substancialmente de personalidades ligadas à *Intelligentsia* brasileira da época e a temática das polêmicas giravam justamente em torno daquele meio acadêmico e intelectual brasileiro ou de grandes temas do princípio do novecentos. Afinal, apesar das “ [...] grandes lutas políticas [que] apenas se anunciavam, os jornais viviam ainda muito ligados à literatura” (Sodré. 1966. p. 257). Por exemplo, em 18 de setembro de 1875, José de Alencar estreou um drama - O Jesuíta - no teatro São Luís. Embora um fracasso de público rendeu uma polêmica entre Alencar e Joaquim Nabuco. Ao longo daquele ano, de setembro a novembro, uma série de artigos foram escritos por ambos os intelectuais, publicados no jornal O Globo, com críticas e réplicas até o encerramento da

controvérsia. Nabuco e Alencar já figuravam personalidades de alto destaque intelectual e social do país, logo, já se dispõe do primeiro elemento das características de uma polêmica, que eram travadas por aqueles de renome no circuito intelectual. Se algum aspirante, alguém ainda pouco conhecido se utilizasse da polêmica, sempre buscava como alvo outro que fosse renomado, obviamente, a fim obter visibilidade. Assim, a troca de artigos entre ambos renomados intelectuais brasileiros seguiu imersa naquele, por assim dizer, protocolar ritual das polêmicas jornalísticas, tão própria da imprensa brasileira da virada para o século XX. (Morais. 1994).

O segundo elemento característico é que os contendores deveriam estar dispostos a uma disputa que durasse várias edições, de alguns meses a, quiçá, alguns anos. Era preciso, portanto, ter ânimo e ousadia para a interlocução e com uma verve bastante contundente, e não incomum, agressiva. Talvez algo bem assemelhado ao chamado *jornalismo pasquineiro*. Nesse aspecto, Sílvio Romero foi justamente o mais destacado. Possuía uma energia singular para buscar impor seus pontos de vista. Às vezes, recorria o famoso crítico literário a ofensas pessoais e até difamações. O importante não era a notícia, mas quem e como determinados indivíduos disputavam entre si a pretensa verdade de suas respectivas argumentações e, assim, buscar saber quem pareceu ganhar o debate (Sodré. 1966; Moraes. 1994). A motivação das polêmicas, por conseguinte, era determinar certos pontos de vista. Ao conseguir fazê-lo, granjeava-se aqueles benefícios que as controvérsias jornalistas poderiam propiciar: evidência e o alçar de postos no funcionalismo público e na política. Àqueles que já dispunham de tais expedientes, a evidência obtida pela polêmica era o meio de preservar seus privilégios de *status*.

Esta característica pragmática das polêmicas, contidas no jornalismo literário, demandam ainda certa reflexão. A princípio, na produção de periódicos de caráter mais literário, as controvérsias possuíam um aspecto mais individualista, um pouco distinto, por conseguinte, ao jornalismo político do primeiro meio século, quando da formação do Estado brasileiro. Nesse último, servia e era determinada pelos interesses de certo grupo político. Assim, autor até poderia também angariar algum posto, mas no jornalismo literário a ação era de iniciativa era mais individual e circunscrita dentro de um protocolo ou de uma liturgia da própria intelectualidade. Esse processo era exigido a fim de se estabelecer tanto a própria estrutura de relações quanto de autorreconhecimento entre os pares. Em outros termos, como o jornalista, o literato, o intelectual agiria a partir de determinadas ações mais ou menos estabelecidos. Novamente, a própria trajetória de Sílvio Romero é um exemplo bem característico desse aspecto. A visibilidade do famoso crítico permitiu a ele se inserir em determinado grupo e a um posto de juiz, por exemplo. Posteriormente à magistratura, Romero assumiu um cargo de professor no Pedro II, a mais prestigiada instituição de ensino do país, naquela virada do século XIX para o XX. Ocupar uma cadeira de professor

naquela instituição significava estabilidade econômica e se encontrar em um topo de uma carreira que muitos almejavam, mas poucos eram agraciados. Ou seja, significava estar entre uma elite, que preparava a elite dos discentes da época. O cargo no Pedro II, por conseguinte, oferecia, para além de uma confortável situação financeira, um *status* significativo em virtude de uma exposição que o encargo promovia.

O jornal impresso, conseqüentemente, apresentava-se como o meio instrumental propício para que ideias se propagassem tão rápido e a tantos quanto as próprias máquinas produziam bens diversos. A notícia, o debate, a ideia, desta feita, também se tornaram algo consumível dentro de um determinado mercado. O jornal impresso era, por essa perspectiva, a condicionante material a partir do avanço das forças produtivas, para que o pensamento ganhasse dinâmica e certa amplitude ou até mesmo popularização. Dentro das redações, as mudanças também eram sentidas e que refletiram na corroboração entre o avanço das forças produtivas e os jornais. O periódico *Correio Paulistano*, por exemplo,

Desculpa-se por ter atrasado um pouco a saída desse número inicial, prometendo aparecer, daí por diante, “até o fechar da noite”, e manter e distribuir regularmente o jornal, com dois agentes. Só se tornou matutino mais tarde. Em 1863, passou a ser impresso pela primeira máquina de aço que a imprensa paulista conheceu, uma *Alauzet*; antes era impresso em prelo de pau, movido à mão; a partir de 1869, essa máquina foi movida a vapor. A tiragem era 450 exemplares, até 1863; subiu a 700, nesse ano; a 850, em 1869. (Sodré. 1966. p. 216).

À proporção que as mudanças eram empreendidas, os jornais eram provocados a proporcionar maiores e mais diuturnas tiragens. É, em consequência, aquele processo de retroalimentação já assinalado. A produção de máquinas de impressão mais sofisticadas e rápidas aumentou as edições que, por sua vez, eram provocadas justamente pelas mudanças socioeconômicas e políticas estruturais, que igualmente modificaram os padrões e interesses da própria sociedade. O jornal acompanhava, em quase que concomitante velocidade, o desenrolar dos acontecimentos, em virtude de suas características de pronto noticiar e divulgar dos fatos. A imprensa apresentava-se à sociedade como o veículo para essa função e disponibilidade de estar junto aos processos que se punham em marcha. E, como é do conhecimento atual, o jornal não matou o livro. Contudo, o jornal se tornou a forma mais comum de divulgação de informações e exposição de ideias desde a segunda metade do século XIX até o terceiro quartel do século XX (SODRÉ. 1966). Por tais circunstâncias, tornou-se igualmente o palco privilegiado de debates e discussões.

A própria aceleração foi provocada pelo contexto da industrialização e as alterações sociais que eram operacionalizadas.

A partir do início da segunda metade do século XIX, o Império está com a sua estrutura articulada e firme: consolidou-se para uma larga etapa e tudo ganha aspectos duradouros, parece definitivo. Mesmo os germes de mudança, que surgirão claramente após a guerra com o Paraguai, passam despercebidos em seus efeitos, embora sejam escandalosos como acontecimentos: o primeiro deles é a extinção do tráfico negreiro, logo ao iniciar-se a segunda metade do século. [...] Surgem, em consequência da disponibilidade dos capitais antes empregados no tráfico negreiro, novas aplicações; começam a aparecer as ferrovias, enquanto a navegação a vapor encurta as distâncias marítimas e permite aumentar o volume das trocas com o exterior e entre as províncias. Pouco depois, é o cabo submarino que liberta a informação externa da subordinação dos paquetes, e o telégrafo uni progressivamente as zonas mais próximas ao centro. Ao mesmo passo, desenvolve-se o comércio, a organização bancária e até a indústria, permitindo o aparecimento de uma figura como Mauá, com as suas iniciativas variadas, que apreçam audaciosas aos contemporâneos. O quadro antigo vai sofrendo alterações emancipando-se gradativamente da larga supremacia rural. A sociedade brasileira reflete, evidentemente, essas mudanças, com diferenciações progressivas. [...] A imprensa, como todo conjunto da cultura, reflete as transformações da época. (Sodré. 1966. p. 213-214).

Para além dos elementos de caráter socioeconômico há também os políticos. Alguns desses em direta consequência dos efeitos da Guerra do Paraguai, citada por Sodré (1966). Em destaque, houve, o que se pode dizer, de longo outono do escravismo, cujo Movimento Abolicionista foi o seu símbolo e ganhou mais força após aquele conflito sul-americano. Na baila desses acontecimentos, também havia o Movimento Republicano, que objetivava por em xeque a própria instituição da Monarquia Brasileira (Schwarcz. 1998). Ou seja, uma série de significativas transformações que constituiu um cotidiano cada vez mais dinâmico, repleto de novidades e com uma cada vez mais ampla oferta e demanda pelo consumo de artigos diversos. Esse dia a dia mais célere demandava por mais informações. A sociedade brasileira, em consequência, tornava-se mais ávida para o consumo, agitada pelos acontecimentos. O modo de vida das pessoas se alterava, provendo novos hábitos, interesses, entre esses, e naquele contexto, pelas notícias. Era, à vista dos fatos, o ambiente fértil para a imprensa que, naquele momento, ganhava cada vez mais espaço.

A imprensa igualmente foi afetada por aqueles processos. A governabilidade, traduzida em uma estabilidade política e institucional, obtida através da afirmação de uma elite proprietária rural e de seus interesses, significou arrefecimento daquele dito *jornalismo político*. A combatividade de outros momentos não fazia mais sentido em uma conjectura de calma social e

política e progresso econômico. Desta feita, o *jornalismo de opinião* ou *pasquinesco* cedeu espaço para outro modelo de jornalismo. Houve o incentivo à produção literária, que na ainda incipiente indústria editorial brasileira, achou espaço nos folhetins dos jornais. Daí surgiu o *jornal literário*, no qual grandes romances e autores da Literatura Brasileira do oitocentos foram publicados de forma fascicular, nos periódicos daquela época (Schwarcz. 1998; Sodré. 1966).

No Diário do Rio de Janeiro, José de Alencar constituiria exemplo marcante da conjugação da literatura com a imprensa. Ele mesmo depõe: “Em fins de 1856, achei-me redator chefe do Diário do Rio de Janeiro. Ao findar o ano, houve a ideia de oferecer aos assinantes da folha mimo de festa. Saiu um romance, meu primeiro livro, se tal nome cabe a um folheto de 60 páginas. Escrevi Cinco Minutos em meia dúzia de folhetins, que iam saindo na folha dia por dia, e que foram depois tirados em avulso sem nome do autor”. (Sodré. 1966. p. 220).

Naquela mesma página do excerto acima, na nota de rodapé 121, Sodré (1966) cita palavras de Visconde de Taunay, em que trata da publicação do *Guarani*, grande obra de José de Alencar, na mesma forma de folhetim. Taunay certamente revela algo bem mais elucidativo do contexto, ao se referir ao público leitor do romance de Ceci e de Peri, quando diz que aquela prática de publicação literária era, até então, desconhecida no Rio de Janeiro. Acostumados estavam os leitores às notícias sobre o comércio e a bolsa, porém o romance cativara o especial interesse de “círculos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade” (Taunay IN: Sodré. 1966. p. 220). Em uma sociedade fluminense um tanto mais sofisticada, essa outra geração ansiava pelo consumo de bens algo mais sofisticados: a literatura. As páginas dos modestos folhetins constituíram gostos, atenderam demandas e permitiram que jovens literatos tivessem meios de se expressar. Na prática, o *jornalismo literário* configurou-se um novo modelo de editoração a estabelecer a cena de atuação da *Intelligentsia* brasileira da época. O espaço de criação, de exposição, de debate, de vaidades e de controvérsias.

Características que só começaram a se alterar mais para o século XX, mais particularmente a partir da década de 1930. Ou seja, quando a imprensa alcançou, no Brasil, um nível mais empresarial. Quando o jornalismo se tornou definitivamente um negócio. Enquanto tal, os órgãos de imprensa tiveram mais autonomia para criar seus próprios editoriais e assumir posições próprias em relação a determinadas tendências. Não mais tanto a opinião de engajamento, mas as notícias tiveram maior protagonismo. As motivações que explicam esse perfil é que se tornaram distintas das do século XIX. Se no oitocentos o jornalismo de opinião estava mais ligado as esferas de disputas políticas, já no noticioso (a partir do século XX) a dimensão econômica ganhou destacado espaço. Aspecto que não quer dizer que a imprensa noticiosa não se filiou, em dadas conjecturas

e de certas maneiras, a determinadas inclinações de interesse. Como já dito, isso ocorrerá de maneira distinta, agora a partir de um contexto bem mais complexo de interrelações em que o fator econômico será amplamente destacável (Sodré. 1966; Kieling. 2014).

A partir deste ponto, há duas perspectivas interessantes a serem abordadas. A primeira, é a de Jefferson Barros (1977), em que reflete, através de uma ótica *gramsciniana*, a respeito da atuação daqueles que promoveram o debate de ideias, também via jornais. Esse grupo era ou formou uma intelectualidade que encontrou espaço em tais veículos. A partir do ponto de vista influenciado pelo pensamento de Antonio Gramsci, Barros (1977) leva em consideração a atuação dos homens de letras dentro de uma sociedade de avanço das forças produtivas. Os impactos dessa estrutura alteraram profundamente as sociedades e, por conseguinte, os meios e a atuação do intelectual. O autor afirma que uma sociedade de progresso do modelo burguês impele que o intelectual defenda e propague, em consequência, os princípios daquela categoria social. É claro que esta correlação não é automática, havendo possibilidades de o intelectual assumir uma posição crítica ou até mesmo contestatória em relação às contradições socioeconômicas, políticas ou ideológicas.

O porém está no fato de que, segundo Barros (1977), a produção intelectual não ser em si individual, mas dependente de um contexto. A produção do pensamento e da ciência moderna está bastante inserida na elaboração de técnicas e de tecnologia e de ideias justificadoras desses processos que são essencialmente voltados para o mercado. E, dentro dessa lógica, é preciso considerar objetivamente que, embora haja certa aura ao entorno do cientista, do intelectual, esses indivíduos são trabalhadores assalariados que, em alguns casos, não se identificam dessa maneira. Desta feita, o produtor de conteúdos e ideias, membro de uma *Intelligentsia* é suscetível a ação de determinados interesses. Propensões que podem conduzir suas elucubrações alinhadas a determinadas ideologias, interesses ou imperativos, por meio de uma ou outra circunstância daquela lógica do modelo de produção para o mercado. Esse fenômeno afeta a construção do saber erudito, já que a própria construção do pensamento se torna um elemento da produção econômica. Logo, as funções da intelectualidade seriam: a) reproduzir uma mão de obra especializada; b) elaborar as técnicas e as tecnologias necessárias à produção de bens; e, por fim, c) a construção de ideologias (Barros. 1977). O erudito, desta feita é um indivíduo inserido dentro de um quadro relações que potencialmente interfere e/ou influência na produção do seu respectivo saber. Não obstante ao mesmo potencial que esse homem de letras também possui de não se engajar, por motivos diversos, àquele conjunto de interesses e influências.

A título de complemento, é preciso considerar, novamente, que as características de que o engajamento dos indivíduos pertencentes às letras a determinadas tendências ideológicas ou

princípios não é em absoluto imperativa. Horácio Gonzalez (1981), por exemplo, conceitua o que é um intelectual. Para tal, faz uma classificação do que analisa ser um intelectual e os seus diversos tipos distintos. No que denominou de *intelectual maldito*, por não corresponder ou atuar em perfeita consonância com determinados interesses, cita, através de uma epígrafe, um argumento de Jean-Paul Sartre, em *As Palavras*, no qual o filósofo francês diz: “Um intelectual, para mim, é alguém que é fiel a um conjunto político e social, mas não deixa de contestá-lo” (Gonzales. 1981. p. 9). Portanto, compreendem ponderações que refletem uma determinada conjunção de caracteres. Esse conjunto se adequa ao fenómeno do jornal impresso (concepto em um modelo de *business*) como meio de divulgação, muito mais do que notícias, mas também de conteúdos, opiniões a serem igualmente consumidas pela sociedade. Afinal de contas, tanto o jornalista quanto aquele colunista colaborador serão pagos pela produção daqueles conteúdos a serem publicados pelos impressos. Esses veículos possuem seus editoriais configurados a partir de interesses do grupo que o administra e de seus respectivos anunciantes. Ainda assim, não compelem em absoluto a produção do pensamento que, no mínimo, pode encontrar seus subterfúgios de ação.

O outro contraponto, nessa perspectiva da influência de uma visão ou princípio de mercado na produção das ideias, é-nos apresentada por Nicolau Sevcenko (2003) a respeito da incipiência do mercado editorial brasileiro de fins do século XIX.

O analfabetismo quase total da população brasileira, nesse instante dramaticamente lembrado, impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial. Os intelectuais viram-se assim compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou a política. A Academia Brasileira, com o seu condão de consagrar os escritores, garantindo-lhes crédito total em qualquer casa editora do Rio, mas sobretudo colocando-se sob a tutela protetora do Estado, tornou-se um reduto de estabilidade no qual todos lutam para entrar. “É uma espécie de aposentadoria literária”, no conceito da época. (Sevcenko. 2003. p. 128).

Aqui retomamos novamente o argumento de Romero de que a *literatura* conduz ao *jornalismo* e esse à *política*. Logo, o *literato* é *jornalista*, *orador* e *político*. A perfeição desta pretensa simbiose parece não ser tão perfeita ou natural, segundo Sevcenko (2003), que apresenta outras perspectivas. Ao se fazer um pequeno adendo de contextualização somente a respeito da imprensa brasileira, percebe-se que, no geral, o número de tiragens era baixo e os jornais duravam alguns meses, quando muito um ou dois anos. Nesse modelo mais artesanal, às vezes de fundo de quintal, dependiam muito do aporte de grupos políticos ou do governo. Daí aquele *jornalismo de opinião* ou *político*, também denominado por Sodré (1966) de *pasquineiro*. O patrocínio governamental era o mais desejado, já que significava segurança de recursos disponíveis e maior longevidade à

publicação. Basta se tomar como exemplo a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ainda que seja uma publicação de caráter específico, acadêmico-científica e não de relato e síntese do cotidiano, serve-nos de amostra. Afinal, a Revista do Instituto Histórico (RIHGB) tem uma continuidade desde a fundação da própria agremiação acadêmica, em 1839. Óbvio que se trata de um exemplo bastante excepcional, já que o IHGB foi fundado tendo o próprio Pedro II como patrono e membro e dentro do Palácio Imperial. Entretanto, tal exemplo demonstra o quão o patrocínio governamental poderia ser fundamental para continuidade de algum veículo de comunicação. É claro que esse caráter determinava também que o impresso se tornasse um instrumento oficial. No caso RIHGB, esse aspecto fazia parte de sua gênese, já que a função primordial da revista era de construção da memória histórica e dos mitos fundacionais brasileiros. Elementos muito singulares, que não se veriam em outras publicações, mas que poderiam se aproximar, com notícias e/ou opiniões favoráveis a fim de angariar o apoio financeiro governamental. (Sodré. 1966; Schwarcz. 1993, 1998; Chauí. 2000).

Portanto, a *Intelligentsia* brasileira estar muito atrelada ao Estado. Aspecto fundamental e que nos parece ser a singularidade do país em relação aos modelos de centros avançados do Capitalismo do século XIX. O que não significa dizer que não foram buscados e serviram nem que seja como um *verniz* daquilo que se propunha ser: uma nação que, no mínimo, acompanhava a vanguarda do mundo no entre os séculos XIX e XX. Buscávamos imitá-los, seguir suas tendências e influências e éramos até impelidos por elas. No entanto, não conseguíamos reproduzir tais modelos tão próximos assim dos seus originais. Os diferentes contextos socioeconômicos, como descritos na sucinta citação de Sevcenko (2003), apresentam um dos cenários da diversidade de estruturas entre centro e periferia. Needell (1993) o completa, por outro viés, da seguinte maneira: “A *belle époque* carioca pode ser considerada como apogeu de tendências específicas de longa duração, quer como fenômeno inédito, assinalando uma fase única da história cultural brasileira.” (1993. p. 19). Então, naquela conjectura particular poderíamos ter um *apogeu de tendências de longa duração* ou um *fenômeno inédito*. Quer seja um, quer seja outro, ambos nos assinalam um momento de profundas transformações, liderado pelos Países Centrais do Capitalismo, e o impacto e assimilação nas periferias. O que, no caso do Brasil, significou uma tendência de avanço das atividades urbanas, um declínio do escravismo e da própria Monarquia e a busca de uma afirmação entre as nações centrais do mundo ou, no mínimo, desse modelo buscar. Todo esse processo exigiu, em suas características intrínsecas, a produção em maior escala de um particular bem de consumo: as ideias, que tinham nas palavras escritas, como dito, o seu palco privilegiado. Assim, fazendo a carreira de jornalistas, literatos e políticos, nesse particular modelo brasileiro.

2.3. Romero *versus* Bomfim: o cenário e o abrir das cortinas

A controvérsia e, por conseguinte, o embate de pontos de vista distintos entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim inicia-se através das páginas da Revista Os Anais. A publicação foi fundada e dirigida pelo literato cearense Domingos Olímpio e dedicava-se, sobretudo, às notícias e às críticas literárias. O magazine recebia a contribuição de um significativo grupo de representantes das letras brasileiras dos princípios do século XX.

Por tais razões, é bastante pertinente empreender algumas observações preliminares sobre Os Anais e seu fundador e diretor. Afinal, foi nessa revista que Romero publicou a série de artigos criticando, com sua usual veemência, os argumentos defendidos por Bomfim em *A América Latina: males de origem* (1905). Logo, é interessante refletir a respeito da escolha do meio editorial feita por Romero, da presença e atuação de Domingos Olímpio no meio Literário e, particularmente, o papel e o alcance de Os Anais no cenário editorial brasileiro daquela época.

Em outras palavras, olhar mais de perto o cenário onde principiou o diálogo entre Romero e Bomfim, como o ritual da intelectualidade brasileira agia naquela virada do século XX. Isso porque é preciso ter ciência do espaço de atuação, como ela foi estabelecida (em suas próprias regras) e a extensão que atingiu. Assim, teremos um quadro mais esclarecedor de como os intelectuais brasileiros atuavam e como se relacionavam com algum meio particular. Neste caso com a revista de Domingos Olímpio, Os Anais.

Esta espécie de singular estudo de caso, em meio a tese, se fez forçoso porque alude mais claramente a situação da *Intelligentsia* brasileira, conquanto já se tenha contextualizado a atuação pela imprensa. Não obstante a isso, observar e refletir sobre um plano específico deixa a conjectura mais elucidada. Afinal de contas, é preciso considerar que o ambiente intelectual e o mercado editorial e de imprensa brasileiro, naquele momento, não era particularmente dilatado, mas em clara efervescência. E, ainda assim, havia distintas redes de contato, que delinearam os espaços de atuação.

Por isso, chama a atenção que Romero convida Bomfim ao embate no mesmo veículo, a revista de Olímpio, Os Anais. Nos adverte, embora fosse comum, mesmo que não seja necessariamente uma regra. Por que, então, chama a atenção? Porque Bomfim não aceita. Assimila as estocadas de Romero, oferece apenas uma resposta breve, não dando continuidade àquela que seria uma grande polêmica. Enfim, os papéis foram cumpridos de maneira tanto usual quanto heterodoxa ao roteiro tradicional dos homens de letras brasileiros do início do século XX.

Os custos, entre outras dificuldades, constituíram a característica de a imprensa brasileira não possuir uma média de grandes tiragens, com edições com poucas páginas (a fim de poupar papel), contando, em geral, com a utilização de serviços tipográficos de terceiros, existência efêmera da maioria de seus títulos etc. Os Anais, revista fundada e dirigida por Domingos Olímpio, não fugia a algumas dessas regras. A princípio, como apontou Romero, o fundador era um literato e também jornalista. Olímpio é o autor de Luzia-Homem (1903) (Albuquerque Jr. 2017) e tinha larga experiência na imprensa, atuando em diversos jornais das províncias do norte do Império (Sodré. 1966). Ou seja, era uma pessoa do meio intelectual e jornalístico. Como era comum naquela transição do século XIX para o XX, migrou para o principal centro de atração do País, o Rio de Janeiro (Schwarcz. 1998).

“A 8 de outubro de 1904, aparecia Os Anais, de Domingos Olímpio, pretendendo fazer registro das atividades intelectuais [...]” (Sodré. 1966. p. 341). A publicação teve vida curta, durando apenas até 1906, quando da morte do próprio Olímpio, que foi o único diretor durante todo esse período. Na capa, já se apresentava como “Os Anais: semanário de literatura, arte, ciência e indústria”. A despeito do leque de temas propostos, de fato, as atividades ligadas à cultura, sobretudo literatura, eram predominantes. O próprio diretor da revista constantemente publicava artigos de sua lavra, em geral, usando pseudônimos de Pojucan e Jaibara (Aguiar. 1999). Portanto, o literato e o jornalista, como sublinha Romero.

Domingos Olímpio vinha de uma família bem posta no Ceará. Atuou em diversos jornais do norte, do então Império Brasileiro, e teve uma rápida passagem pela política. Essa última a qual não deu largo segmento. No Rio de Janeiro, atuou como advogado, enquanto escrevia romances. Contudo o que se ressalta era sua atuação como jornalista e literato, já que “Seu amor pelas letras parecia forte e sincero” (Broca. 2004. p. 303). Tal o era, que Os Anais cumpriam, na prática, certo vácuo, deixado pela publicação a *Semana*, de Valetim Magalhães. Assim

Os Anais seriam o registro de nova vida intelectual, “uma resenha cuidadosamente feita de ideias, dos fatos, dos fenômenos sociais estudados pelo aspecto mais prático e intuitivo. Ao lado da colaboração mais rigorosamente selecionada - crítica, romance, versos, crônicas comerciais e um noticiário de fatos mais importante do país e do estrangeiro, enfeixaria, para leitura dominical, um punhado de informações muito úteis àqueles que não podiam andar em dia com os jornais. (Broca. 2004. p. 303)

A revista de Olímpio possuía, à vista desses aspectos, um caráter notoriamente de ser um semanário cultural. De se empenhar em dispor aos seus leitores e ao País, em si, páginas dedicadas à cultura. Ambiente que o diretor de Os Anais considerava pretensamente carente de iniciativas

como a da sua publicação. Apesar da aparente ótica auto-apologética, Domingos Olímpio em si tinha razão que sua iniciativa de publicar uma revista dedicada à literatura não era comum naquele Brasil de princípios do século XX. No entanto, nesse ínterim a excepcionalidade está mais orientada para aquele problema dos aportes necessários à sobrevivência de um periódico no Brasil (Broca. 2004).

Isso tanto chama a atenção, que a revista *Os Anais* possuíam a incomum variação de 15 a 20 páginas por edição, sendo que dessas laudas, no geral, as três últimas eram totalmente preenchidas de anúncios. Característica que fazia todo sentido, já que com aquele volume de páginas e o eixo temático de abordagem editorial era imprescindível tal quantidade de anúncios para viabilizar a publicação. Houve números, inclusive, que saíram com a quantia de páginas significativamente reduzidas, mas que traziam somente anúncios, sem qualquer artigo, crítica ou nota. Acrescente-se a esses elementos outro fato de que a tipografia era própria, algo pouco comum, cujos serviços eram também regularmente oferecidos entre os anúncios, usualmente para a publicação de teses, monografias, obras literárias etc.

Tal conjunto de aspectos inferem que "*Os Anais*" não era uma publicação de alta circulação para a época. O valor avulso de cada tiragem, por exemplo, era de 500 réis, pouco mais de 10 vezes maior do que o valor dos dois vinténs ou 40 réis do bonde no período. Recorde-se que esse valor do transporte público foi uma das causas que inflamaram a população carioca à Revolta da Vacina (1904), que eclodiu logo no mês seguinte de fundação do noticioso literário. Consequentemente, o número de páginas, o preço praticado e o roteiro essencialmente literário dos artigos denotam um periódico inserido em determinado nicho do público de princípios do século XX. Isso tanto no aspecto socioeconômico quanto de interesse pelo particular editorial da publicação. Alguém com alguma formação e interesses em cultura, mais especificamente literatura, representante de alguma certa camada urbana ascendida ou estrato social privilegiado. Ao fim, as palavras do próprio Broca (2004) são categóricas ao afirmar que *Os Anais* fazia de um conjunto de "[...] revistas que não cortejavam o grande público (2004. p. 302).

Os Anais, por conseguinte, era uma publicação que se apresentava ao debate literário, tão à praxe do jornalismo daquele momento de transição brasileiro. O criador e diretor da revista era igualmente um representante desse meio intelectual brasileiro. Então, não é de se espantar a presença de colaboradores de similar grupo, a exemplo de Coelho Neto, Araripe Júnior, Rocha Pombo e até dois dos mais famosos contenedores da época: Sílvio Romero e José Veríssimo. Aspecto até comum, já que esses indivíduos contribuíam habitualmente para diversos outros periódicos. Um número significativo desses homens de letras atuavam frequentemente na imprensa. Portanto, *Os Anais* não seriam exceção a esta regra de publicar as polêmicas

jornalísticas, como qualquer outro noticioso do período. E, para tal, obviamente que contava com a colaboração do circuito de intelectuais brasileiros, que buscavam através dos jornais, expor suas ideias à literatura, à cultura, de uma maneira geral. Havia ainda os comentários sobre a política e demandas sociais, muito em razão das transformações em curso. Todavia, o que mais ansiavam era pela visibilidade que os periódicos poderiam proporcionar, tais como palco e as polêmicas jornalísticas eram um dos melhores roteiros.

Entre estas polêmicas, destacar-se-á aquela ocorrida entre o conhecido Sílvio Romero e Manoel Bomfim, um então jovem intelectual, mas que já chamava a atenção. Tanto que provocou o *Rei da Polêmica* já no lançamento de sua obra de estreia, *A América Latina* (1905) (Moraes. 1994). Após uma curta temporada na França e a provocação de um jornal francês, a respeito da composição de um artigo sobre a América Latina, Bomfim escreveu posteriormente aquela sua obra inaugural que foi

[Publicada] em junho de 1905, *A América Latina*: males de origem caiu nas mãos de Sílvio Romero quando este, desiludido com a República, refugava a tese do branqueamento e aderiu às ideologias antiliberais de defesa da elite ariana. Como era de se esperar o livro causou-lhe tremores de indignação e ódio, principalmente porque bagunçava os fundamentos de tudo o quanto ele escrevera e pensara acerca dos fenômenos sociais e políticos brasileiros. Não tendo outra coisa a fazer, Sílvio Romero resolveu partir para o ataque - e o fez, é claro, no seu já conhecido e trovejante estilo. Escreveu vinte e cinco artigos da mais pura dinamite contra o livro e o autor, publicando-os no semanário *Os Anais*, de Domingos Olímpio, sob o título geral de Uma suposta teoria nova da história latino-americana. (Aguilar. 1999. p. 186)

O conjunto de artigos saiu entre 1905 e 1906. Os argumentos da crítica de Romero, no geral, giraram em torno de afirmar a tese de Bomfim incorreta, tanto pelo que julgava ser um desconhecimento do autor do processo histórico latino-americano quanto por esse se apoiar em uma teoria pretensamente equivocada. Esse segundo elemento é particularmente explorado por Romero e não por acaso. Afinal, é justamente esse ponto que tornava vulnerável a base do pensamento de Romero, ligado ao *Darwinismo Spenceriano* e, em consequência, defendendo um projeto de evolução da nação brasileira pelo Branqueamento (Aguilar. 1999; Alves Filho. 1979).

A existência de raças humanas, sua divisão hierárquica e a possibilidade de evolução de certas raças pela miscigenação com outras, creditadas mais adiantadas, eram pressupostos em voga entre fins do século XIX para o XX. Em síntese, tais axiomas podem ser classificados como Darwinismo Social, contido no conjunto das Teorias Raciais. A posição central e o desenvolvimento observado em determinadas potências europeias, por exemplo, era justificada como intrinsecamente em razão de sua composição racial superior.

[...] a explicação mais comum envolve implícita ou explicitamente a existência de diferenças biológicas entre os povos. Nos séculos após 1500, à medida que os exploradores europeus perceberam as enormes diferenças entre os povos do mundo em matéria de tecnologia e organização política, eles chegaram à conclusão de que isso se devia a diferenças em habilidades inatas. Com o surgimento da teoria de Darwin, [no século XIX], as explicações foram reformuladas, passando a envolver seleção natural e descendência evolutiva. Povos tecnologicamente primitivos foram considerados remanescentes evolucionários de descendentes humanos dos primeiros ancestrais da espécie. O deslocamento desses povos pelos colonizadores das sociedades industriais comprova a lei da sobrevivência dos mais fortes. [...]

Atualmente, segmentos da sociedade ocidental repudiam o racismo. Mas ainda muitos (talvez a maioria) dos ocidentais continuam a aceitar, reservada ou subconscientemente, explicações racistas. [...]

A objeção a estas explicações racistas não se limita ao fato de que elas são repugnantes, mas envolve também a constatação de que estão erradas. (Daimond. 2017. p. 18 e 19)

Elemento característico e narrativa justificadora do imperialismo europeu do oitocentos.

Desta maneira, tais potências serviriam de modelo às demais nações as nações sul-americanas, por exemplo, em uma condição supostamente inferior e que, por tal condição, passaram pela experiência colonial. No entanto, para que aquelas nações do continente Sul-americano pudessem seguir o modelo europeu, a princípio, era imperativo sua presumida evolução racial. A tese de Bomfim, em *A América Latina*, rompia com todo esse paradigma.

Tal aspecto que certamente fortaleceu em Sílvio Romero a convicção da urgência de combater aquelas ideias e originadas de outro intelectual, já em grande destaque. Características que seguramente explicam a virulência de Romero para além do seu habitual. Isso porque a publicação de diversos artigos de crítica era usual, sequenciando alguns meses, quem sabe até um ano de embates. O porém é que Romero, ainda em 1906, logo reúne os artigos saídos em *Os Anais* e os publica sob a forma de livro, cujo título era *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*. O que explicita

[...] a importância da obra. E um sinal mais que evidente que o livro [de Bomfim] de alguma forma, incomodou bastante o crítico de Lagarto - ou, pelo menos, tinha algo que não lhe permitia ficar indiferente à sua leitura. Afinal, ninguém escreve quatrocentas páginas, mesmo que só de críticas e vilipêndios, apenas para provar que um livro não passa de “um acervo de erros, sofismas e contradições palmares”. (Aguiar. 1999. p. 319)

Esta excepcionalidade de reunir os artigos de uma particular polêmica em um livro, além de Aguiar (1999) também chama a atenção de Antonio Candido (1997). Infere o autor que se trata de uma

atitude “quase anormal na obra de um homem que exprimia as suas ideias, de preferência, em ensaios e artigos” (Candido, 1998, p. 79). Essa singularidade demonstra a acirrada defesa de ideias, que se observava no Brasil da virada do século XX.

Não se tratava apenas de uma estreia mal-sucedida de uma peça ou de um texto literário mal-recebido, quem sabe até por um colega e/ou jornalista capcioso, anti-eticamente a busca de espaço. Trata-se da discussão a respeito da construção da nação brasileira e como ela deveria se desenrolar (Leite. 1983). Portanto, um tema da mais alta relevância e que era tratado via imprensa, primordialmente, por meio da prática das polêmicas jornalísticas. A imprensa brasileira, por conseguinte, serviu ao diálogo de temas diversos, que provocavam a sociedade, em alguns dos seus segmentos. Assim, retratavam os jornais os anseios e o cotidiano do País, registrando-os em suas tiragens, servindo-nos de fonte no presente.

Neste processo entre Romero e Bomfim, em particular, houve uma quebra de protocolo usual, por assim dizer. Quando Joaquim Nabuco criticou a peça de José Alencar, essa foi logo seguida de uma réplica, acompanhada de várias trélicas. Conduziu-se assim o roteiro habitual de uma polêmica. Após a publicação do primeiro artigo de Romero, em *Os Anais*, o poeta Olavo Bilac e o jornalista e político Alcindo Guanabara, amigos de Bomfim, o instaram a responder ao Rei da Polêmica. Guanabara, inclusive, chegou a tratar do assunto com Walfrido Ribeiro, secretário de *Os Anais*, que sinalizou positivamente (Aguiar. 1999). Afinal, mais do que um ético direito de resposta, *Os Anais* usufruíram bastante tendo em suas páginas o embate entre dois intelectuais destacados.

As solicitações de Bilac e Guanabara e a sinalização de Walfrido a Bomfim responder ao conhecido polemista de Lagarto não produziram o efeito esperado. Preferiu o autor, a princípio, sequer responder. Contudo, após certa relutância respondeu apenas com uma única carta publicada, também em *Os Anais*. Fez Bomfim a sua defesa e de sua obra e tese, de maneira bastante urbana em comparação à conhecida virulência de Romero. Talvez se possa dizer que, para a maioria, foi um anticlímax (Aguiar. 1999; Alves Filho. 1979). Porém, o que não se pode dizer é que a discussão não ocorreu. Houve a contraposição do pensamento de ambos os autores e o meio impresso foi o veículo dileto para esse debate. Ainda que o ritual da polêmica, neste caso, não tenha seguido o script esperado. Talvez se possa afirmar que a polêmica ocorreu de maneira mais indireta, através da produção de ambos os autores, sem um plano frontal de discussão.

Publicações como *Os Anais*, portanto, simbolizavam o cenário no qual os atores - os homens de letras - atuavam, cumprindo uma praxe de oposição de ideias através das polêmicas. O que nos proporciona, no tempo vigente, as pistas e possibilidades de leituras de determinados contextos. Há, por outro lado, questões a considerar, a exemplo de editoriais, da possibilidade de

tendência de determinado autor ou jornalista ou da delimitação a certo segmento de leitores e, em consequência, estratos sociais etc. etc. Não obstante a todos esses elementos, mas também em razão deles e por produzirem singulares pontos de vista, os jornais e publicações, como Os Anais, tornaram-se importantes retratos de seus respectivos momentos, a possibilitar a análise de distintos processos sociais.

Capítulo 3 – Discursos hegemônicos e contra-hegemônicos

Este terceiro capítulo apresenta o início da polêmica entre os dois intelectuais brasileiros objetos desta tese. A controvérsia foi lançada em virtude da publicação da obra inaugural de Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, em junho de 1905. A boa recepção do público e da imprensa ao texto e suas pouco usuais conclusões, para época, chamaram particular atenção do crítico literário Sílvio Romero. Sem demora, já em outubro daquele mesmo 1905, o crítico fez um severo exame do trabalho de Bomfim, por meio de 25 artigos publicados na revista *Os Annaes*, de propriedade e dirigida pelo escritor Domingos Olímpio. Esse conjunto de textos, já no ano seguinte, foi reunido pelo próprio Romero em um livro, que arrematava seu rigoroso ponto de vista crítico sobre a obra de Bomfim.

Esta seção, em consequência, objetiva, a partir da discussão sobre aqueles os autores, analisar as questões primordiais do debate da intelectualidade do País, no período de transição do século XIX para o XX. Discussão que visava, em seu cerne, definir a constituição de um ideal de nação brasileira civilizada. Enfim, como se elaborou a construção de uma nação brasileira e como se poderia empreender tal ideiação. Tal processo de debate, considerando seu contexto, estava eminentemente lastreado pelo referencial das teorias raciais. Esse ferramental teórico afirmava que a humanidade estava dividida em distintas raças e em uma relação de superioridade e inferioridade entre si. Pêndulo crucial para estabelecer se determinada nação era ou não civilizada. A partir desse modelo de pensamento eurocêntrico, ou seja, produto das potências europeias da época, o Brasil buscava se definir enquanto nação emancipada de suas anteriores ligações coloniais. A intelectualidade do País assumiu importante protagonismo nesta discussão, sendo que Romero e Bomfim foram dois grandes representantes desse debate. Os autores estavam, como tantos outros de sua contemporaneidade, preocupados em empreender aquela definição do Brasil e, assim, afirmando sua marcha à civilização. Desta feita, essa busca de Romero e Bomfim deu-se por perspectivas tanto de confluência quanto de dissonância. A primeira em virtude do seu fim e a última em razão dos meios para se alcançar os objetivos propostos. Daí, um dos pontos fundamentais para as controvérsias entre os autores, uma nação civilizada era aquela composta, *a priori*, por uma raça evoluída. Essa ótica era defendida por Romero, foi a perspectiva dominante do discurso do período. O argumento estava em consonância com a conjectura, em um plano mais geral, de expansão europeia, por meio da 2.^a Revolução Industrial e da defesa de uma pseudociência de base racial. No Brasil, em plano mais local, o país recém-emancipado do colonialismo europeu, produziu um processo mais singular dado pelo *Branqueamento*, visto que

sua dita raça mestiça e composta de elementos degenerados imperativamente demandava por um aprimoramento, a fim de conquistar o *status* de civilização. Bomfim igualmente defendia a busca pelo *status* de civilização pelo Brasil assim como Romero, mas por meio de um vetor completamente distinto, o da educação. Embora não negasse a divisão da humanidade em raças, negava veementemente a concepção de uma relação de superioridade e inferioridade entre elas. Na prática, em relação ao Brasil, defendeu que o país já possuía uma raça *aclimatada*, pelos séculos de miscigenação violentamente imposta pela colonização portuguesa. O País não seria uma civilização porque esta população mestiça era inferior, mas porque não fora instruída em artes e ofícios e ciências, em geral. Em outros termos, afirmava o médico Bomfim que a *cura* do atraso brasileiro era a melhor preparação de sua população e não o seu aprimoramento racial, discurso que, naquele momento, representava um espectro minoritário.

A análise desta seção foi desenvolvida em três subcapítulos. No primeiro, *O abrir das cortinas*, que visa compreender o preambular impacto e as razões do literal escândalo de Romero, em virtude do trabalho de Bomfim. Para além daquela novidade das teses críticas de Bomfim aos ideais de superioridade racial e da boa receptividade geral que a obra obteve, é preciso apreender como tais elementos constrangeram e provocaram Romero. Assim, a partir desse embaraço, refletir sobre o que tanto intimidou o crítico literário em suas convicções teórico-científicas e, por conseguinte, visão de mundo. Elementos analisados a partir daqueles artigos publicados na revista *Os Annaes* e, logo posteriormente, reunidos em um livro quase homônimo ao da obra de que buscava criticar: *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*. Portanto, objetiva-se vislumbrar mais do que a forma habitual das enérgicas críticas de Romero, mas as razões de fazê-las especificamente à obra de Bomfim e daquela maneira particular. O efeito dessas inquietações e as singularidades das objeções de Romero, logo, são o cerne deste subcapítulo a fim de apreender os argumentos das refutações do grande crítico.

O segundo subcapítulo, *Entre Romero e Bomfim*, em certa medida, retoma as ponderações do anterior. No entanto, a partir de elementos mais específicos, que revelam perspectivas mais proximamente de caráter pessoal por parte de Romero. Entre os referenciais e autores largamente citados, o crítico indica a obra *Lois scientifiques du développement des nations* (1873), de Walter Bagehot. O ensaísta britânico torna-se de fundamental menção, visto que essa obra, em particular, foi amplamente anotada por Romero, com citações diretas a Bomfim. Ação que claramente demonstra a singular preocupação do grande crítico e a sua ênfase, no sentido da urgência que sentiu em defender seus pontos de vista. Outro aspecto a ser observado são as trajetórias de ambos os autores, não no usual sentido de amplas biografias, mas reflexões sobre alguns pontos considerados cruciais, levantados pela pesquisa. Entre tais quesitos estão, sobretudo, as respectivas

origens socioeconômicas, distinções geracionais e de formação e até mesmo os engajamentos políticos de Romero e Bomfim. Para além das divergências de ótica sobre tópicos propriamente teóricos, houve também fatores de distinção de caráter político entre os autores. Muito embora, em menor proporção, e por várias razões, mas suficientes a merecer destaque neste trabalho. Afinal, serviram para se dar mais uma abrangente visão sobre o debate entre Romero e Bomfim, contextualizando ações dentro da perspectiva mais geral da Primeira República e suas especificidades em relação à terra natal de ambos os autores, o Estado de Sergipe.

3.1. O abrir das cortinas

Com o título “Uma suposta teoria nova da história latino-americana”, Romero iniciou sua vigorosa crítica sobre o livro inicial de Manoel Bomfim. O exame principiou na tiragem n.º 54, da revista *Os Annaes*, de 26 de outubro de 1905, algo em torno a quatro meses após o lançamento de *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim. A princípio, Romero seguiu o que parece ser seu roteiro usual: em um plano, dar uma síntese bastante condensada do conteúdo do material a ser analisado e apresentar um contexto geral da obra em relação ao campo acadêmico da época, como também do autor a ser interpolado e seus predicados. Já em outro plano, expor o que se poderia denominar, na atualidade, de referencial teórico, que o crítico utilizou como ferramenta explicativa a fim de contestar as premissas de Bomfim e sua obra. Em outros termos, preambular certa conjectura, tanto de referenciais quanto de contexto social e histórico, para partir para o quase que literal ataque, que se seguiu por um total de 25 números, naquela mesma publicação da revista *Os Annaes*, entre 1905 e 1906.

A argumentação de Romero iniciou com a apresentação do que se pode chamar de seu ferramental teórico que, embora cite diversos autores, sinaliza a denominada “Escola da *Scienza Social*”. Apesar da referência de caráter um tanto mais geral, o crítico notoriamente centraliza-se nos nomes de Le Play e de Gustave Le Bon. Por “*Scienza Social*” deve-se compreender essencialmente o Darwinismo Social, ao qual o crítico literário era particularmente dedicado e sendo aqueles dois autores franceses bastante destacados em tal linha de pensamento. E, a razão para a utilização daqueles elementos teóricos é porque serviriam de bases referenciais para se opor a Bomfim, que justamente rebatia aquelas mesmas bases diretamente naquela sua obra. Logo, para que Romero contestasse o trabalho de Bomfim, teria que ser por meio da reafirmação das premissas do Darwinismo Social, tão glosados por Bomfim (Candido. 1988). Essa estratégia de Romero explicava-se em virtude de

Duas especiais circunstâncias puseram-me no encalço das ideias que vão ser expostas: a observação atenta dos fatos passados no período republicano, que vai decorrendo, e o conhecimento mais íntimo das doutrinas e ensinamentos da chamada Escola da *Sciencia Social* de La Play, de Tourville, Ed. Demolins, P. de Rousiers, P. de Préville, P. Bureau e tantos outros, aos quais se devem os melhores trabalhos existentes sobre a índole das nações. (Romero. 1905. p. 638)

Observe-se, *a priori*, aquela sequência, na qual se apontou que anteriormente o grande crítico apresenta contexto de alusão mais historicista e, logo *a posteriori*, a indicação de qual será seu referencial teórico. Por agora, o foco é compreender as razões do esforço de Romero, em particular, e os meios que utilizou para criticar o trabalho de Bomfim. Afinal, o médico desqualificou aquele modelo teórico do *Darwinismo Social* e, em consequência, era imperativo recompô-lo, afirmar seus pressupostos, indicá-los como capazes de produzir autênticas análises científicas e, por conseguinte, produtoras de observações quantificáveis e legítimas. A “*Sciencia Social*” fora vilipendiada por Bomfim naquela que seria sua capacidade de apresentar asserções da realidade sobre grupos sociais com veracidade, fidedignidade e passíveis de verificação, como o seria em qualquer saber científico. A “*Sciencia Social*”, seus autores e suas premissas, enfim, significavam o meio pelo qual sociedades poderiam ser analisadas e compreendidas. Logo, esse ferramental teórico seria inteiramente capaz de oferecer os processos e os caminhos a um investigador social atento, diligente e erudito a depreender as características de determinado corpo social. Romero possuía inteira convicção dessa questão, a tal ponto de tomá-la de uma maneira particular, como uma espécie de questão pessoal. Esse foi o tom dispensado a Bomfim e às suas premissas (Aguiar. 1999; Candido. 1988). Por exemplo, a princípio Romero chama a quem interpola de *Dr. Manoel Bomfim*, conferindo-lhe notória distinção, mas com certa ironia, perceptível no plano do subtexto. Essa percepção torna-se mais aparente à proporção que o texto evolui e as críticas de Romero se asseveram, à medida que o tom tornava-se progressivamente mais agressivo. Desta feita, desvelam-se, ao longo da crítica a Bomfim, expressões tais como o *Sr. Manoel Bomfim, psicologista brasileiro* ou do *socialismo* e o *colérico professor do Pedagogium* ou que análises do médico sergipano resultaram de *eructações*, ou seja, que são arrotos (Romero. 1905). O tom, por conseguinte, evolui de uma talvez singela, mas clara ironia para um modo bem mais incisivo de desconsideração e até de menosprezo mesmo. Porém, nada perto de algumas palavras realmente ofensivas e, inclusive, degradantes, proferidas ao grande desafio intelectual de Romero, José Veríssimo. Entretanto, tal condução crítica, realizando uma progressiva desconsideração de uma ideia e/ou pessoa não era nenhuma novidade em si, visto que um recurso

discursivo algo que comum. O diferencial de Romero, certamente, era a veemência e, não raro, o baixo calão, a depender de determinadas circunstâncias e pessoas.

O aspecto sobre o teor um tanto mais emocional, declinar para a agressividade é bastante conhecido e característico de Romero. Afirma Lemos (2019), por exemplo: “[...] o que se aplica à maioria não é exatamente o perfil de Sílvio Romero, que, embriagado pela tinta de sua pena, não se fazia de rogado para desancar quem quer que fosse.” (Lemos. 2019. p. 262). Essa espécie de marca registrada do autor, a sua verve entusiasmada, forte e muito incisiva talvez seja muito menos emocional e, quiçá, mais objetiva do que habitualmente se supõe. Afinal, a *polêmica jornalística*⁴ era uma prática comum, o que não quer dizer que não houvesse sempre aquele que a dominasse a arte de maneira mais destacada em relação aos demais (Morais. 1994; Werneck. 1966). Nesse quesito em particular, inclusive, Moraes (1994) aponta uma espécie de protocolo para aquela prática da polêmica. As interpolações ocorreriam através da imprensa; em uma série de artigos, que poderiam durar de alguns meses até um ano ou mais; exigindo bastante ânimo dos contendores. Assim, o objetivo não era a informação ou o debate em si, mas a visibilidade obtida, afirmando ou reiterando uma carreira ou determinado ponto de vista, que poderia ser uma posição política, intelectual, artística ou social, por exemplo. Logo, era de suma importância ir ao encontro de contendores que estivessem em uma espécie de posição intelectual ou profissional equivalente. Afinal, esse adversário, em razão daquele objetivo da polêmica, deveria ser alguém cuja contenda resultasse em maior evidência. À vista disso, bater-se em uma polêmica com alguém desconhecido não necessariamente proporcionaria o resultado desejado. Ao fim, ainda que Romero apresentasse, de fato, traços singulares de personalidade em suas críticas, por exemplo, elas também correspondiam a um roteiro bastante comum de sua época. Elemento que se encaixa na premissa de Collins (2010) de *interações ritualizadas*, ou seja, era a maneira pela qual a intelectualidade interagira entre si, provocando seus debates. O que não elimina, obviamente, que um ou outro tivessem algo que uma assinatura própria. Certamente Romero possuiu esta assinatura singular que, em alguma medida, era tanto um processo inserido em determinado contexto quanto a exteriorização de um emocional, que se aflorava consideravelmente em virtude de determinados momentos, circunstâncias ou pessoas.

⁴ Recordar do capítulo 2, que Sodré (1966) afirma que a prática da *polêmica* foi uma característica bastante própria da imprensa brasileira, ao longo do século XIX. O que alterou, nesse decurso, foi a perspectiva motivadora, que o autor chamou de modelo *pasquineiro*, cuja motivação era de caráter mais político, para o *literário*, que se orientava pelo embate mais intelectual e artístico. O primeiro foi mais característico do período Joanino até a Regência, daí o caráter mais político, visto que foram momentos de instabilidade, marcados pela independência e pela formação do Estado brasileiro. Já o *literário*, durante o II Reinado, foi marcado por um momento de estabilidade política e expansão econômica e busca por uma definição da nação brasileira.

Se talvez exista certa ambivalência do quão era de fato emocional a crítica que Romero empreendia ou se tal recurso era mais narrativo, certo era o seu fim de produzir efeitos objetivos, com os quais buscava proclamar certas perspectivas suas e reafirmar seu *status* de grande intelectual brasileiro. Por essa razão, o conjunto de artigos altamente críticos de Romero, em relação a Bomfim, apresentam aquela inflexão que, em si, não representa nada fora do usual a Romero ou da prática das *polêmicas jornalísticas*. Pode-se dizer que mais ou menos seguiram o *script* habitual. Nem de longe havia observações das mais injuriosas, nas críticas a Bomfim, “(...) [que se classifiquem realmente como] *respostas pessoais, grosseiras e não raro em calão (...)*” (Candido. 1988. p. 79), as quais são fartamente observadas em outros escritos do famoso polemista, em geral, destinadas a José Veríssimo, como já observado, e também a Laudelino Freire. Estes dois autores sim, receberam o que se pode denominar de verdadeiras saraivadas por parte do grande crítico e se qualificam nas características apontadas por Candido (1988). O que redimensiona a característica de pessoalidade das críticas de Romero em relação a Bomfim, neste caso particular, a outro nível, encontra-se no fato de que, ainda em 1906, Romero reuniu estes artigos, publicando-os sob a forma de um livro, cujo título dado foi quase que homônima ao título da obra do interpolado. Este aspecto de urgência de Romero chamou bastante a atenção de Antonio Candido (1988), que afirmou que tal situação ocorreu apenas duas vezes. Um desses momentos foi com a publicação de “A Pátria Portuguesa”, que era uma crítica a Teófilo Braga e o outro com relação a Manoel Bomfim. Aponta Candido (1988) que tais ações inusuais de Romero ocorreram em um momento bastante profícuo da vida do autor, no qual trabalhou muito intensamente.

De um modo geral, este período significa, na obra de Sílvio, depuração do evolucionismo spenceriano, com liquidação geral do positivismo e restrições severas a Haeckel; passagem gradual da filosofia para a sociologia, que o interessa cada vez mais e que, toda spenceriana a princípio, acaba pela adesão à Escola da Ciência Social e uma fusão das duas tendências; na crítica, desenvolvimento dos germens sociológicos, em detrimento do determinismo natural dos primeiros tempos, e fixação definitiva do ponto de vista metodológico. Olhada em conjunto, esta fase final da sua vida se apresenta como eminentemente social e sociológica, desde a filosofia à ação do publicista, que então se desenvolve (Candido. 1988. p. 80).

Logo, aquela celeridade na publicação dos artigos sob a forma de livro essencialmente explica-se porque Romero estava em um período tanto de revisão quanto de reafirmação de certas posições suas, ideológicas e acadêmicas. Era um Romero sentindo-se, aí sim, mais clara e pessoalmente inclinado a compilar e a reafirmar o legado do trabalho de uma vida, assim como sentindo a pressão de o fazer em um determinado contexto social e histórico. Esse momento, sem

dúvida alguma, estava ligado ao esgotamento da monarquia e à ascensão da república brasileira, cuja implantação Romero testemunhou. Regime que o autor creditou ser o corolário dos anseios por um Brasil novo e moderno. Engajamento ocorrido desde seu tempo estudante de direito na Escola do Recife, em que

O “bando de novas idéias” levou o jovem Sílvio Romero ao seguinte entendimento: o Brasil vive uma situação de atraso porque os instrumentos gerenciais – sejam políticos ou econômicos ou culturais – não são científicos, não são racionais e obedecem a uma ordem clerical e monárquica que não permite sua “evolução” natural (Almeida. 2008. p. 96).

3.2. Entre Romero e Bomfim

As distinções entre Romero e Bomfim são profusas e, obviamente, em diversos aspectos. Entre essas várias, logicamente que houve aquelas de característica mais pessoal, mas que elementos de análise valiosos para este trabalho. Isso, claramente, no objetivo de compreender melhor a relação entre os autores e suas ideias, visto que tais pontos, alguns desses pontos pessoais, demonstraram conjectura e experiências divergentes vivenciadas pelos autores, formas de engajamento, vínculos familiares e políticos etc. Por tais razões, a análise inicia-se com a questão geracional entre o grande crítico e o médico, passando pelas distintas carreiras na política, concluindo com uma específica leitura feita por Romero, cujas anotações apresentam seu intuito de obter elementos teóricos a fim de criticar Bomfim.

Romero era mais velho do que Bomfim algo próximo a 20 anos, em consequência, havia uma diferença geracional entre os autores. O que expressa que possuíam trajetórias pessoais e referências inseridas em certos contextos histórico-sociais distintos. Obviamente que este aspecto não é o único a explicar as respectivas divergências de ponto de vista, mas é um elemento importante. Afinal, a partir de algumas distinções é possível elucidar determinadas outras questões. Por exemplo, acepções, escolhas, influências ideológicas e teóricas e engajamentos tornam-se mais inteligíveis à compreensão a respeito dos autores e deles entre si. Aspecto elementar para esta tese, que parte justamente da divergência ocorrida entre um maduro Sílvio Romero e Manoel Bomfim. Mannheim (1983) deixa mais clara esta perspectiva explicativa de diferença de gerações, ao afirmar que

O problema das gerações é importante o suficiente para ser seriamente considerado. Ele é um dos guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais. Sua importância prática torna-se evidente logo que se tenta obter uma compreensão mais exata do acelerado ritmo de mudança

social característico de nossa época. Seria lamentável se os métodos extracientíficos obscurecessem permanentemente os elementos do problema passíveis de investigação imediata. (Mannheim. 1983. p. 67).

O autor, em consequência, chama a atenção para a dinâmica característica das transformações sociais. É um elemento significativo de como sociedades e indivíduos foram influenciados por determinadas conjecturas. A partir de tais cenários, houve a formação de tendências diversas que, em relação ao objeto desta tese, visa, sobretudo, compreender o direcionamento de certas linhas de pensamento. Algo que, *a priori*, implicaria na visão de que uma geração esteve resolutamente engajada em determinados modais de pensamento. Não propriamente imperativo, como já observado, visto que há outros elementos, a exemplo de trajetórias pessoais, origens socioeconômicas e individualidade. Alguns desses aspectos também são bastante referenciados por Mannheim, sobretudo o primeiro. Contudo, com este ponto de ótica de análise, pretende-se refletir como os respectivos contextos e experiências de Romero e Bomfim os instigaram a certos pontos de vista.

Para iniciar a reflexão proposta, é interessante começar através de certo contraponto, que foi estabelecido por José Veríssimo. O escritor paraense nasceu e morreu em um período bastante similar ao de Romero, ou seja, eram indivíduos de uma mesma geração. Logo, sofreram influências muito próximas e em idênticos contextos. Eram intelectuais maduros e com carreiras consolidadas, à época da rivalidade entre Romero e Bomfim. No entanto, entre si, tais *homens de letras* também guardaram uma intensa rivalidade. Em outros termos, pertencer a uma mesma geração não foi condição necessariamente imperativa para constituírem uma mesma ótica. As percepções e o pensamento que esses letrados produziram constantemente estavam em choque uns contra os outros. Tal o foi, que as contendas entre Veríssimo e Romero literalmente tornaram-se históricas e objeto de diferentes pesquisas e até de certo folclore acadêmico, por assim dizer. Veríssimo foi o alvo mais contínuo e sobre o qual foram infligidas as palavras mais duras escritas por Romero. Ambos os intelectuais viveram uma disputa pessoal, de fato, sobre a legitimidade de quem seria o maior crítico literário brasileiro. Por isso, controversamente, entre as melhores observações existentes sobre Romero foram justamente as de Veríssimo. Tais elementos são bastante observáveis nas entrelinhas do excerto abaixo, pois revelam tanto o modo dos debates intelectuais da segunda metade do século XIX quanto a apreciação de Veríssimo sobre o fundamento e a relevância do ferramental teórico utilizado por Romero. Disse o autor paraense que

‘[...] a característica, a dominante do Sr. Sílvio Romero: ser um polemista. Fazendo história ou crítica literária, política ou filosofia, escrevendo ou conversando, apesar da bonomia afetuosa, natural e amável do seu trato, que estão

longe de suspeitar os que só por seus livros o conhecem, o Sr. Sílvio Romero é um polemista'. Se esta feição principal da sua índole espiritual tirou à sua obra as qualidades de reflexão e imparcialidade que são preeminentes da história, mesmo literária, prejudicando muitas vezes a exatidão dos seus juízos, por outro lado deu-lhe talvez mais vida e interesse. Somente, eu temo que essa vida e interesse não sejam retrospectivos, que as doutrinas ou opiniões pelas quais bateu com tanto talento e ardor o Sr. Sílvio Romero, umas por totalmente passadas de tempo, outras por vitoriosas, não despertem mais no leitor de hoje a mesma atenção e interesse que levantaram nos de quatorze anos atrás. (Veríssimo. 1907. p. 4 e 5).

A princípio, é interessante assinalar a afirmação de que Romero era categoricamente um polemista em uma relação de ambivalência a um indivíduo amável de trato. Aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer o grande crítico a nível pessoal, não seriam crédulos de tal aspecto, já que tinham apenas a visão obtida pelo prisma dos seus escritos. Dado os diversos e encarniçados embates entre os escritores paraense e sergipano, não se julga aqui que guardassem especial apreço de relacionar-se no pessoal, muito embora circulassem nos mesmos ambientes da intelectualidade brasileira de sua contemporaneidade (Broca. 2004). Daí, a observação de Veríssimo se encaixar naquele conceito de *ritualização* (Collins. 2010) de certas práticas intelectuais, neste caso o da conhecida *polêmica*. A diferença é que enquanto Romero ficou conhecido em não ter pudor algum em realizar suas críticas, que eram verdadeiras provocações e, não raro, com o uso de maledicências e até injúrias, as quais Veríssimo foi um especial alvo. Por isso, este trecho inicial do excerto mais revela não o pretense apreço, mas o sarcasmo do crítico paraense, em responder à altura, mas de maneira sofisticada e elegante ao seu usual contendor.

A ironia ácida iniciada por Veríssimo findava ser uma argumentação preliminar, no intuito de gradativamente provocar no leitor certa expectativa. Tal meio, com o objetivo de convergir a um climático ponto central: afirmar que as ideias de Romero estavam “*passadas de tempo*” e que, em consequência, há uma década e meia não mais atraía a atenção dos leitores. Na prática, não mais condizia com os conceitos que conjectura do entresséculos XIX-XX. O literato paraense, no fim, afirmava categoricamente que Romero se utilizava de ideias e conceitos ultrapassados. Este resultado desfavorável, segundo Veríssimo, apesar do talento e do empenho do crítico sergipano. Novamente, um refinado sarcasmo, pois se havia grande habilidade e vontade, por que foram contraditoriamente insuficientes para fazer Romero perceber que a questão não era sua imperativa defesa, mas os arcabouços de um pensamento já obsoleto. Candido (1988) ressalta que

“[...] Sílvio teve uma admiração sem limites pelas correntes do seu tempo e, até o fim da vida, não perdeu mais certo ar de novo-rico da cultura, usando e

abusando de termos técnicos, inventando designações, apelando a cada instante para os seus mentores. [...] usavam-no talvez como fio de Ariadne [...]” (Candido. 1988. p. 31).

O estudioso ratifica as impressões de Veríssimo, corroborando para que se afirme que não foram pautadas em um mero julgamento pessoal, embora até se encontre, sobretudo no como a argumentação do crítico paraense foi realizada. Na prática, como o atesta Candido (1988), é que havia um muito particular apego de Romero às correntes de pensamento ligadas às teses raciais e seus respectivos autores, a exemplo, do *spencerianismo*, La Play, Gobineau e a “*Scienza Social*”. Endossavam os autores e respectivas correntes pontos de vista que afirmavam a humanidade dividida em raças e sua pretensa relação de superioridade e inferioridade. Schwarcz (1993)⁵ observa, de uma perspectiva mais histórica sobre o período e geração de Romero, que a conjuntura experimentada trouxe uma série de elementos novos, desde “*modelos políticos*”, passando pelo “*regime de trabalho*” e até as “*teorias científicas*”, que criaram o referencial teórico, cuja a responsabilidade era analisar e justificar, em certa medida, as características histórico-sociais brasileiras. Elementos, em geral, de forte caráter “*evolucionista como modelo de análise social [e] “determinista”*” (Schwarcz. 1993. p. 115). Nesta perspectiva mais histórica, era o momento de avanço de “*princípios liberais*”, no qual toda esta retórica serviu de base a um imperialismo europeu do século XIX e que, no Brasil, desenvolveu uma espécie de “*imperialismo interno*”. Esse elemento se alicerçava em algumas transformações socioeconômicas que o País passava, entre elas, a “*emergência de uma nova elite profissional*” (Idem) e intelectual, que assumiu aquele discurso liberal. A consequência de tal perspectiva, no plano interno, foi a de que aqueles modelos científicos evolucionistas explicavam *ipsi literis* o “*atraso brasileiro*”, a partir da sua composição étnica inferior de negros e escravizados. Esses grupos tornaram-se as “*classes perigosas*” de “*africanos trabalhadores*” e “*ex-escravos*”, no pós Abolição e na implantação da República (Schwarcz. 1993).

O dito risco decorreu porque se mantiveram alienados de certos direitos os mesmos indivíduos das camadas sociais já marginalizadas no império, apesar de a república afirmar princípios da igualdade da pessoa humana. Na prática, em virtude da expansão do capitalismo e do liberalismo, visto que para a lógica de ambos, aquelas “*classes perigosas*” não poderiam ser tão iguais aos grupos privilegiados, em geral, egressos de camadas sociais proprietárias e políticas, que monopolizava as benesses do Estado. E, para afirmar as diferenças entre uns e outros, naquele momento, havia o discurso de que até poderiam ser iguais entre si enquanto indivíduos, mas eram

⁵ Todas as citações do parágrafo estão contidas em SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 115.

diferentes diante das concepções das ciências, enquanto seres em suas respectivas capacidades e potencialidades. Se alguns eram justificadamente menos aptos, em virtude de provas científicas, então os mais capazes de contribuir deveriam ocupar posições distintas em relação ao País e à República e os demais, permanecer em posições subalternas, isso a fim de não perturbar o processo civilizador brasileiro. Se assim não fosse possível, diante da condição étnica de tais grupos, deveriam ser absorvidos pela miscigenação, com o propósito de se criar outra raça brasileira mais propriamente capaz de contribuir com o País. Esta nova raça, obviamente, deveria seguir o modelo europeu e tornar-se cada vez mais branca e europeizada, assim como aquelas das grandes potências europeias do século XIX o eram. Em certa síntese, descreveu-se o princípio do *Branqueamento* defendido no Brasil, que mais não era do que uma adaptação dos princípios e modelos raciais europeus às singularidades do País, sua população e os interesses de grandes grupos políticos e econômicos.

Todo este contexto compôs as ideias formadoras e influenciadoras da geração de *letrados* de Romero. As influências, por conseguinte, os marcaram firmemente, visto que o discurso afigurava-se muito coerente, naquele momento. No plano das grandes potências, por exemplo, entre as nações mais civilizadas, encontravam-se basicamente países europeus, formados essencialmente por populações de *brancos-caucasianos*. Ao decurso daquele oitocentos, grande parte da África e Ásia eram controlados justamente por aquelas potências europeias. Apesar de nesse mesmo período a América iniciar um processo de emancipação política, que resultou na formação de vários Estados, que em grande medida sofriam forte interferência política e econômica das potências europeias. Esses países justificavam todo este processo de expansionismo através do princípio da Missão Civilizadora que, em síntese, era um discurso de afirmação da superioridade dos europeus brancos sobre as nações conquistadas, sob sua tutela e/ou influência. Os europeus, por conseguinte, se incumbiram do papel de civilizar as demais nações, visto aquela sua pretensa superioridade lhes daria tal autoridade a executar aquela referida atribuição. Diante de tais perspectivas, cabia aos países latino-americanos, a exemplo do Brasil, copiar os modelos europeus a fim de civilizar-se. O grande porém era a natureza dita mestiçada da raça brasileira, de *negros africanos* e de *indígenas*, que lhe seria o grande empecilho neste processo. Daí, intelectuais, a exemplo de Romero, defenderem aquela espécie de remendo nas teorias raciais através do - Branqueamento - a fim de resolver o problema de tornar a população brasileira mais europeizada. Meio pelo qual, finalmente, o Brasil alcançaria a civilização. Schwarcz (1993) alude tal posicionamento de Romero, em uma reflexão sobre o artigo do crítico sergipano, intitulado "*Brasil social*", no qual expressou que

[...] “o gênero que, mais o Brasil há mister é o da crítica social de preferência a individualmente psicológica... a que leva a compreensão da índole e do caráter” (RIHGB, 1908: 105). Fazendo um balanço da moderna literatura antropológica da época - que ia de La Play a Preville e H. Spencer -, Sílvio Romero trazia para as páginas da revista do instituto suas conclusões sobre as características deterministas preponderantes na formação de cada raça. Tomando como suposto inicial que ao elemento branco cabia um papel fundamental no processo civilizatório, Romero, em vez de lamentar a “barbárie do indígena e a inépcia do negro”, partia para soluções originais: estava na mestiçagem a saída ante a situação deteriorada do país e era sobre o mestiço - enquanto produto local, melhor adaptado ao meio - que recaíam as esperanças do autor. (Schwarcz. 1993. p. 115).

Muito embora, como afirma a historiadora, Romero buscou por soluções originais, que foi a miscigenação com o elemento branco, que deveria ter o protagonismo do processo, a fim de se chegar ao objetivo de civilizar o Brasil. Algo bastante similar era afirmado por Manoel Bomfim, naquele momento, um jovem médico, mas um já destacado intelectual brasileiro. Um indivíduo, por conseguinte, que correspondia a uma pessoa de uma geração distinta a de Romero, em consequência, com outra trajetória e ótica de mundo. E, justamente este jovem médico é que tanto provoca escândalo e reações enérgicas de Romero, naquela sua obra inaugural, *A América Latina: males de origem*. Bomfim também defendia que a miscigenação era proveitosa para o Brasil, mas não era uma solução em si, logo possuía uma perspectiva bem distinta a de Romero. Na verdade, Bomfim entendia e considerava a miscigenação resultante do processo colonial brasileiro como uma espécie de decorrência natural, por conseguinte, esta raça brasileira era o produto das condicionantes histórico-sociais e biológicas, perfeitamente comungadas a um determinado ambiente. Então, a raça brasileira não demandaria de supostas melhoras através do intercruzamento com brancos europeus, já era um seguimento devidamente adaptado à diversidade do território e sua estrutura morfoclimática. Desta feita, propor mais uma nova miscigenação seria reiniciar um processo já bastante avançado e por uma premissa falsa, já que negros e indígenas mais contribuíram para a formação desta raça brasileira do que o oposto, segundo entendia Bomfim. Dessa maneira, não entendia o médico que brancos *caucasianos* deveriam ter alguma espécie de papel central, em absoluto. Afinal, concebeu que a miscigenação em si encontrou lá algo como seu equilíbrio próprio, pela contribuição indistinta das raças componentes neste processo de hibridação que ocorrera no Brasil, durante os séculos de conquista e dominação portuguesa. Portanto, observe-se que a visão de Bomfim é mais propriamente aproximada do Darwinismo em si, enquanto a de Romero insere-se mais nas componentes derivadas do pensamento do naturalista inglês, ou seja, o que se conceitua por Darwinismo Social.

Em vista da perspectiva *bomfineana*, o Brasil não era uma civilização avançada como as europeias. Então, o que faltaria se não era uma raça branca europeizada? Para Bomfim era a Educação. Essa viria de uma maciça alfabetização da população brasileira. A educação seria o expediente de transformação do Brasil em uma nação civilizada. Afinal, para Bomfim, os brasileiros já se constituíam aquela raça a qual afirmou estar *aclimatada*, após os séculos de domínio português na região. O que faltaria ao brasileiro não era transformar-se em um branco europeu ou algo semelhante e sim preparo a ser obtido pela instrução pública, gratuita e de massa. Desse modo, o segredo das potências europeias não seria sua raça creditada superior, mas o seu desenvolvimento das ciências, sua aplicação prática no cotidiano e sua capacidade de capilarizar tal recurso por meio da educação. O incremento material adviria em consequência da execução dessas disposições, que se tornava o elemento mais direto de percepção do desenvolvimento de algum país. Assim, a civilização seria a resultante das capacidades de as sociedades europeias de produzirem conhecimento e não necessariamente constituírem-se de elementos raciais ditos superiores (Aguilar. 1999; Bomfim. 2005).

No caso do Brasil e dos demais países latino-americanos similar avanço do conhecimento produzido na Europa não houve em virtude da colonização predominantemente ibérica, como argumentou em sua obra Bomfim. Populações que, muito embora também europeias, não buscaram a sólida prosperidade pelo conhecimento, mas a riqueza pela efêmera pilhagem. Nenhuma das grandes potências europeias do século XIX eram nações ibéricas, pois esses indivíduos tiveram uma ampla trajetória ligada a processos de conquistas militares, a exemplo das Guerras de Reconquista [nota de pé de página], que foi inclusive a base histórica de formação de Portugal e da Espanha. Este espírito aventureiro e guerreiro tornou-se um elemento marcante na formação dos ibéricos, que o reproduziram nas sociedades latino-americanas, as quais conquistaram. Os colonos por meio do *vício*, como o compreendeu Bomfim, igualmente se tornaram indivíduos pouco devotados às artes de ofício e ao conhecimento. Os colonos ibero-americanos, aplicaram-se sobremaneira também a atividades de caráter mais exploratória, de rápido, porém fugaz afluxo de riquezas. Isso ocorreu por *herança* daquela colonização dos povos peninsulares ibéricos, a qual semelhantemente tornou-se um *vício* no Novo Mundo. Tais características constituíram-se um aspecto fundamental na formação das nações latino-americanas pós-emancipações políticas. Transformaram-se em Estados conservadores, imediatistas, instáveis politicamente e vulneráveis economicamente. Aspectos que, segundo Bomfim, são a consequência direta do modelo colonial ibérico. Sociedades latino-americanas, em geral, mestiçadas, mas dominadas por elites brancas que buscaram imitar os modelos europeus de civilização. No entanto, teriam realizado apenas simulacros, não copiando o que, para o médico sergipano, era o

fundamental: o domínio do conhecimento, que se transformaria no elemento de racionalização social, articulando a produção material e, em consequência, o desenvolvimento daquele país. Em tais países latino-americanos o conhecimento não foi um elemento prioritário a ser desenvolvido e, para Bomfim, era justamente o fator essencial de civilização, ou seja, progresso e prosperidade (Aguilar. 1999; Alves Filho. 1979; Bomfim. 2005; Candido. 1988; Mota. 2000; Schwarcz. 1993).

Em outras palavras, o objetivo de ambos os autores - Romero e Bomfim - era o mesmo: estabelecer e constituir os requisitos do Brasil enquanto uma nação civilizada. Entretanto, são completamente diversos na forma como atingir a finalidade pretendida. E, a diferença essencial estava no fato de que Romero acreditava na concepção de raças e seu pretenso avanço, no particular caso brasileiro, através do modelo de miscigenação pelo *Branqueamento*. A evolução racial seria o elemento chave da civilização do País, tornando-o mais *caucasiano*. Bomfim, por outro lado, não cria igualmente a Romero na concepção racial da humanidade. O médico afirmava que as premissas raciais eram pseudocientíficas, na perspectiva de determinar aquelas características de hierarquização entre as raças. Então, Bomfim possuía concepções semelhantes às de Romero, enquanto divisão dos seres humanos em raças e da imperativa demanda de o Brasil seguir modelos europeus com a intenção de tornar o Brasil civilizado. Esse é o ponto de convergência entre os autores. A discrepância estava no suporte incondicional de Bomfim à instrução pública, que denominava como *remédio* para a *herança* do colonialismo português. E, mesmo na discordância dos intelectuais, há um ponto comum: ambas as proferidas soluções para o Brasil eram modelos europeus, tanto no melhoramento racial brasileiro, pelo *Branqueamento*, quanto no aprimoramento da população brasileira pela Educação. Um e outro eram adaptações de óticas e práticas europeias às singularidades do País.

Tem-se, em consequência, e apesar de algumas semelhanças, dois projetos distintos. Qual foi, por assim dizer, bem-sucedido? A ressalva é quase irônica porque talvez mais importante seja questionar qual de ambos os projetos defendidos - por Romero e por Bomfim - angariaram maior receptividade? Isso, tanto na perspectiva de um espectro social mais amplo quanto entre o grupo de intelectuais brasileiros do transcurso do século XIX para o XX. A reserva em afirmar se uma ou se outra proposta obteve êxito é porque ambas, na prática, fracassaram nos seus respectivos objetivos mais diretos: o Brasil não se tornou uma nação etnicamente homogênea, por meio do *Branqueamento*, tão pouco avançou rápida e solidamente na questão da instrução de sua população, a fim de criar uma base estável de desenvolvimento do País, pautada no conhecimento científico. Outro ponto de semelhança entre as duas óticas. Então, seguindo pelo segundo ponto, a receptividade faz perceber que se criaram dois discursos - um hegemônico e outro contra-hegemônico - e é nesse plano que se pode afirmar que o primeiro, o defendido por Romero, foi

próspero. Ao outro discurso, defendido por Bomfim, naquela perspectiva de receptividade, obteve muito menor alcance, cabendo-lhe um papel mais próprio de contestação.

Alves Filho (1979) salienta que Manoel Bomfim foi erroneamente interpretado como alguém que possuiu ideias à frente do seu tempo. Em geral, tal afirmação ocorreu por parte de alguns autores um tanto mais recentes e em virtude da ótica antirracista aguerridamente defendida pelo médico. Claro, que essa perspectiva foi endossada pelas comprovações de caráter biológico de que não existem raças humanas, constitui-se uma espécie que não possui variações de seres e, por conseguinte, não se pode afirmar que um indivíduo é superior ou inferior por tal parâmetro. Então, Alves Filho (1979) recorda uma questão, *a priori*, simples: o contexto.

[...] Bomfim, contrapunha-se aos adoradores de Lapouge e Gobineau? Com argumentos meramente humanistas? Apelando para a “razão pura”? Discutindo o “deveria ser”? Seria melhor? Não. Combatia um por um os argumentos dos ideólogos racistas. Denunciava-lhes os objetivos, esfacelava-os em suas contradições internas, questionava suas bases empíricas, utilizando a biologia e a antropologia de sua época. Apoiava-se, por exemplo, nas teorias de Topinard e Zaborowski para destruir concepções arianistas. Não colocava apenas “doutrina contra doutrina”, mas também contra *teoria*. Denunciava os efeitos da importação das ideias colonialistas, sem cometer o erro de pensar que existia uma ciência para cada nação. Situava o debate teórico no local onde ele provinha: na Europa. Sabia mesmo colocar um Darwin contra o darwinismo social. (Alves Filho. 1979. p. 59-60).

Em outras palavras, Bomfim não produziu suas ideias a partir de um pensamento excêntrico e absolutamente original. Desenvolveu ideias a partir de um contexto no qual críticas aos modelos teóricos raciais já eram empreendidas, inclusive por pensadores europeus. Havia, em consequência, um manifestado debate que propunha visões divergentes às teses raciais. A consolidação desse conhecimento na atualidade reforça essa equivocada percepção de excepcionalidade do pensamento de Bomfim. O que se vê de excepcional é a construção de uma argumentação, contida em determinada conjectura. Então, por que no contexto do médico a narrativa racial tornou-se hegemônica se era falsamente científica? E, essa contradição torna-se mais reforçada quando se observa que aquele período do entre-século XIX e XX estava justamente marcado pelo princípio do primado das ciências. Daí, por que um discurso científico comprovado foi obliterado (durante certo período) por outro que não se suporta cientificamente?

A resposta pode ser obtida através da análise das nuances do conceito do *verdadeiro no discurso*, que foi elaborado por Foucault (2014), porém, distendendo um pouco a compreensão estabelecida pelo filósofo. Isso porque é preciso inserir certos elementos mais de caráter social, relações de poder e grandes interesses econômicos e políticos, esses dois últimos em particular.

Afinal, buscaram constituir determinados discursos justamente com o intuito de impor suas agendas, mas as dissimulando a fim de se assemelharem a compromissos de perfis mais gerais. Por exemplo, o projeto do *Branqueamento* fracassou, mas a ideia em si, *a priori*, não, por quê? Porque não importava ao Estado brasileiro nem àqueles que, de fato, controlavam a transformação efetiva da população brasileira em outra cada vez mais branca. Era irrelevante. Afinal, o mais importante era a disseminação das ideias raciais do Darwinismo Social no Brasil. Através da afirmação de tal discurso, as elites proprietárias do período do império, grandemente representadas pelo setor agroexportador do café e alguns do setor urbano-comercial, demandavam, apesar de algumas singularidades entre si, da organização da mão de obra, naquele novo Estado republicano brasileiro. Enfim, as concepções raciais traduziram a necessidade de conformação de uma massa de ex-escravizados, ou seja, elementos pobres não-brancos à condição de subalternidade a fim de atender a expansão da mão de obra livre-assalariada no Brasil República. Era vital que o discurso racial se afirmasse para justamente sustentar a opressão, a marginalização e a violência tanto prática quanto simbólica do Darwinismo Social e, no fim, do avanço do Liberalismo no Brasil. Negros, mestiços e não-brancos, em geral, não seriam tão iguais aos brancos, já que lhes seriam aparentemente superiores. Esse era o ponto essencial e não a concretização de suas ações, contidas nos seus respectivos planos teóricos. Alonso (2000) segue esta linha de análise quando afirma que houve uma

[...] verdadeira explosão de publicações de livros de doutrina, desde meados da década de 1870 até a queda do Império em 1889. De fato, rara é a obra neste período que não assume ou ataca, ainda que *en passant*, a perspectiva de algum outro grupo de autores: positivistas, spencerianos, darwinistas, liberais, ecléticos, românticos. Todas são pródigas na citação de autores, obras e excertos de intelectuais europeus e discutem as teorias políticas e sociológicas contemporâneas. Boa parte declara seus propósitos de análise científica e isenta. [...]

Seu parâmetro é a circunscrição de Sílvio Romero do “bando de ideias novas”. Muitos membros da geração 70 apresentavam suas conclusões como “científicas” ou se reputava como “pensadores da política”. Isto não autoriza, todavia, afirmar que visassem a produção de conhecimento acadêmico. Muitas destas classificações foram construídas *a posteriori*, já na República. São reconstruções que expressam muito mais a autoimagem que o status efetivo destes agentes. As abordagens que aceitam estas classificações como conceitos concluem pela assistemática do universo intelectual porque sua circunscrição do campo deixa na sombra a significância política das obras. (Alonso. 2000. p. 117-118)

O primeiro parágrafo do excerto já deixa claro que o objetivo de significativo número das análises dos autores do oitocentos brasileiro era “atacar” aquele outro do qual se tinha ponto de vista diverso. Daí, volta-se um pouco àquela ideia do *jornalismo pasquinoiro*, no qual não

importava a notícia, mas investir contra grupo adversário, questionar-lhe toda e qualquer ótica. A distinção aqui é que, em obras e não apenas artigos publicados em periódicos, havia o imperativo de apresentar uma mais destacada erudição, por meio de citações e excertos. Passagens que obrigatoriamente advinham de autores europeus, representando assim a legitimação do postulante do texto com o que se considerava a vanguarda do pensamento da época. Aspecto que também dava o que talvez se possa chamar de *arcabouço científico*, pelo menos o que invariavelmente os autores reclamavam para si. E, se assim o procediam, citando autores consagrados, teorias consolidadas, expressando, por conseguinte, sua pretensa neutralidade de análise e, desta forma, seu valor de discurso científico, portanto, verdadeiro. A não realização de tais procedimentos certamente significaria a invalidade do texto e do seu autor, em consequência, era um protocolo a ser seguido.

Oportunamente Alonso (2000) cita o próprio Romero a título de exemplo daquele protocolo de composição de obras. O que chama a atenção aqui é a afirmação da autora ao dizer que a produção “*expressam muito mais a autoimagem que o status efetivo destes agentes*”. Ou seja, os autores buscavam produzir um quadro de si próprios enquanto grandes doutos, promotores de verdades quase que inelutáveis. Afinal, possuiriam suas obras aquelas características de serem concebidas de maneira autônoma, isenta, ligadas ao mais atual pensamento da época. Esta autoimagem é, por conseguinte, mais uma composição narrativa de si, pela construção de suas respectivas obras, do que a representação da distinção que determinado autor possuísse. Em outros termos, a produção serviu significativamente a uma certa autopromoção dos autores. Assim, também não raro, os autores da virada do século XIX para o XX defenderam ideias, isto é certo, mas que corresponderam a múltiplos propósitos. Para além de uma visão purista de ciência, estes pontos de vista corresponderam também a protocolos de legitimação (aos quais Collins afirma) e a consequente visibilidade, bastante instada nesta tese, a fim de promover determinadas demandas de ascensão tanto intelectual quanto por carreiras. Características que certamente contribuíram ao aspecto que Alonso (2000) destaca de uma *assistematicidade* da produção, o que não quer dizer que não houve (como defende esta tese) um discurso hegemônico e outro contra-hegemônico.

Outro enfoque de análise do conceito de *verdadeiro no discurso*, bastante pertinente a esta tese, é a forma de assimilação das ideias, mesmo as acadêmico-científicas, em uma ótica cultural. Por exemplo, segundo o próprio Foucault (2014), os trabalhos de Mendel, no século XIX, implementaram as bases para o importantíssimo conhecimento da genética. Apesar de corretos em seus resultados, a pesquisa em si de Mendel permaneceu desconhecida e/ou desconsiderada por um bom tempo. O filósofo francês avalia que, em virtude dos novos métodos e abordagens conceituais utilizadas: “Mendel dizia a verdade, mas não estava no verdadeiro do discurso

biológico da época [...]” (Foucault. 2014. p. 33). Em outros termos, o contexto em si ainda não possuía elementos de assimilação às inovações constituídas pelo religioso e biólogo austríaco. Uma das dificuldades de aceitação é que Mendel distinguiu, nas ervilhas utilizadas em seus experimentos, gametas masculinos e femininos. Isso, “[...] enquanto Schleiden, por exemplo, uns trintas anos antes, negando, em pelo século XIX, a sexualidade vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado” (Idem). Portanto, Mendel, com seu inovador experimento, conseguiu elaborar aquele eixo elementar da genética, construindo corretas concepções a partir do seu trabalho. Mas, como observado, não foram apreendidas naquele momento, inclusive pelo meio acadêmico. Afinal, ainda que no meio científico exija-se métodos e provas, o pensamento humano processa os problemas e as questões a partir de seus respectivos contextos. Alterações dependem, por conseguinte, de novas construções de discursos que se tornem paulatina e socialmente aceitos. Em caso diverso, permanecerão as concepções anteriores com alguns dos seus *erros disciplinados*.

Em uma ótica mais direta, pode-se afirmar que a tese do *Branqueamento*, defendida por Romero, poderia se classificar naquele *erro disciplinado*, enquanto a de Bomfim o inverso, dado que seus argumentos foram entendidos como uma concepção nova, o que repercutiria naquela dificuldade de ser socialmente aceita, até aquele momento. Tal assertiva pode ser considerada correta, mas paradoxalmente imprecisa, quando se observam determinadas nuances, do contexto em relação às suas singularidades. Isso porque Romero defendeu uma propositura, na atualidade, sabiamente incorreta. Afinal, já foi superado o debate e consensualmente atestando a inexistência biológica de raças e humanas. Desta feita, o *Branqueamento* firmou-se um discurso hegemônico, ou seja, arraigado à compreensão social do período, visto que é uma adaptação original brasileira ao racismo científico europeu. O que significava dizer que os caucasianos da Europa eram tidos como tipos superiores, modelos a serem copiados. Aspecto que desvelou aquela sua face de opressão e violência, já que as teorias raciais foram um produto do pensamento europeu do século XIX, a fim de dar um suporte presumivelmente científico ao expansionismo imperialista do Velho Continente. O *Branqueamento* submeteu uma camada significativa de brasileiros não-brancos, como já observado, cujo objetivo foi justamente uma adequação àquele imperialismo europeu em terras do Novo Mundo. Em ambos os continentes, em suas especificidades enfim, projetava-se a acomodação de determinadas massas populacionais à nova lógica de produção e, em consequência, de disciplina no emprego da mão de obra. Para tal, também como já observado, o Brasil teve que transformar um grande número de indivíduos, em geral ex-escravizados, em trabalhadores livres-assalariados; já a Europa, em mesmo intento, transformou grupos camponeses

em operários. Em outras palavras, cada região utilizou seus meios para implantação do Liberalismo às suas respectivas realidades.

O conceito de *erro disciplinado*, por conseguinte, ainda permite uma observação meio que o parafraseando, a fim de se obter uma análise final sobre a questão geracional entre Romero e Bomfim, apontada no início deste subcapítulo. Só que, no exame deste parágrafo, forçando um pouco mais uma visão diversa da acepção original do conceito, a qual se busca aplicá-lo às ideias e não diretamente aos indivíduos. Em assim seguindo a reflexão, então inflingi-se ao pensamento do crítico literário a pecha de estar adequado àquele modelo em incorreção, visto que sua defende teses raciais. Por outro lado, ao médico não se faria tal acusação justamente por se opor aos preceitos racistas, que paradoxalmente submeteu ao seu pensamento certo isolamento, em sua contemporaneidade. Rapidamente pode-se chegar à conclusão de que isso ocorreu em razão daquela diferença geracional entre ambos os intelectuais. Romero, mais velho, estaria mais ficando aos discernimentos do seu contexto, logo menos propício a revê-los e abrir-se a novas óticas. Sobre Bomfim dispensaria-se a conclusão oposta. Algo lógico, *a priori*, mas de alguma forma não observa os possíveis vieses, cujas distinções, não raro, podem ser extremamente tênues. Por exemplo, Bomfim foi influenciado, entre outros autores, pelo pensamento de Paul Topinard que, já no século XIX, questionava as teorias raciais. Para Alves Filho (1979), “[...] Bomfim [...] rejeitava as teorias racistas. *Isto era possível não porque estivesse “na frente” do contexto, mas porque as próprias contradições existentes neste*, tornavam possível a elaboração de um instrumental teórico que se contrapunha ao “colonialismo arianizante” (1979. p. 59). Houve significativa tendência, em relação ao médico, de afirmá-lo alguém à frente do seu tempo, em virtude destas ideias antirracistas que defendeu. Fato, como exposto, foi completamente questionado por Alves Filho (1979), lembrando que o intelectual sergipano, assim como seus demais contemporâneos, foram instigados também pelo seu contexto. Afinal, segundo Mannheim (1983)

[...] o fenômeno da “geração” não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo “grupos etários” relacionados, incrustados em um processo histórico-social. Enquanto a natureza da posição de classe pode ser explicada em termos de condições econômicas e sociais, a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiências e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos *dados naturais* da transição de uma para outra geração. (Mannheim. 1983. p. 73).

É preciso considerar que o médico sergipano teve um contato mais direto com o descenso da monarquia brasileira, por exemplo. Período agitado da história do País, de avanço dos

movimentos como o abolicionista e o republicano que, em suas respectivas culminâncias, provocaram alterações estruturais no País. Nesse momento, Bomfim concluía sua formação acadêmica, constituiu família e buscava se afirmar profissionalmente, a fim de conquistar sua independência financeira em relação à sua família. Romero vivenciou aquele mesmo processo histórico-social, mas da perspectiva de um indivíduo já maduro, advogado egresso da Escola de Direito do Recife, com rápidas passagens pela magistratura e pela política, contudo dedicando-se mais ativamente à crítica literária (via jornalismo) e ao magistério, atuando no prestigiado Pedro II. Indivíduos, por conseguinte, representantes da intelectualidade brasileira da passagem do século XIX para o XX, mas cujas distintas óticas foram resultantes também de distintos espaços e momentos.

Mannheim (1983) frisa ainda, sobre a questão geracional, que é imperativa em certa perspectiva dialética. Afinal, as próprias transformações, que seguramente as sociedades passam, são um processo inevitável e traz consigo novas experiências, cenários, transcurso e ideias. Assim, é um processo minimamente semelhante a algo meio que natural ou, como proposto, inexorável. Isso porque é parte da característica de dinamização das sociedades e dos indivíduos. Desta feita, o teórico discorre que haveria uma maneira até trivial de se ponderar a respeito dos efeitos das gerações, que só seria possível em uma sociedade ideal, que seria

[...] uma geração vivesse para sempre e não se seguisse nenhuma outra para substituí-la. Em contraste com uma tal sociedade utópica e imaginária, a nossa tem as seguintes características:

- a) novos participantes do processo cultural estão surgindo, enquanto;
- b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo/
- c) os membros de qualquer uma das gerações apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, e
- d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada;
- e) a transição de uma geração é um processo contínuo.

(Mannheim. 1983. p. 74).

O encadeamento, proposto pelo autor, revela a condição determinante do movimento das gerações. Enquanto processo, por conseguinte, é preciso que as experiências aglomeradas passem aos indivíduos seguintes, que as reprocessarão a partir de novas vivências, que resultam em outras ideias. Composições, talvez, bastante distintas das originais, mas que não surgem do nada. Em uma perspectiva mais prática, Romero foi de uma geração que, na sua juventude, viu o auge do II Reinado do Brasil, experimentou de sua estabilidade política, com a Conciliação, e de sua expansão econômica, com consolidação da agroexportação do café. Vivenciou, em consequência, tais transformações político-econômicas, que concorreram para a expansão do ensino superior

brasileiro e um período de efervescência cultural, em particular na capital do império, a cidade do Rio de Janeiro. Bomfim e seus contemporâneos experimentaram o período que foi particularmente afetado pelas consequências da Guerra do Paraguai (1864-1870). Aqueles movimentos, o abolicionista e o republicano, promoveram grande agitação de ideias que concorriam com a sobrevivência de estruturas basilares da monarquia brasileira, por conseguinte, a existência da própria da instituição era cotejada. Ambos os autores, logo, viveram esse último momento da conjectura brasileira, daquele fim do século XIX, mas em momentos distintos de suas trajetórias, Romero enquanto um consagrado veterano da intelectualidade do Brasil e Bomfim, em uma sólida busca de tal afirmação e até meios de sobrevivência. Então, são pessoas diferentes, em um momento comum, mas circunstâncias diversas de suas vidas. As óticas, inevitavelmente, representaram tais singularidades.

Contudo, aprofundando-se um pouco na reflexão, depara-se com certa contradição um tanto incômoda, despropositadamente revelada por Alves Filho (1979). O estudioso de Bomfim salienta a influência do médico e antropólogo francês Topinard, em relação ao desenvolvimento do pensamento antirracista sobre o autor de *Males de origem*. Inadvertidamente, cria-se aquela discrepância a respeito da perspectiva geracional. Certamente que há influências geracionais, como já analisado. O curioso é que Topinard, utilizado para embasar as críticas antirracistas, foi, em uma perspectiva geracional, até anterior a Romero. Portanto, ambos os autores, objeto desta tese, tiveram iguais oportunidades de ter acesso às teses do médico e antropólogo francês. Romero mesmo possuiu uma biblioteca pessoal substancialmente composta por obras em francês, língua que dominava bastante bem. Então, por que Romero mais se apegou aos modelos de concepção ligados ao Darwinismo Social? Ao que aqui se indica, não apenas a questão geracional parece ser a única resposta. Mannheim (1983), afirmava que é preciso igualmente considerar as trajetórias individuais, observando-se características sociais e históricas. O que quer dizer que há mais variáveis a se considerar e de caráter também mais subjetivo.

De um ponto de vista mais estritamente teórico, ratifica-se aquele vaticínio de Veríssimo, de que as ideias de Romero já estariam ultrapassadas. Pelo exposto até aqui, poderia-se afirmar que tal condição ocorreu muito significativamente em virtude de o crítico estar ligado a uma determinada geração, que fora mais impactada pelo Darwinismo Social. Em virtude do paradoxo, apresentado por Alves Filho (1979) e não necessariamente com Mannheim (1983), deve-se observar mais três pontos: origem familiar, formação acadêmica e influências intelectuais e circunscrições políticas. Todas elas em meio a sutis distinções entre caracteres de ordem mais coletiva, ligações a determinados grupos e ideias e acepções de aspecto mais pessoal, no intuito de obter uma visão mais expandida dos autores estudados nesta tese.

Aqueles três pontos, assinalados para análise são aspectos diversos da vida e que se apresentam não de maneira compartimentada, mas concomitantes. Daí, possuem interrelações diretas, visto que, por exemplo, filiações políticas podem depender ou corresponder às origens sociais e familiares, já a formação acadêmica, sobretudo naquele século XIX, decorria de questões de ordem socioeconômica. Logo, as análises e reflexões que seguem sobre os autores - Romero e Bomfim - não obedecem a uma ordem cronológica ou temática, mas à conveniência de exposição analítica do próprio texto, a fim de se obter aquela visão mais expandida dos objetos de tese. Então, no intento de propiciar um mais amplo contexto, é interessante considerar, *a priori*, as reflexões de Leopoldo (2022), não propriamente sobre Romero, mas sobre a criação dos cursos jurídicos no Brasil, do qual o crítico foi egresso. Isso, no intuito de compreender melhor não apenas o indivíduo enquanto um produto de si mesmo, mas também de elementos que contribuíram para a sua formação. Nesse aspecto, aquilo que auxiliou o jovem estudante de direito e futuro polígrafo a estruturar o seu pensamento, através tanto de suas leituras, em uma perspectiva mais formal, quanto aquelas das escolhas que abraçou.

Em 1827, o imperador Pedro I implantou, por decreto, os cursos de direito de São Paulo e Olinda, dos quais salienta a autora que “[...] Tobias Barreto e Sílvia Romero [foram] alguns dos primeiros expoentes das letras jurídicas no Brasil” (Leopoldo. 2022. p. 127). Entre as características ressaltadas, destes cursos, estavam a forte relação entre direito e economia, a ligação entre o direito e a religião e o chamado *beletrismo europeu*. O primeiro está associado ao aspecto da própria formação do Estado brasileiro, cuja maior complexidade de relações econômicas, tanto no plano interno quanto externo, demandariam por profissionais especializados. No plano político, tais quadros de profissionais deveriam ocupar encargos na burocracia estatal, ou seja, nas instituições que eram realinhadas ou implantadas a fim de gerir os assuntos daquele país recém-emancipado (Coelho. 1999; Schwarcz. 1998).

Apesar de o estabelecimento dos cursos jurídicos significar um avanço do Estado brasileiro, Coelho (1999) e Schwarcz (1998), por exemplo, concordam que tais cursos careceram bastante de caracteres mais acadêmico-científicos, funcionando com precariedade, sobretudo na primeira metade do século XIX. Outro ponto é que eram compostos essencialmente por indivíduos oriundos das elites proprietárias de terras, que tradicionalmente já ocupavam certos encargos da antiga administração colonial. Por estas razões, Schwarcz (1998) chega a afirmar que a formação desses advogados era um *verniz* a fim de apenas dar mais amplo respaldo à manutenção de privilégios das classes proprietárias brasileiras do período do império (Schwarcz. 1998). Miceli (2001), por outro lado, não propriamente discorda, mas dá outra perspectiva a respeito da formação da intelectualidade brasileira ao longo do século XIX, que passou por instituições de ensino

superior no Brasil, a exemplo dos cursos jurídicos. A tese de Miceli (2001) está associada à chamada teoria da *reconversão*, que afirma que significativa parte dos homens de letras brasileiros surgiu de tradicionais famílias de proprietários em declínio. Mesmo que em descenso, tais famílias ainda possuíam certo capital social, que era utilizado para agenciar e viabilizar casamentos socioeconomicamente favoráveis; e o ingresso em altos cargos públicos e carreiras políticas, no geral. Na prática, era tanto um meio de compensar o descenso familiar quanto de se ostentar o *status* acadêmico, cujo objetivo era utilizá-lo enquanto referencial que lastrearia o acesso àquelas atividades distintas à formação obtida. O diploma era, como afirmou Schwarcz (1998), um *verniz*, pois o que realmente determinava o acesso àquelas carreiras era a condição de o indivíduo pertencer a um grupo social privilegiado - a classe proprietária - e não seu grau de formação profissional. Por isso, o *status* de intelectual, também associado à passagem pelos bancos de algum curso superior, era de suma importância. A titulação acadêmica, de alguma maneira, suavizava e dava outra aparência àqueles oriundos de famílias em certa debilitação socioeconômica. Além de os prover de recursos tanto materiais quanto simbólicos - o *verniz* - a fim de compensar aquela situação desfavorável do núcleo familiar do homem de letras brasileiro do oitocentos (Miceli, 2001).

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a *reconversão* é um caso bem próximo ao de Sílvio Romero. Nascido na então província de Sergipe, em 1851, na vila de N. Sr.^a da Piedade do Lagarto, o crítico era proveniente de um círculo familiar de proprietários de pequenos engenhos de açúcar. A cultura canavieira era a atividade econômica mais importante da província *sergipense* na época, mas na contemporaneidade do grande crítico já apresentava claros sinais de queda. Neste mesmo momento, em princípios da segunda metade do século XIX, a agroexportação cafeeira destacava-se no país, especialmente na região sudeste. Já a tradicional região açucareira da zona da mata nordestina era meio que obliterada com esse crescimento do setor do café e pela concorrência do açúcar das Antilhas (em particular de Cuba), que contribuía para a queda do preço do produto no mercado internacional. Era, por conseguinte, um antigo setor econômico que sofria uma série de reveses, que repercutiam social e politicamente na região anteriormente mais rica do país e que foi o seu pólo inicial de colonização, a partir do século XVI (Almeida, 1984; Almeida, 1993).

A segunda perspectiva dos cursos jurídicos e mais reveladora do seu caráter conservador é um elemento mais institucional: a definição do currículo formativo. Esse está contido no decreto de implantação dos cursos jurídicos de São Paulo e Pernambuco. O documento insta, na 2.^a cadeira, do 2.^o ano, o ensino de *Direito Público Eclesiástico*. A conexão entre direito e religião, em consequência, revela a

[...] herança de uma estreita parceria entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica na empresa colonizadora, e preservando a inabalável simbiose entre essa instituição e o Estado monárquico [...] [repercutindo na] institucionalização do Direito Eclesiástico ou Canônico como conteúdo indispensável na formação dos bacharéis do Direito no Brasil (Leopoldo. 2022. p. 127-128).

Enfim, reafirma-se um tradicionalismo ou quem sabe até mesmo certo reacionarismo da formação oferecida pelo Brasil. Na prática, como já é bastante conhecido, esta característica está vinculada à manutenção da instituição portuguesa do *Padroado Régio*, que era justamente aquela dita *simbiose entre Estado e Igreja*. A instituição esteve no rol das críticas às características do processo de emancipação político brasileiro, em grande medida, pelos historiadores e manuais de História do Brasil. As críticas de ambos destacaram o conservadorismo do movimento de independência do Brasil ressaltando, por exemplo, que o processo teve como um importante protagonista um membro da própria realza portuguesa, em certa consonância com a elite proprietária da ex-colônia. Tais elementos promoveram a manutenção de diversos aspectos daquele período colonial. Entre essas características, no plano econômico, pode-se destacar o modelo agroexportador, baseado na grande propriedade rural e no trabalho de escravizados. No plano político, assinala-se a controversa manutenção de um regime monárquico, representado em um soberano ainda europeu e com certos lampejos centralizadores e autoritários à semelhança do Absolutismo. Algo até irônico, já que a independência deveria representar uma ruptura de tal legado colonialista europeu. Este forte tradicionalismo, e de origem colonial inclusive, foi um dos fatores que suportariam as críticas de Bomfim àquela característica que denominou de *herança de vícios da colonização* e que teve no regime imperial sua perpetuação, segundo o autor de *Males de origem*. Logo, ainda que se evitem generalizações, não é impreciso dizer que, no geral, a formação dos cursos jurídicos brasileiros tendeu para aqueles aspectos mais tradicionais e conservadores, já mencionados (Leopoldo. 2022). Talvez, justificando que indivíduos, a exemplo de Romero, auxiliou a estabelecer uma visão mais arraigada a determinados princípios - Darwinismo Social -, no caso, e, em consequência, um tanto hostil a óticas contrárias.

O terceiro e último elemento característico dos cursos jurídicos brasileiros é, certamente, o mais significativo para a compreensão do ponto de vista de Romero, que foi o chamado *beletrismo europeu*. Por tal conceito, entende-se que é

[...] uma concepção de que o profissional do Direito deveria dominar as artes da oratória e denotar grande erudição, [...] demonstrar uma cultura geral ampla, com uma formação “europeizada” [...] Venâncio Filho (1977), autor de um dos primeiros livros sobre a história do ensino jurídico no Brasil, afirma que as faculdades de direito, em seu início, condicionaram muito mais um ambiente intelectual, político, literário, artístico e jornalístico do que se apresentaram como

um autêntico espaço voltado à formação superior, especializada e aprofundada, em direito. [...] Quanto ao vazo beletrista, revelado por um linguajar rebuscado e de afetada erudição, e o estilo bacharelesco voltado ao pensamento abstrato e ao idealismo formalista, estes atravessaram todo o século XIX, estendendo-se até meados do século XX na formação jurídica dos brasileiros [...] (Leopoldo. 2022. p. 128-129).

Broca (2004) corrobora esta análise, de uma maneira até satírica, afirmando que a intelectualidade brasileira sofria de *parisina*, que seria uma espécie de mal que provocaria uma dependência e um desejo incontido de se estar em Paris. A asserção do autor manifestamente apresenta, com bom-humor, a influência e até certo espírito de dependência de modelos culturais europeus, em particular o francês. Característica que fora do seu espaço e contexto, às vezes, tinha aquele aspecto um tanto canhestro que, de uma maneira distinta, fala Leopoldo (2022). Broca (2004) construiu sua argumentação sobretudo a partir da observação do que se pode chamar de *vida literária* do Rio de Janeiro, na virada para o século XX. O ponto de vista do autor, por conseguinte, está balizado essencialmente nas relações e interconexões entre os intelectuais brasileiros naquele espaço geográfico e momento, cuja influência, de fato, era europeia, singularmente afrancesada, tanto nos ambientes de formação quanto de interação e de atuação daqueles indivíduos. Já Mota (2000), observando mais especificamente Romero e sua produção, afirma que o famoso polemista tinha “[...] *um olhar interessado, comprometido, pois que filtrado pelas lentes de uma outra representação, a Europa, lugar da civilização [...]*” (Mota. 2000. p. 59). Seguindo por linha semelhante, Candido (1988) diz que “*Sílvia esteve provavelmente sujeito ao fenômeno, tão frequente no Brasil, da mediação cultural francesa [...]*” (Candido. 1988. p. 31). *Mediação cultural* que, na época do grande polemista, teve forte engajamento e que perpassava pelo pensamento do racismo científico, por exemplo, de autores particularmente ligados àquela ótica, tais como La Plante, Le Bon, Gobineau, entre outros. Em outros termos, o famoso crítico possuía um forte apego às suas convicções que, no fim, objetivavam constituir e compreender o caráter nacional brasileiro, em particular pela análise da produção literária do país.

As alterações ocorridas no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, impuseram circunstâncias que concorreram para as mudanças estruturais, as quais foram testemunhadas ao final deste mesmo século. No processo, ocorreu um *boom* econômico da agroexportação do café e o avanço de atividades urbano-comerciais. A ascensão desse setor agroexportador, a proibição do tráfico negreiro e a implantação da Tarifa Alves Branco convergiram para aquele momento de prosperidade e estabilidade e atenuação de anteriores agitações políticas e sociais, que ficou conhecido como período da *Conciliação*. As transformações ocorridas, sobretudo no plano econômico, foram mais dinâmicas na Região Sudeste. Muito embora, nas demais localidades do

País também se observou certa vitalidade, em geral, expressa por alguma expansão de atividades produtivas. No conjunto, o resultado foi o estímulo a algumas atividades fabris (de pequeno porte, não raro de fundo de quintal) e ao comércio, expandindo alguns centros urbanos. O produto mais importante é que esse processo abriu algum espaço de ascensão socioeconômica a indivíduos não-brancos, pobres livres Segundo Reis (2006), essa conjectura viabilizou o surgimento de *novos elementos* sociais, em grande medida, provindos daquelas atividades urbano-comerciais, logo, em ascensão social. Indivíduos que não necessariamente tinham na agroexportação ou no escravismo condicionantes fundamentais à sua sobrevivência. Característica esta mais próxima de Bomfim e de sua família. O pai do autor foi um vaqueiro que ascendeu socialmente por meio do comércio, instalando-se em Aracaju, capital da então província de Sergipe. A mãe do médico, por outro lado, era egressa de uma família de comerciantes portugueses, que havia se estabelecido na cidade de Laranjeiras, tradicional região canavieira da província (Aguiar. 1999).

A trajetória de ascensão do pai de Manoel Bomfim - o senhor Paulino José do Bomfim - viabilizou que os filhos, a geração seguinte, pudessem buscar a formação nos bancos das faculdades existentes no Brasil na época. Esse fenômeno, por conseguinte, resultou em certa dilatação dos caracteres sociais de origem dos aspirantes aos cursos superiores disponíveis no País. Assim, tais espaços deixaram de ser uma exclusividade daqueles oriundos de tradicionais estirpes proprietárias brasileiras (Coelho. 1999. Reis. 2006; Schwarcz. 1998). Todavia, esse aspecto em si não alterou a composição e o caráter elitista da formação superior brasileira. No fim, os estudos, sobretudo os superiores, continuariam atingíveis somente àqueles que dispusessem de recursos financeiros suficientes para tal, fossem os pretendentes membros de velhas famílias proprietárias ou de novos grupos urbanos em ascensão. Em outros termos, a mais variada composição social certamente trouxe mudanças, a exemplo de indivíduos com trajetórias pessoais e de óticas diversas, que foi algo significativo. Entretanto, em si, não foi suficiente para se provocar uma alteração de caráter estrutural daquelas instituições de ensino brasileiras, implantadas ao longo do século XIX. As faculdades, ou seja, o acesso a uma educação formal de nível superior, continuou algo circunscrito a alguns indivíduos socialmente privilegiados, pelo *sangue* ou *togados*.

Outra característica de similaridade da formação jurídica em relação à medicina era a precariedade dos cursos, pautados em parâmetros acadêmicos-científicos insipientes e de enfoque muito conservador. Além desses aspectos, em comum ao direito, a medicina possuía outro que lhe era bastante singular. A profissão não havia ainda, no século XIX, consolidado um mercado e concorria com tradicionais práticas populares, a exemplo de benzedadeiras e curandeiros e de

práticos, tais como os cirurgiões-barbeiros (Coelho. 1999)⁶. Essas, entre outras razões, explicam por que o mercado de trabalho era mais restrito aos profissionais de saúde, um dos aspectos que impeliu vários à vida no serviço público e/ou na carreira política. Assim, a formação médica não se distinguia das demais, implementadas no período do império brasileiro (Coelho. 1999). Retomando-se a afirmação de Schwarcz (1998), era tão somente um *verniz* a fim de justificar aqueles outros objetivos, já aqui expostos, as carreiras no funcionalismo e na política. Como observado, o médico não possuía, naquela época, um *status* tão destacado quanto o dos advogados, mas o diploma em um país ainda com muitos caracteres do período colonial e com uma grande massa de analfabetos era um significativo diferencial social, sem dúvida alguma. Em outros termos, servia de peça a ostentar o status a quem o possuía aquele elemento, na prática, ainda que quase que meramente burocrático.

O bacharel Romero e o médico Bomfim, por conseguinte, tiveram suas respectivas formações marcadas por certo conservadorismo, apesar de já disporem de currículos mais consolidados e de perspectivas acadêmicas um tanto mais sofisticadas e sólidas em seus distintivos períodos, equivalentes à graduação. A partir dessa observação, é interessante novamente refletir sobre o contexto histórico, afinal, explica sobremaneira as razões deste tradicionalismo da formação oferecida aos jovens acadêmicos brasileiros do oitocentos. Por um lado, é preciso tomar o cuidado, visto que o tradicionalismo da formação não significava a aceitação tácita de todas aquelas premissas estabelecidas difundidas pelas faculdades daquele século XIX, nem por outro, por conseguinte, produziu imperativamente homogêneas e reacionárias óticas nos estudantes. Há outras tantas condicionantes, inclusive, algumas de caráter um tanto subjetivas, ligadas, por exemplo, à formação familiar e ao temperamento pessoal dos indivíduos. Todavia, já que se objetiva refletir sobre o contexto, é interessante ater-se a questões mais objetivas. Assim, o primeiro ponto é analisar, no plano mais interno, por exemplo, as características políticas do

⁶ A medicina não era bem-vista pela população, entre outras razões, por conta de que a atividade, naquela época, ainda não atingira certo nível técnico e por se considerar que o profissional médico lidava com as *imundices* do corpo humano. Nesse sentido, até aquele momento, era bastante utilizado, por exemplo, práticas clínicas como as *sangrias* e, culturalmente, as pessoas preferiam recorrer a práticos e curandeiros. Esta realidade era bem diversa em relação aos advogados, cuja formação lhe incubia certa áurea de intelectualidade e, sobretudo por meio da atuação política, a categoria gradativamente conseguiu garantir seu mercado, no transcurso do século XIX para o XX. Assim, diferentemente dos médicos, naquele momento, os bacharéis impuseram-se sobre os *rábulas*, indivíduos que atuavam como advogados, mas não possuíam formação, eram autodidatas com conhecimento prático, não raro egressos da própria Justiça, a exemplo dos *meirinhos*, equivalentes aos “oficiais de justiça” hoje. A alteração de *status* dos médicos em relação aos advogados e a criação de sua reserva de mercado deu-se mais ao longo do século XX. O primeiro por conta da sofisticação das técnicas e procedimentos, além do avanço de processos industriais ligados à área da saúde e, o segundo, semelhante aos advogados, pelo processo político regulamentando a atividade médica. COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

princípio do Segundo Reinado brasileiro, denominado de *Conciliação*⁷. Apesar de o período ter contribuído para algumas daquelas mudanças socioeconômicas importantes, foi um conagraamento pela preponderância dos interesses do grupo social proprietário brasileiro. Portanto, a *Conciliação* foi a vitória e consolidação de um projeto conservador e hegemônico e não um acordo necessariamente estabelecido pelo entendimento e respeito a determinados pontos de vista e consequente compreensão sobre interesses entre amplos segmentos sociais em contradição (Werneck. 1966). Logo, esta foi uma das razões pelas quais a sociedade brasileira do Segundo Reinado manteve aspectos igualmente conservadores do País. Entre tais elementos, não se alterou de maneira profunda a estrutura de uma economia dependente da agroexportação e da permanência da exclusão de determinados grupos sociais, que representavam a base da mão de obra do Brasil da época. Entre esses indivíduos subalternizados havia tanto escravizados quanto uma massa de homens pobres livres. Indivíduos, na sua grande maioria, não-brancos e analfabetos, que a essa condição foram mantidos não apenas pela cultura de um determinado momento, mas pela continuidade daquelas características daquela estrutura socioeconômica. Aspectos que, por sinal, no plano externo, estavam ligados aos interesses das potências europeias do século XIX, centro do capitalismo de então. Na lógica internacional dos mercados e da organização da mão de obra, estes centros europeus demandavam que os países latino-americanos mantivessem suas economias agroexportadoras e, em consequência, dependentes das importações de manufaturados dos centros europeus. Isso, enquanto tais centros preservavam aquelas antigas áreas coloniais sob aquela condição periférica a fim de lhe servirem de mercados fornecedores às indústrias dos centros europeus.

Havia, por conseguinte, certo desestímulo a uma sofisticação da mão de obra. Afinal, a dinâmica socioeconômica privilegiava a usual oferta de trabalhos de características mais braçais. Aspecto, como exposto, moldado pela estrutura econômica do século XIX que, no plano interno brasileiro, determinava-se pela lógica da proeminência do seu setor agroexportador. Daí, aqueles trabalhos de caráter braçal, mais fisicamente penosos e menos rentáveis, eram serviços destinados a indivíduos presumidos como racialmente inferiores, os não-brancos e analfabetos. Assim, o Darwinismo Social, enquanto premissa justificadora desses caracteres raciais, oportunizava os meios explicativos, de propriedade pretensamente científica, àquela estrutura socioeconômica

⁷ A “Conciliação” foi o período que literalmente implanta o II Reinado (1840-1889), no qual as forças político-econômicas do País equacionaram suas divergências. O objetivo era dar estabilidade ao Brasil a fim, por exemplo, de se evitar uma fragmentação do território e o recrudescimento de toda aquela série de Revoltas Regenciais, que poderiam vulnerabilizar interesses e privilégios das elites proprietárias. Daí Werneck (1966) afirmar que foi mais uma imposição conservadora, em uma perspectiva sobremaneira política, do que realmente a vitória de um acordo entre amplos segmentos da sociedade brasileira da época.

brasileira. A teoria racial assim conjurava, por assim dizer, as condições objetivas de interferir no cotidiano do País, em particular na relação social do trabalho, corroborando para os interesses e necessidades macroeconômicas daquele período do Império. Durante a fase da monarquia, as elites proprietárias se utilizaram do escravismo de africanos e seus descendentes meio que ainda inseridos naquela antiquada lógica do mercantilismo, tanto de relações comerciais quanto de utilização de força de trabalho. Com a implantação da República brasileira, a liberação do escravismo (nos estertores do Império) e todo um contexto do liberalismo e da 2.^a Revolução Industrial, o prosseguimento do elemento afrodescendente como mão de obra amplamente disponível e barata dependeu daqueles outros aspectos justificadores, os raciais. Os antigos negros-africanos e seus descendentes escravizados tornaram-se livres, mas não iguais aos brancos. E, agora, quem expunha tais condições era a ciência de base racial, que em suas alegadas provas, que demonstrariam que afrodescendentes, em geral, eram inferiores aos brancos. Esses indivíduos egressos do tráfico negreiro e do escravismo tornaram-se livres, mas para servir naquelas mesmas lavouras que trabalhavam ou, nos espaços urbanos que ascendiam, assumindo toda sorte de atividades subalternas e precarizadas no comércio e na prestação de pequenos serviços: carregadores, engraxates, empregados(as) domésticos(as), quitadeiras etc. Daí, aos demais brancos, por uma lado, viabilizavam sua profissionalização (ainda que meio que precária); mas, por outro lado, não havia ainda um mercado consolidado àquelas profissões liberais. Os indivíduos, por conseguinte, buscavam alternativas que proporcionassem estabilidade financeira e empregatícia, algo que era quase que apenas viável no funcionalismo do Estado (Coelho. 1999). Para aqueles com maior capital social, haveria também a possibilidade de uma carreira política. Essa baixa oferta de trabalhos que exigissem profissionais de formação mais sofisticada, contribuiu para a permanência de outras características conservadoras. Desta feita, as poucas faculdades e centros de cultura e pesquisa refletiram essa característica, que ainda prevaleceu na Primeira República.

É preciso considerar também que em um país em formação, recém saído de vários séculos de colonialismo, tutelado por outro país e europeu, não possuía significativo *know-how* de estruturas políticas, científicas e de formação de profissionais, pelo menos não à moda Ocidental. Assim, demandava e, de certa feita, submetia-se a cópias de modelos estrangeiros, no geral, de suas antigas Metrópoles. Na prática, desde o período colonial brasileiro, uma formação mais sofisticada dependia das condicionantes de recursos econômicos e considerável capital social. Afinal, a quem demandasse por tal formação precisaria obviamente, *a priori*, ter condições financeiras, mas não apenas, lógico. O capital social era significativamente tão importante quanto o cabedal econômico, já que o pretendente deveria, em alguma medida, assemelhar-se ao

colonizador europeu, para poder compartilhar da mesma formação a qual o elemento elite metropolitano privilegiado recebia. Isto é um aspecto que bastante distingue a educação superior do período colonial para o do pós-emancipação brasileiro, que vai bem mais além da característica de o território ocupado pela Metrópole portuguesa não possuir instituições sequer de ensino superior, naquele momento. Nos períodos pós-emancipação política, surgiram tais instituições educacionais, que semelhantemente demandavam condições econômicas favoráveis dos seus aspirantes. Todavia, no período colonial, estes candidatos deveriam possuir também certo grau de ligação de proximidade, por assim dizer, a fim de obter a concordância daquela elite metropolitana, para receber aquela educação similar a sua. Ou seja, o português conquistador, em certa medida, deveria considerar o colono análogo a si, em alguma medida, e, assim, permitir-lhe tal benesse. Como já exposto, dadas as circunstâncias, o capital social tornava-se quase tão imprescindível ao jovem postulante brasileiro ao ensino superior, do período colonial, quanto o concreto anteparo financeiro.

Outro fator a se ponderar a respeito da educação superior no período colonial brasileiro, mas um tanto mais subjetivo, será conceituado, nesta tese, de *cultura familiar*. Concepção pela qual se deve compreender uma necessidade objetiva do indivíduo ou, em particular, de sua família pela obtenção de um diploma acadêmico. Afinal, naquele Brasil Colônia é preciso considerar um território sendo aberto pela conquista portuguesa e que, pelas condicionantes do Mercantilismo, pouco se sofisticava econômica e socialmente. A colonização ainda se figurava um processo incipiente. Daí, por exemplo, as demandas individuais ou familiares por uma educação mais complexa não foram comuns no universo mais privado da casa grande, da cultura canavieira, mas sim ao dinamismo um tanto mais comercial-urbano da região mineradora, ou das necessidades burocráticas de Salvador, sede inicial da colonização portuguesa no Brasil. Então, para um Senhor de Engenho, no seu espaço mais individual, quase análogo a uma posse feudal europeia, uma formação sofisticada não fazia muito sentido. Naquele meio de domínio eminentemente rural, a dura gestão e controle daquele espaço era aprendido de pai para filho e no rigor do seu próprio cotidiano. Contudo, tanto no universo da mineração quanto no ambiente burocrático da capital Salvador (ainda que a capitania fosse economicamente dominada pela cana-de-açúcar) existia uma maior diversidade relações urbano-comerciais e elementos de controle institucional. Daí, para a ocupação dos quadros de diversas dessas instituições, em sua maioria representando o próprio Estado português, exigir-se pessoas preparadas para os exercer. Em certa proporção, tais quadros foram ocupados por colonos brasileiros, em particular, membros de grupos sociais privilegiados que seguiram a Portugal, em seu maior fluxo, a fim, por exemplo, de estudar em Coimbra. O preenchimento de algumas funções burocráticas propiciavam um elevado *status social*, mas,

sobretudo, o benefício concreto de exercer determinadas funções de poder que, concorreram francamente para a uma maior ascensão de determinado indivíduo e de sua família. Por isso, tornava-se interessante a obtenção de uma formação mais sofisticada, muito embora não uma condição *sine qua non*. Tal educação foi essencialmente europeia e um elemento fundamental de influência no pós-emancipação política brasileiro. A descolonização política, por conseguinte, não significou o rompimento de outros laços, neste caso, os culturais. As instituições de ensino e pesquisa, surgidas no Brasil, do decurso do século XIX, ainda seguiram modelos coloniais europeus. Tanto imitou quanto limitou-se àqueles padrões e modelos europeus por seguir alguns processos e tendências egressas do período colonial e a sua conjectura contemporânea do Imperialismo das potências Ocidentais industrializadas, daquele mesmo século XIX.

Os elementos apresentados, sobre as características da educação brasileira no período colonial, demonstram, particularmente, a tendência à hegemonia de um pensamento de um colonialista. A distinção mais destacada, no pós-emancipação, sobretudo na transição Império-República, é a assunção de “*colonialismo arianizante*”, como afirma Alves Filho (1979). As estruturas no Brasil até se alteraram, seguindo o escalar do processo de avanço das forças produtivas, ainda que dentro de suas singularidades, as quais condicionaram negros, pardos e afrodescendentes, em geral, a subalternidade socioeconômica. Por outro lado, os brancos, pertencentes às elites proprietárias, reproduziram seus privilégios, agora através de seus anseios de busca por *status* de civilização tanto para o país e quanto para eles próprios. Neste novo contexto, isso significava que o escravismo não mais correspondia às necessidades de reprodução da economia. Porém, não se poderia afirmar que tal grupo de favorecidos pretendia que entre si e os ex-escravizados houvesse alguma igualdade. Houve, na prática, a busca de um novo parâmetro de diferença, como já exposto, dado agora por uma pseudociência de base racial. Portanto, pode-se aferir que as características socioeconômicas, implantadas no período colonial brasileiro, possuem raízes estruturais profundas, que produziram influências do pós-independência, inclusive nas suas instituições e produção cultural do Império à Primeira República Brasileira.

No fim, observam-se novamente mudanças relevantes, mas não estruturantes, as quais indivíduos como Romero e Bomfim, em diferentes medidas se afetaram, a depender de suas óticas particulares e respectivas trajetórias pessoais. Não se pode ignorar, por conseguinte, os elementos tanto subjetivos da personalidade de cada indivíduo quanto elementos mais tangíveis, a exemplo das origens sociais e o contexto próprio de cada personagem. Afinal, por exemplo, no elenco de elementos instigadores da formação do bacharel Romero não necessariamente em si implicou tão somente os aspectos mais conservadores, nem na do médico Bomfim os mais progressistas. Algo que afiançaria, por conseguinte, uma menor ou maior inclinação a um determinado conjunto de

ideias ou de perspectiva. Ambos os autores tiveram contato em seus respectivos contextos. Além do que, a formação mais conservadora claramente não foi condição *sine qua non* para que certa generalidade dos indivíduos igualmente se tornassem ou mais retrógrados ou mais progressistas. Barbosa (2019), analisando um excerto de Mannheim, afirma que diferentes grupos possuem entre si distintas visões de mundo. O modelo do pensamento de um grupo é, em certa medida, a correspondência do pensamento de outro, por referência ou influência. O que não significa dizer que o descenso de um determine o seu declínio e a necessária ascensão do outro. Compreende esta tese que a formação da intelectualidade do período do transcurso do século XIX, a partir de suas instituições acadêmicas, deu-se em bases conservadoras. Todavia, outros elementos igualmente influenciaram nesse processo, a exemplo da origem social e dos engajamentos de caráter pessoal. A cada um desses aspectos cabe maior ou menor interferência sobre o ponto de vista de Romero e Bomfim. Se o crítico literário considerou o Darwinismo Social a resposta ao problema da definição da nação brasileira, o fez a partir daquele conjunto de características. Além, é claro, de introduzir naquelas teses raciais de base do pensamento europeu alterações da especificidade brasileira. Isso, com o intuito de adequar sua visão, oriunda do pensamento do Velho Mundo, ao que pensava sobre o Brasil e seu povo. O médico sergipano manteve da geração de Romero a perspectiva de encontrar conclusões sobre Brasil também na base racial, realizando uma ponderação oposta no quesito da dominação de base racial. A raça brasileira era sua, formada de elementos distintos, mas a partir daquele pretensso tripé no europeu branco (o português), no indígena (conquistado) e no africano (escravizado). A síntese desses indivíduos era a raça brasileira, que dependeria de outros elementos para constituir a civilização do País.

Nas críticas infligidas por Romero a Bomfim, é bastante interessante e surpreendente considerar que houve também algumas questões de interesse pessoal. Contudo, tais elementos estão ligados à breve carreira política de ambos os autores. A partir deste ponto, mais do que em qualquer outro, há a imperativa necessidade de intercalar as reflexões com dados de conjuntura histórica, tanto de um plano mais local - Sergipe -, quanto de um plano mais geral - Brasil. Aqui, observando-se as características políticas da Primeira República brasileira e a peculiar forma como constituiu sua estabilidade, em particular nos aspectos do exercício do voto e formas de representação. Além, é claro, as influências socioeconômicas que interferiam no processo político-eleitoral com o objetivo garantir as demandas de determinados setores sociais, no geral, os proprietários de terras. O ponto central para se compreender as razões e os dados e as reflexões a seguir é ter em mente que o Brasil, do Império (1822-1889) à Primeira República (1889-1930), era um país eminentemente rural, por conseguinte, agroexportador. Portanto, a ordem de poder,

que dominava a política nacional daquele período, necessariamente perpassava pelos interesses dos grupos sociais proprietários brasileiros (Penna. 1999).

Romero, por ser mais velho do que Bomfim, da geração anterior, é que teve, evidentemente, a primeira experiência com o círculo político-partidário. Esta primeira vivência, quase um ensaio, deu-se em 1874, como deputado por Sergipe. Na prática, o então jovem Romero, formado em direito logo no ano anterior, nem completou o mandato legislativo, pois também foi nomeado promotor da comarca de Estância, em Sergipe. Apesar de ambas as oportunidades, decide o crítico seguir de volta a Recife a fim de produzir e publicar uma série de trabalhos etnográficos. Ainda que Romero seja mais conhecido como intelectual, polígrafo e implacável crítico literário, um dos seus estudiosos - Rabelo (1967) - chama a atenção para esta passagem política, afirmando que foi outro ramo da atividade humana que também seduziu o crítico.

A seu amigo Artur Guimarães disse certa vez, Sílvio Romero: “passei pela política, sem nunca ter feito política”. Mas não é necessário forçar a direção do seu pensamento como escritor, nem o sentido da sua ação como um homem, para se afirmar que ele foi, sem dúvida, um político pelo interesse em procurar soluções para os problemas de governo e pelo exercício da crítica sempre vigilante para tudo que diz respeito a figuras e a fatos da vida política do Brasil, na Monarquia e na República. E ainda um político pela participação mesma no concílios partidários, na propaganda e eleitoral, nos arranjos e nas transações dos grupos que se revezavam no governo do seu Estado. Sílvio Romero não foi apenas, um político pelo seu espírito público, pelo brasileiro das suas ideias e dos seus sentimentos; mas um político militante, com um particular gosto pela luta dos partidos e pela concorrência aos cargos representativos, como qualquer profissional da política (Rabelo. 1967. p. 109-110).

A priori, o próprio Romero, citado por Rabelo (1967), por meio de uma modéstia incomum, julga sua atuação política de maneira bastante crítica. Insinua o autor que a política foi uma atividade a qual teve uma atuação mais modesta e de resultados mais singelos. Exerceu o crítico literário apenas dois mandatos de deputado, em dois momentos históricos distintos do País, um no Império e o outro na Primeira República. Daí, talvez a reflexão do próprio crítico literário de sua módica atuação política. Rabelo (1967), aproveitando-se da citação do respectivo autor, faz o inverso e dá a impressão de uma visão um tanto idealizada da atuação de Romero na política. Apesar deste aspecto, que sugere até um tom meio áulico, o estudioso salienta um ponto que já foi destacado anteriormente nesta tese: qual fosse a atividade em que se envolvesse, a característica de Romero que mais se destacava era aquela sua tendência no debate enérgico, a polêmica. Claramente que a política não foi um caso diverso, como se observará mais à frente. Nesta primeira experiência do deputado Sílvio Romero, que foi prematuramente encerrada, de fato, talvez se possa dizer que o representante teve sequer tempo para alguma contenda. Todavia já é preciso considerar

que os vieses que esta carreira política tomou estiveram mais influídos da característica polêmica do crítico literário. Tal aspecto, entre outras razões, porque a política, os projetos postos em curso, estiveram geralmente mais alicerçados nos interesses de determinados contextos do que no de visões e engajamentos, que o autor possuía. Na verdade, se observará que questões de ordem pessoal interferiram. Não que isso em si fosse algo distinto da política brasileira, mas chama a atenção quando é implicada certa ótica mais idealizada sobre um político que foi um destacado intelectual. Em outros termos, sobre a atuação do político Romero, suas ações não foram simplesmente imbuídas por “*procurar soluções para os problemas de governo*”, tão pouco pelo “*brasilismo*”. Aí, é preciso considerar que uma carreira política no Brasil do século XIX às primeiras décadas do XX, estava sujeita a ligações, preferencialmente de família, para ser alavancada. O que claramente colocava o indivíduo sob certa tutela de um grupo com alguma hegemonia em determinada localidade e contatos e ligações com outros com outros grupos congêneres. A partir desse ponto, o candidato poderia estar apto a disputar algum pleito, já que as eleições eram organizadas, no período do Império, em torno das paróquias (em virtude da instituição do Padroado Régio), com voto aberto, de direito exclusivo aos homens e censitário e semi-direto. Estas duas últimas características eram bastante interligadas, já que havia dois eleitores - o de 1º e 2º graus -, no qual o primeiro elegia o segundo, sendo esse último quem, de fato, votava nos representantes. Ou seja, o modelo eleitoral brasileiro, que dominou no período Imperial, era absurdamente restritivo e basicamente favorecendo o controle pela elite proprietária de terras (Dantas. 2009). Romero era egresso de uma família de canavieiros, sem tão grande destaque, à época, mas possuía bons contatos, corroborando assim, que o então jovem crítico ambicionasse determinados cargos públicos e/ou a carreira política. Algo bem característico à teoria da *reconversão* de Miceli. Enfim, a característica mais notável era a de que o indivíduo de uma família de proprietários, base social da estrutura econômica e de poder.

Na passagem para a República, no Brasil, houve transformações estruturais importantes, a do próprio regime político e a do fim do escravismo. O processo teve intensa participação e entusiasmo da intelectualidade brasileira, entre eles Romero e Bomfim. Contudo, a estrutura econômica agroexportadora foi mantida e, ainda que a escravidão fora extinta, os elementos afrodescendentes e ex-escravizados continuaram na marginalidade, não apenas na forma socioeconômica, mas também política. Neste último aspecto, é particularmente interessante refletir, ainda que rapidamente, a respeito da constituição republicana de 1891 na temática do direito ao exercício do voto⁸. Com relação a carta magna anterior, do período Imperial, a

⁸ A constituição federal de 1891 estabeleceu os seguintes critérios em relação ao direito de voto:

republicana até excluiu o voto censitário, ampliando, por conseguinte, o direito a todos os homens, sem distingui-los por renda. Assim, todos indivíduos do sexo masculino tornaram-se aptos a votar⁹. Todavia, além das mulheres, foi igualmente negado o exercício do voto aos analfabetos, aspecto que impediu justamente o acesso ao direito a uma grande massa da população brasileira. No caso dos iletrados, quem eram essas pessoas? No geral, afrodescendentes e ex-escravizados, os grupos sociais usualmente marginalizados. Logo, o direito de votar, estabelecido pela constituição republicana, foi também controversamente limitante, visto que excluiu significativos grupos de participar do processo eleitoral, por meio de dispositivos, na prática, bastante simples. Em outros termos, a ampliação ao democrático exercício do voto, no Brasil, daquele início de república, era apenas para os homens e alfabetizados. Elementos, em geral, egressos das tradicionais categorias das elites proprietárias, ainda que houvesse certa expansão da alfabetização a determinados grupos sociais, em geral, urbanos médios, os *novos elementos*, nas palavras de Reis (2006). No entanto, nada que significasse uma ampla e generalizada fatia social brasileira da época. Deste modo, o sufrágio masculino, previsto na constituição, controversamente não conseguiu se rivalizar com a exclusão promovida pela segregação das mulheres e dos analfabetos que, na prática, era a continuidade da discriminação daqueles habitualmente marginalizados, em relação ao último, a negros e afrodescendentes, em geral. Sobre este ponto, talvez se afirme que, de certa feita, é tão somente uma minúcia. Porém, faz toda uma diferença para se compreender como se mantiveram alheios à cidadania significativos segmentos sociais, inclusive aqueles que antes eram objetos de uso e de troca.

Outra característica importante destes primeiros anos de república brasileira foi a instabilidade política inicial e a forma singular como foi contornada. Na reorganização das relações de poder entre o agora plano federal, no Rio de Janeiro, e os poderes Estaduais houve diversos atritos, não raro, culminando em violências. É exemplar desse período, a Revolta Federalista (1893), uma literal guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul. O conflito foi essencialmente

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso: 23 nov. 2022.

É interessante observar que apesar de revogar o voto censitário, a primeira constituição republicana controversamente também excluiu os mendigos, que é um critério caracteristicamente socioeconômico e, por conseguinte, também censitário. A respeito do tema constituições do Brasil.

⁹ Recorde-se que as mulheres só passaram a ter direito a voto no Brasil com o Código Eleitoral de 1932, ratificado pela Constituição Federal de 1934.

motivado pela tentativa de deposição do então presidente do Estado - Júlio de Castilhos - pelos federalistas gaúchos. O governo federal obviamente foi provocado a intervir, inclusive militarmente, dada a gravidade do conflito e o imenso potencial simbólico de aquele movimento alastrar-se por outros Estados. Algo similar, mas em menores proporções ocorreu em Sergipe, naquele mesmo 1894, quando o Cel. Oliveira Valadão, então chefe de polícia do Distrito Federal, tentou derrotar o grupo situacionista liderado pelo Senador Leandro Maciel e pelo Pe. Olímpio Campos. Esses dois últimos grandes representantes do tradicional setor canavieiro de Sergipe. Leandro Maciel já era uma personalidade bastante conhecida do Estado, pois tanto era egresso de uma destacada família de Srs. de Engenho, quanto atuava na política desde o período do império, exercendo vários mandatos de deputado provincial. Já o futuro Mons. Olímpio Campos também era oriundo de família de proprietários, mas atuava na política do Estado mais recentemente. Apesar dessa característica, a grande capacidade do religioso de articulação e liderança, por vezes bastante autoritária, fizeram-no ser o grande representante dos setores mais conservadores de Sergipe e que dominou a política do Estado nos primeiros anos da república.

O episódio em si, deu-se através do processo eleitoral de 1894, no qual a oposição e a situação declararam-se vitoriosos do pleito. A oposição refugiou-se no interior, em Rosário do Catete, criando uma assembleia paralela. Já a situação permaneceu em Aracaju, dando posse ao Cap. José Calazans, como presidente do Estado. Obviamente que seguiram diversas instabilidades, trocas de acusações, violências e informações falsas de toda ordem, a exemplo de que a capital - Aracaju - seria invadida pelos jagunços de Leandro Maciel. Aí entra a personagem do grande crítico, para por o seu toque na disputa. Estando em Sergipe, Romero faz caloroso comício, no qual, utiliza-se tanto de sua hábil retórica quanto de sua popularidade para empreender uma série de acusações ao grupo situacionista. Por fim, o Cap. Calazans foi deposto, vindo a assumir interinamente o Sr. João Vieira, até à posse do Cel. Oliveira Valadão. Notoriamente, isso não significou o fim das divergências e tão pouco das trocas de acusações e certas escaramuças. O quadro de instabilidade somente foi pacificado quando de um acordo político entre os grupos em disputa, em 1898. O acerto acabou por beneficiar Romero, que foi eleito deputado federal para a legislatura 1900-1902. Porém, para a legislatura seguinte, Romero não foi reconduzido ao cargo, ainda que tenha solicitado o apoio do próprio Barão do Rio Branco. O influente diplomata e político brasileiro não prestigiou as solicitações do crítico sergipano. Obstinadamente, bem ao seu estilo, Romero buscou novamente o apoio do diplomata a fim de concorrer a vaga de deputado federal, mas, desta vez, pelo Distrito Federal, mas foi novamente ignorado por Rio Branco. Sem apoio na capital federal e sem uma base sólida em seu Estado, o crítico tentou reformular sua imagem e assim obter novamente uma condição de esteio político, no intuito de retornar aos pleitos

eleitorais. Outra vez não foi bem-sucedido. Aí veio o súbito e o inesperado, visto que não conseguiu apoio para retornar à política, Romero tentou buscar aquele suporte do seu antigo adversário o Mons. Olímpio Campos. “[...] embora tenha escrito uma carta de apoio e adesão ao padre Olímpio, a quem chamara, em 1895, no panfleto “O Vampiro do Vasa-Barris”, de “sacerdote do embuste e da mentira”, “hiena dos altares e “apocalíptica besta da politiquice aldeã (Mota. 2000. p. 44), outra vez não obteve sucesso. Assim, meio melancolicamente, Romero seguiu para os bastidores da política, atuando mais através de artigos na imprensa e alguns ensaios¹⁰. Mota (2000) ainda um tanto que satiriza a situação do crítico, analisando que

Eis aí a face contraditória do Sílvio Romero político. No papel intelectual - doutrinador, crítico, historiador - não contemporizava, não aceitava entendimentos e acomodações, rígido e implacável em seus julgamentos; já no político, transigia, submetia-se aos jogos do favor e do patrocínio (Mota. 2000. p. 44).

A autora, quase tão implacavelmente quanto Romero, apresenta e reflete sobre as contradições do crítico literário. Na prática, revela-se não apenas um aspecto personalíssimo do autor sergipano, mas como a atuação da intelectualidade não estava, em absoluto, livre da lógica de atuação da política brasileira, naquela transição do século XIX para o XX. Aqui, outra vez, reporta-se a Mannheim (1983), quando diz a respeito da influência da trajetória social e histórica sobre os autores. Muito embora Romero fortemente criticasse as características da política brasileira, sobretudo na Primeira República, dela se utilizou, almejando postos representativos. Em outras palavras, a estrutura política do País, como se apresentava à época, persuadiu a atuação do intelectual *sergipense*, que se amoldou a fim de obter uma condição dentro daquele contexto, mas que pessoalmente ambicionava. Agora, retomando-se Miceli (2001), percebe-se que o crítico literário seguiu, com certa integralidade, a concepção de que os intelectuais brasileiros foram, em grande medida, egressos de antigas estirpes familiares proprietárias em declínio. Característica que cabe bem ao intelectual de Lagarto.

Os dois movimentos, instados como exemplo - a Revolução Federalista e a Revolta de Fausto Cardoso - demonstram aquelas dificuldades citadas daqueles primeiros anos da república brasileira em tentar afirmar a sua premissa de ser a superação das contradições do Império. Diante desse ponto, ser um regime estável e grandemente fomentador do progresso. Porém, política e seus

¹⁰ M.^a Aparecida Mota chama a atenção esta produção de Romero, a qual continua atuando na política através da produção de artigos, em geral, com a finalidade de atacar “*sistematicamente parlamentares e ministros ou apresentando seus pontos de vista acerca da condução do governo*” (2000. p. 44). Exemplifica entre tais trabalhos: “*A geografia da politicagem - o Norte e o Sul do Brasil*”, “*O Castilhismo do Rio Grande do Sul*”, “*A bancarrota do regime federativo no Brasil*”, “*O Brasil social*” e “*O Brasil na primeira década do século XX*”.

atores, por exemplo, eram basicamente aqueles mesmos do período imperial e a reorganização das forças dependia de novos arranjos, que se configurassem sólidos a fim de dar a estabilidade que o novo regime demandava. Esse acordo foi obtido no governo do presidente Campos Sales (1898-1902) e ficou conhecido “Política dos Governadores”. Em teoria era relativamente simples, consistindo essencialmente no estabelecimento de meios de se conter grupos políticos de oposição. Para tal, era imperativo o controle do processo eleitoral, que foi obtido de duas formas. No plano nacional, foi criada a “Comissão Verificadora de Poderes”, órgão que ficava responsável por legitimar eleições, averiguando eventuais ilícitos, em particular, a fraude de votos. Porém, a comissão, na prática, agia de modo oposto, garantindo a eleição de representantes alinhados com a situação e defenestrando a oposição, em geral, acusando-os justamente de fraude eleitoral, em uma prática que ficou conhecida como *degola*. Esse processo era facilitado pelo fato de a comissão ser um órgão da Assembleia Nacional e não da Justiça, como seria o usual. Ou seja, os colegas deputados avaliavam a lisura da eleição dos demais colegas postulantes a deputados. Contudo, o mais importante, toda esta estrutura garantidora de poder não seria viável sem a atuação das Oligarquias Estaduais e dos potentados locais ou coronéis. Os primeiros garantiam a verticalização dos acordos políticos aos seus respectivos Estados, no intuito de manter privilégios e proeminência política. Tal objetivo era obtido através de acordos com os poderes locais, os coronéis, a depender de suas respectivas capacidades de manipular as eleições, em geral, pela cooptação e/ou coerção da massa eleitoral, que ficou conhecido como *voto de cabresto*. Observe-se que o ponto chave de toda essa intrincada máquina de poder era o controle dos eleitores, com base naqueles que possuíam propriedades rurais, os coronéis, daí a política também ser conhecida por “Coronelismo”. A base do poder na Primeira República brasileira não se diferenciou significativamente dos períodos anteriores, continuou a ter fundamental referência na posse da terra, ou seja, grupos proprietários - Oligarquias Estaduais - suas demandas e privilégios. Como, entre os Estados, não havia um equilíbrio de poder e dinâmica socioeconômica, aqueles mais fortes impuseram-se sobre os demais. Dominaram a política do País na esfera nacional - São Paulo e Minas Gerais, justamente por serem as duas principais unidades da federação agroexportadoras do café. Este equilíbrio era bastante complexo, entre outras razões, pela sua intrincada estrutura e pelos reveses de poder, em virtude de suas próprias disputas, cujo caso exemplar era a Oligarquia gaúcha, que tentava romper o elo São Paulo-Minas.

A passagem de Manoel Bomfim pela política também foi rápida como a de Romero. Uma grande distinção é que se deu por intermédio tanto do seu velho amigo, jornalista e deputado constituinte de 1891, Alcindo Guanabara, quanto da liderança política gaúcha, Pinheiro Machado.

O encontro ocorreu durante uma recepção na residência do senador Antônio Azeredo. Esbanjando simpatia, e cercado de correligionários, o caudilho tratou Manoel Bomfim com deferência de velho camarada. Mostrou-se a par de todas as atividades do sergipano, elogiou-lhe os trabalhos publicados e, em especial, a sua preocupação com a instrução pública e básica. Por fim, sempre muito cordial, Pinheiro Machado esboçou um ar de fingida e simpática surpresa:

- Só não entendo, professor Bomfim, que é que o senhor está fazendo fora do nosso partido.

Pego de surpresa, mas lisonjeado, Bomfim olhou para o senador Antônio Azeredo, que olhou para Alcindo Guanabara, que sorriu por trás da espessa barba e dos pequeninos olhos metálicos (Aguiar. 1999. p. 380).

Dentro das características da política oligárquica, da Primeira República, Machado buscava apoio de representantes de Estados do Norte-Nordeste, no intuito de constituir meios de enfrentar aquela hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. Daí, a necessidade de se procurar suporte de Estados pequenos, na perspectiva de se obter capacidade de representação política em uma esfera nacional e de concorrer com o poderio de São Paulo e Minas. Assim, oligarquias, em particular, do Rio Grande do Sul, por meio de lideranças, como a de Pinheiro Machado, atuavam buscando atrair possíveis alianças políticas.

Pinheiro Machado patrocinou indiretamente duas importantes experiências de vida de Manoel Bomfim. A primeira delas foi a indicação política do nome do sergipano para o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Bomfim foi nomeado em 1.º de dezembro de 1905 pelo prefeito Pereira Passos, tendo permanecido no cargo até maio de 1907, já na gestão de Francisco Marcelino de Souza Aguiar. A segunda experiência, tão ou mais significativa que a primeira, ocorreu em junho de 1907, ocasião em que Manoel Bomfim foi eleito deputado federal na vaga aberta pelo Gal. Oliveira Valadão, que ascendeu ao senado. Na Câmara, Bomfim dedicou-se quase exclusivamente aos debates sobre a reforma educacional encaminhada pelo presidente Afonso Pena (Aguiar. 1999. p. 383-384).

Ainda nas palavras do estudioso do médico sergipano, Conde Aguiar (1999): “*a aproximação de Manoel Bomfim e Pinheiro Machado não pode ser explicada ideologicamente - e, sim, politicamente*” (1999. p. 384). Afinal, era um intelectual que apresentava características de progressista, sem nítidas inclinações revolucionárias, mas um *reformista radical*. Imagem não apenas tolerada, mas desejada pelo líder gaúcho de aproximar-se e dar suporte a uma potencial bem-sucedida carreira política. Ou seja, criar um bloco de oposição ao eixo do poder São Paulo-Minas Gerais, com nomes destacados da sociedade e antenados com uma visão de progresso, como a própria república alardeava ser. Isso, apesar de o próprio Machado ser “[...] o arquétipo do político gaúcho da República Velha - conservador, autoritário e oligarca, mas dotado de visão social e senso de justiça” (1999. p. 385). Parafraseando, o *déspota dos pampas* precisava associar-

se e vincular o grupo político-econômico, o qual representava, a ares novos que a política nacional, da época, demandava. Assim, percebe-se que a inserção de Bomfim na política foi de uma maneira muito distinta da de Romero. O grande crítico literário era egresso, como visto, de uma família de canavieiros e conquistou seu espaço no *metiê* político por meio de tradicionais relações de indivíduos de sua origem social. Desta feita, exerceu cargos de promotor, juiz e representante legislativo. Foram experiências de curta duração em razão das próprias limitações de Romero e suas inclinações e interesses pessoais. Em síntese, porque seus interesses mais firmes estavam no meio intelectual e seu temperamento difícil, na política, torna a sobrevivência do indivíduo mais difícil. Bomfim era egresso de uma família sem estirpe social tradicional, que ascendeu economicamente por meio do comércio, ou seja, era daquele grupo que Reis (2006) classificou como *novos elementos* e Pinheiro Machado viu naquele jovem intelectual justamente a oportunidade de constituir uma imagem de algo que parecesse realmente novo. Bomfim, sugestionava ser uma boa representação disso. Portanto, o líder gaúcho confiou ao médico sergipano, a princípio, a indicação de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Tal encargo significava ser uma espécie de Secretário de Estado da Educação e, naquele momento, não de qualquer município, mas daquele que era a representação simbólica de poder, inclusive no Império, mas também um centro econômico e um referencial cultural do País. Em outra perspectiva, por conseguinte, o encargo também equivaleria hoje a algo como um ministro da educação, visto que na época não existia tal órgão especificamente a gerir a educação nacional. Elemento que ficava ao encargo de cada Estado. No entanto, por ser a direção da instrução pública do distrito federal, servia de referência para as atuações das demais unidades da federação naquele ramo da administração pública, ainda que não de forma necessariamente vinculante (Haidar. 2008; Nunes. 2008).

A indicação de Bomfim a deputado federal por Sergipe é que ocorreu em condições bem específicas, que interconectam questões locais à política nacional, inserida naquelas dificuldades de estabilidade da Primeira República. O evento local foi a Revolta de Fausto Cardoso, em 1906. De maneira bem concisa, foi o movimento liderado por outro jovem *intelectual sergipense* (da geração de Bomfim) em oposição ao domínio oligárquico *Olimpista*, ou seja, do grupo liderado pelo Mons. Olímpio Campos. Fausto, também de temperamento inflamado e ótica progressista e de grande retórica, conseguiu conflagrar a política local contra o longo domínio do tradicional grupo proprietário canavieiro, chefiado pelo religioso. A situação de tensão chegou ao auge quando a PM invadiu o palácio do governo e depôs o Pres. do Estado Guilherme Campos, irmão e, obviamente, membro do grupo oligarca liderado pelo Mons. Olímpio Campos. Alguns poucos meses depois, uma intervenção federal restabeleceu Guilherme Campos no executivo de Sergipe

e, em sequência, seguiram-se duas tragédias. Durante a retomada do palácio do governo, Fausto Cardoso foi baleado, vindo a falecer no dia seguinte. Alguns meses depois, por vingança, dois filhos e um sobrinho do intelectual assassinaram o Mons. Olímpio Campos no Rio de Janeiro. No processo, abriram-se duas vagas na Assembleia Nacional, já que, respectivamente, na época, o religioso exercia cargo de senador e Fausto o de deputado federal. Assim, de uma maneira um tanto trágica e ironicamente, o Gal. Oliveira Valadão assumiu a posição do seu, então, adversário de grupo político, o Mons. Campos. Na sequência, esse grupo de oposição ao *Olimpismo*, precisava achar um nome para a Câmara Federal, deixada vaga pelo Gal. Valadão. Pelo que já se expôs, tal vaga foi ocupada por Manoel Bomfim, para o biênio legislativo de 1907-1908, em uma intrincada articulação entre o líder político gaúcho Pinheiro Machado, Alcindo Guanabara (político e amigo pessoal do médico sergipano) e, no plano local, o grupo *Valadonista* adversário dos *Olimpistas*. Essa configuração de eventos e suas consequências obliteraram aquela tentativa de Sílvio Romero de se recompor na política sergipana, apesar de ter apoiado firmemente o Gal. Valadão em similar processo, em 1894, que levou o militar sergipano ao executivo do Estado, naquele momento. Ainda assim, Romero foi preterido por Bomfim, para ocupar a vaga de deputado federal, deixada pela morte de Fausto Cardoso. Mais este insucesso na política, certamente, foi um dos fatores que influenciaram o crítico literário a buscar justamente o apoio do grupo *Olimpista*, que sempre criticou com sua conhecida verve.

A princípio, é necessário enaltecer que a preterição de Romero em relação a Bomfim, enquanto candidato a deputado federal, não influiu naquele severo exame que o crítico literário produziu sobre a obra inaugural do médico, *A América Latina: males de origem*. Afinal, o livro foi lançado no ano anterior aos eventos relacionados à Revolta de Fausto Cardoso (1906). De fato, o que moveu Romero foi a tese desenvolvida na obra, que provocava uma ruptura nas premissas do Darwinismo Social, as quais o crítico literário possuía tamanha inclinação. É óbvio, por outro lado, que, levando-se em consideração as circunstâncias e a personalidade irascível de Romero, ser perpassado por um rapaz quase 20 anos mais jovem, em uma indicação política, foi encarado como um menosprezo e uma humilhação. Algo que muito certamente fortaleceu as convicções críticas de Romero acerca de Bomfim e seus posicionamentos acadêmico-científicos. Teria alimentado uma belíssima *polêmica*, em diversos números de jornais se Bomfim não tivesse preferido simplesmente encerrar a contenda quase de imediato. Todavia, o episódio em si não pode passar despercebido, afinal uma análise a respeito dele revela as respectivas trajetórias de ambos os intelectuais, em diversos *métiers*, neste caso, no político. Além, é claro, de igualmente expor a inserção de ambos os autores à lógica e práticas da Primeira República, caso realmente almejassem a construção de uma carreira na política. Nesse ínterim, os posicionamentos mais ou menos

progressistas ou conservadores, *a priori*, não faziam muita diferença. Afinal, qual fossem tais as disposições dos autores, seguiram aquela cartilha determinada pelo *pacto oligárquico*, estabelecido na Primeira República. Ou seja, deveriam ambos os autores submeter-se à lógica prescrita de ligar-se a grupos políticos com capacidades de manipular massas eleitorais.

O que a participação na política de Sílvio Romero e Manoel Bomfim revela é uma linha limítrofe particularmente tênue entre a inserção dos indivíduos em seu contexto e as suas contradições pessoais. É interessante considerar tal temática, mesmo que pareça secundária, no sentido de tratar do que talvez possa ser entendido como um detalhe pormenor. Afinal, o ponto central desta tese são as similitudes e divergências ideológicas e acadêmico-científicas entre ambos os autores. Todavia, a tese assume a iniciativa de analisar este ponto e da perspectiva que representa sim uma contradição pessoal dos objetos de análise. Discrepância pessoal, visto que tanto Romero quanto Bomfim foram aguerridos defensores do regime republicano, enquanto superação ao atraso que compreendiam representar a monarquia brasileira. Dadas as circunstâncias e características que a Primeira República acabou por assumir, os mostraram, cada um a seu modo, a sua frustração. Havia aquele sentimento um tanto ingênuo, outro tanto idealizado de que a república à brasileira desencaminhou-se. Apesar dessa compreensão, pouco tergiversaram ao ingressar no meio político, o qual tanto criticavam, e, ao fazê-lo, aceitaram o jogo como estava posto. Por isso, esta linhas introdutórias, uma vez que, como exposto, é uma linha tênue entre aquilo que é dado pela conjuntura e as respectivas interposições pessoais. Assume a tese a ótica de tratar-se de uma contradição pessoal, sobretudo, quando observado o contexto eleitoral da Primeira República no local, neste caso, em Sergipe e seus pequenos municípios. Romero e Bomfim, por conseguinte, estiveram naquela linha tênue de contestar práticas eticamente reprimíveis, por um lado, mas certamente serviram-se para se eleger deputados federais, por outro. Ou seja, a coerção do eleitorado empreendida pelos potentados locais - coronéis -, conhecida por *voto de cabresto*.

É preciso considerar que Sergipe, enquanto carácter particular, foi uma área periférica da colonização, naquele século XVI, e sua economia somente verteu-se à cultura canavieira, somente no século XIX e, ainda assim, subalterna à Bahia. Contudo, também compartilhou, com os demais tradicionais centros canavieiros do Brasil, dos dilemas e questões que o setor açucareiro ao longo da segunda metade do oitocentos passou. Em outros termos, não se pode desconsiderar que a província possuía certas particularidades, que resultavam em perspectivas como de apresentar mais vulnerabilidades à sua economia e política, em relação à *província maior* da Bahia. De maneira sintética, tais especificidades podem ser descritas em três pontos: financiamento, transporte e dificuldades de modernização do setor. Um engenho dependia muito de aportes

financeiros a cada safra. Em não havendo, ao longo do oitocentos, instituições financeiras de porte e nacionais, dependia-se de bancos locais e, em particular, de comerciantes abastados, que emprestavam dinheiro a juros. Como Sergipe não possuía uma dinâmica comercial suficiente para suportar a demanda de sua produção açucareira, os canavieiros da antiga província endividavam-se com comerciantes baianos. Esse aspecto notadamente gerava aquela dependência de Sergipe em relação à Bahia. O transporte era outro gargalo, visto que a pequena província, sem grandes enseadas ou baías naturais, mais se utilizou de portos de fundo de barra. Instalações que, com os anos de predação da própria cultura da cana, abateu as matas ciliares, assoreando rios e barras, que dificultava a entrada de embarcações maiores. A esse problema somou-se o próprio processo de modernização dos transportes, com a 2.^a Revolução Industrial. O setor naval passou a dispor de embarcações a vapor, de calados mais profundos, que foi mais um elemento complicador para se ingressar naquelas barras estreitas e assoreadas de Sergipe. Então, levando-se em consideração que o açúcar era um setor agroexportador, Sergipe outra vez dependia da Bahia, só que agora dos seus portos, a fim de que a produção açucareira *sergipense* acessasse o mercado externo. Por fim, Sergipe teve amplas dificuldades de modernizar sua atividade canavieira, no período de transição do século XIX ao XX. Nesse momento, Bahia, Pernambuco e Alagoas, por exemplo, célebres produtores de açúcar, faziam a transição dos antigos engenhos banguês, movidos pela tração de animais, em geral bois, por usinas de motores a vapor e depois diesel. Dado aos contratemplos de Sergipe, a modernização do seu setor canavieiro ficou em uma espécie de vago, a tal ponto de o historiador Ibarê Dantas classificar ironicamente as usinas de açúcar de Sergipe de *banguês enfeitados* (Almeida. 1984; Almeida. 1993; Dantas. 2009)

Por fim, retomando um pouco mais diretamente o ponto da tese do debate: as perspectivas sobre a busca pelo *status* de civilização pelo Brasil. Para tal, tornou-se vital analisar as anotações de Romero em uma obra, em particular, que utilizou como fonte substancial de referência de sua crítica a Bomfim. Trate-se de *Lois scientifiques du développement des nations: dans leurs rapports avec les principes de la s'election naturelle et de l'hérédité*¹¹, do autor britânico Walter Bagehot. Apesar do longo título, ele já dá uma síntese do conteúdo e do argumento desenvolvido pelo autor britânico. A seleção natural e a hereditariedade são os elementos fundamentais do processo de desenvolvimento das nações. Em outros termos, Bagehot defendeu a ótica corrente da ciência europeia do oitocentos, de que existem leis que regem e, por conseguinte, explicam não apenas os fenômenos naturais, mas também os sociais. E, essas leis dependem de aspectos ditos qualificáveis

¹¹ Em uma tradução livre “Leis científicas do desenvolvimento das nações: em relação aos princípios da seleção natural e da hereditariedade”.

pela ciência e inseridos nas perspectivas da seleção daqueles ditos mais capazes, cuja as habilidades seriam determinadas pela evolução e reprodução de raças pretensamente superiores. Enfim, Romero procurou alicerçar-se em uma obra europeia, dentro do ponto de vista que Bomfim criticou com o seu *A América Latina: males de origem*. Daí, na pesquisa realizada na biblioteca pessoal de Romero¹², encontrou-se um exemplar de *Lois scientifiques du développement des nations*, de Bagehot, amplamente anotado pelo grande crítico, sendo algumas dessas notas diretamente citando Bomfim. O relatório do Prof. Jackson da Silva Lima traz uma série de dados pertinentes. A princípio, é interessante ressaltar a destacar a quantidade de obras tanto, óbvio, em língua portuguesa quanto em francês, respectivamente cerca de 62% e 36% dos volumes. Note-se que muito embora Romero possuísse em seu acervo volumes em inglês, apenas 1%, que corresponde tão somente a 17 obras, o trabalho de Bagehot, tão fundamental à sua crítica a Bomfim, é uma versão traduzida para o francês. Língua estrangeira que o grande crítico mais dominava e não por acaso, já que a França era uma grande referência enquanto modelo ideal de civilização e o próprio Romero apoiava-se largamente em autores daquele país, mas não unicamente o autor tinha tal predileção. Afinal, como bem ironizou Broca (2004), a intelectualidade brasileira do século XIX sofreria de *parasina*, uma espécie de mal que corresponderia a uma dependência e saudades constantes de Paris.

Por exemplo, salienta que o crítico utilizou-se de vários signos gráficos, sinais de mais (+), de igualdade (=) ou asteriscos (*), havendo ainda sublinhados e tracejados em uma linha simples ou dupla, na vertical das páginas ou horizontais, na parte superior da folha ou no rodapé. Cada um desses sinais demonstrava o interesse particular do crítico por algum trecho de determinada obra. No caso do trabalho de Bagehot, a primeira anotação, não em uma ordem cronológica ou de páginas, que chama a atenção, em virtude de estar distinguida por duas

¹² A biblioteca pessoal de Sílvia Romero foi adquirida pelo governo de Sergipe, em um processo que se iniciou em 1917, três anos após a morte do intelectual. Em 1918, foi montada uma comissão composta pelo senador Joaquim Pereira Lobo, Dr. Graccho Cardoso e o próprio filho de Romero, Nelson Romero, cujo fim era catalogar e avaliar os volumes. O governo sergipano, da época, pagou 14 contos de réis (moeda corrente do período) e os volumes chegaram ainda em dezembro de 1918, a serem incorporados à biblioteca pública do Estado. Desde esse período até o início da década de 1990, o acervo de Romero viveu as próprias incertezas da Biblioteca Pública do Estado, atualmente denominada de Epifânio Dórea. Durante aquele período, a Biblioteca de Sílvia Romero sofreu com a desorganização do seu acervo, conservação em condições inadequadas e a contaminação do seu catálogo, com obras que não pertenciam ao seu acervo original. O projeto de revitalização dos volumes foi coordenado pelo Prof. Jackson da Silva Lima, em 1995, no âmbito do Instituto da Memória e da Documentação (IMEDOC). O trabalho resultou tanto na reorganização do material quanto na produção de um relatório e novo catálogo. Entre as observações do Prof. Jackson, aqui sinteticamente a se destacar, está 1) a constatação de que a contaminação do acervo já ocorreu no processo de compra, pois dos 14 contos originais do orçamento, pagou-se efetivamente pouco mais de 16 contos de réis por obras adicionais; 2) não é possível saber qual foi exatamente o material contaminante, visto que o catálogo original da comissão fora perdido; e 3) entre a descrição de dados sobre o acervo, destacam-se, por exemplo, a quantidade de obras e total de volumes (distinguindo-se revistas, encadernados, livros etc.), as respectivas línguas dos volumes e uma análise dos sinais contidos nas anotações de leitura realizadas por Romero. Este último ponto é bem pertinente, já que boa parte das obras do acervo foram ricamente anotadas pelo grande crítico.

destacadas exclamações e contém a seguinte afirmação: “*Queria Bomfim que sem a luta e a guerra se desenvolvesse a América*”, encontra-se no final da página 87, cujo parágrafo final salienta que

J'en ai dit assez, je pense, pour montrer qu'il y a une foule de qualités, d'institutions de genres très-variés qui donnent un avantage aux peuples dans la lutte militaire; que la plupart d'entre elles, et la plupart des qualités militaires, tendent principalement au bien; que le triomphe constant de ces compétiteurs favorisés est le mode particulier de propagation et de conservation des qualités les plus précieuses qu'exige la civilisation élémentaire. (Bagehot. 1873. p. 87)¹³

O excerto do autor britânico faz clara defesa da utilização de meios militares que, em seu contexto, significa um argumento de suporte em favor do Imperialismo europeu daquele século XIX. As conquistas militares seriam legítimas, por serem a forma de a civilização expandir e compartilhar suas premissas mais fundamentais. Em outros termos, aquilo que fosse obtido pelo recurso bélico, expressaria estes eloquentes propósitos, segundo seu autor, visto que as “*qualités militaires, tendent principalement au bien*”. O bem é a civilização, pretensamente defendida com o aço e a pólvora. É bastante escandaloso considerar o engajamento de Romero a tal ótica. O autor, afinal, é um indivíduo egresso de um país subjugado pelo colonialismo europeu, embora do anterior período mercantilista, mas com similar com uso de violência. A impressão é de uma naturalização deste processo imperialista e não necessariamente a reflexão de que tais características são desafortunadamente, sim, comuns ao devir das sociedades, mas pela imposição de grandes interesses, sobretudo, político-econômicos. A fim de explicar tal constrangimento, *a priori*, é possível recorrer à característica da polêmica, elemento tão conhecido e que por tantas vezes fora utilizado pelo literato de Lagarto. Outro ponto a ser considerado é a associação, obviamente, de Romero ao pensamento do Darwinismo Social. Aí, é preciso considerar a ótica do próprio Romero e seu contexto, não necessariamente em uma perspectiva de relativização histórica, mas reflexão de o autor veemente buscar contradizer os argumentos de Bomfim. Com *A América Latina: males de origem*, o médico punha a termo aquelas premissas raciais, caras a Romero, por considerá-las, enfim, uma afronta à civilização. Então, a discordância do grande crítico às interpolações de Bomfim são a defesa do que julgava ser base da civilização e, por conseguinte, o caminho a trilhar pela nação brasileira a chegar a tal patamar, como já observado neste texto. A questão, neste ponto, é observar uma importante referência utilizada por Romero no

¹³ Em uma tradução livre: “Acho que já disse o suficiente para mostrar que há uma série de qualidades e instituições de tipos muito diferentes que dão aos povos uma vantagem na luta militar; que a maioria delas, e a maioria das qualidades militares, tendem principalmente para o bem; que o triunfo constante desses concorrentes favorecidos é a maneira específica pela qual as qualidades mais preciosas exigidas pela civilização elementar são propagadas e preservadas.”

intuito de interpolar o que considerou, naquele momento, um importante contenedor de um projeto de nação e missão pessoal.

Ao retornar às folhas de guarda da obra de Bagehot, Romero tem uma mais longa anotação, tal qual uma introdução, a qual igualmente cita, em modo direto, Bomfim. No anverso e no verso, o preâmbulo do crítico reflete uma espécie de síntese de suas ponderações sobre o texto de Bomfim, a partir da leitura da obra do autor britânico, na qual afirma que

(Bomfim) Fala mal da escravidão e da religião; é porque não conhece o valor histórico Jovem do governo e do conservantismo, da tradição. A instrução hereditaria. Desconhece a epoca. Ha no livro um anachronismo permanente. [sic]. Julga da epoca do absolutismo com as ideias de hoje (Belo) Monstruoso feriado que termina produzindo uma geração de sábios! Hoje é moda a especie de revanche dos mestiços americano contra os europêus. Arrotam improperios contra elles e contam bôas por indíos negros e mulatos. Ha mui[to] a dizer contra os embaraços officios. [sic]. (Anotação manuscrita de Romero, contida na contracapa de Bagehot. 1873)

A primeira observação que se destaca é uma quase literal acusação que Bomfim desconhece ou mesmo ignora o processo histórico em seu próprio contexto. Daí, a obra do médico cair em uma contumaz contradição, segundo o grande crítico. O motivo desse “*anacronismo permanente*” seria justamente a insistência de o autor de *Males de origem* seguir uma visão descontextualizada, a qual se voltaria a observar o ontem pela ótica do hoje. Assim, Bomfim faria algo como um revisionismo histórico, não compreendendo, por exemplo, que o Absolutismo Monárquico foi um processo histórico próprio de determinados países do Velho Mundo e em um particular momento. Assim, analisá-lo sob a ótica do presente seria um erro crasso até, visto que os aspectos de conquista, de opressão, de centralização política observados naquele regime foram produto do seu próprio momento. Por exemplo, para Romero e Bomfim o regime republicano brasileiro era a superação do atraso representado pelo seu passado colonial, diretamente egresso do Absolutismo europeu. Todavia, o crítico infere que Bomfim aponta para um ponto de vista de que a República no Brasil foi mais que um momento de modernização do país, pela superação daquele passado de colônia. A República representou a própria superação do Absolutismo em si e, em momento, no qual tal regime não mais existia e era, por conseguinte, espelhado por Bomfim, segundo o grande crítico, no Imperialismo europeu do século XIX, ou seja, outro contexto completamente distinto. O suposto avanço que o regime republicano significaria mais uma projeção de uma nova configuração de uma jovem intelectualidade, ou como já satirizou, de *sábios*. Doutos que no afã de expressar a importância dos *mestiços americanos*, tal qual uma desforra, não teriam percebido o óbvio: apesar de tudo, a contribuição da Europa e dos europeus

para que os territórios americanos tivessem um, ainda que essencial, gérmen de civilização. Para Romero é óbvio que a civilização é a Europa e suas potências e que afirmar tão somente seus *males*, como o fez Bomfim, seria negar o bem maior que a civilização produziu, não permitindo assim que o Brasil possua os recursos no intuito de também ser uma nação civilizada. Na página 113 da obra de Bagehot, ao longo do lado direito da folha, Romero meio que consolida sua análise do “*anacronismo permanente*”, que atribui a Bomfim. Em duas sentenças distintas, separadas por parêntesis, diz o crítico que: (*Falta de senso historico*). (*Bomfim quer julgar o 1500 com isterias de hoje*) [sic]. Quais seriam estas *histerias de hoje*? Muito certamente por em cheque as premissas do Darwinismo Social que, por exemplo, alicerçaram a expansão imperialista europeia do oitocentos, justificando-a como Missão Civilizadora das potências europeias, que alegadamente se afirmavam superiores na perspectiva racial em relação aos conquistados. Mais do que por muito crer, Romero tão arrebataadamente criticou os argumentos de Bomfim por possuir reiterada convicção nos princípios do Darwinismo Social que, para o crítico eram as - leis gerais de compreensão - das sociedades.

A *evolução natural* seria, por conseguinte, a república, o regime de superação do atraso da monarquia, que se entendia remeter ao passado colonial do país. Tal *evolução* era tanto ambicionada por um já maduro Romero quanto boa porção dos seus pares da intelectualidade brasileira da época. Era um momento, assim, a narrativa constituída o afirmou, de possibilidades de sobrepujar e de consolidar uma grande e civilizada nação brasileira. Daí aquela preocupação do grande crítico em fazer confundir seu legado pessoal ao contexto, em uma espécie de ápice conclusivo de sua trajetória, sobretudo, enquanto grande homem de letras do Brasil.

Então, naquele momento que Romero revisava e ratificava sua trajetória pessoal e, sobretudo, intelectual, Bomfim lançava sua obra inaugural. O médico era um jovem, mas já consolidado outro intelectual brasileiro, por coincidência também sergipano. E, com aquela obra - *A América Latina: males de origem* - potencialmente colapsava a visão de mundo, na qual Romero verdadeiramente se ancorava. Em outras palavras, a argumentação, as premissas apresentadas por Bomfim, na perspectiva de Romero, desqualificaram o trabalho de sua vida. Ao se tomar um exemplo, o do regime republicano brasileiro, enquanto uma espécie de culminância tanto de validação de ideias quanto dos anseios do país, vê-se que, no processo:

Desapareceu a autoridade de que se impunha em nome de direitos privativos, seus - direitos de essência divina; veio uma outra, em nome da vontade coletiva; mas esta vontade não existe - é o que está na consciência de todos; não existe porque a oligarquia, interesseira e céptica, já perdeu todo o pudor político, e distribui entre si os cargos e as funções, não escondendo, nem nos atos nem nas palavras, o seu desprezo pelo chamado *voto popular*; [...] Lamentam-se aqueles, desfiam

queixumes, esquecidos de que foram eles próprios que prepararam as decepções - mentindo ao programa que ontem pregavam, realizando uma República que desconhece ou esqueceu o ideal que era a sua razão de ser, uma República adaptada às instituições e costumes monárquicos que pretendia eliminar, não repelindo senão aquilo que deveria afirmar, uma República onde só os reacionários se sentem bem... E permitem com isto que a acusação se formule: “A República mentiu às suas promessas”. Não; foram os homens que mentiram às suas ideias. (Bomfim. 2005. p. 224 e 225).

As duras críticas de Bomfim podem ser delineadas em três pontos e que, ao momento de reflexão desta tese, até ironicamente parecem preliminares respostas diretas a Romero. Em princípio, Bomfim aproxima-se a Romero ao destacar que a monarquia representava aquele passado colonial, que obstaculizava o país a ascender a patamares mais civilizados. Logo, era capital superar o regime imperial brasileiro, substituindo-o pelo republicano, que seria algo como uma resposta natural. Essa compreensão era um quase senso-comum entre boa parte dos intelectuais brasileiros daquele fim de oitocentos. Todavia, Bomfim logo ressalta os seus dois outros pontos, os poréns, por assim dizer, visto que a república à brasileira apresentou uma série de contradições, na prática, reproduzindo-as do próprio império, como se àquela época o país ainda estivesse naquele anterior sistema político. A exemplificação mais objetiva, a respaldar o exame de Bomfim, era a permanência do modelo agroexportador, que somente reeditava a grande propriedade rural e os interesses e privilégios dos seus representantes, as oligarquias. Esses grupos sociais não apenas criaram meios de obstruir o *voto popular*, ou seja, o mandato popular que seria a essência do modelo republicano. Afinal, impuseram seus objetivos político-econômicos por meio do aparelhamento e da corrupção das instituições de Estado. Bomfim finaliza sua análise afirmando que “*A República mentiu às suas promessas*”. Não; foram os homens que mentiram às suas ideias. A princípio, a belíssima asserção pode passar a ideia de que a república em si ainda era o elemento fundamental da resolução das questões brasileiras. No entanto, o problema fundamental, para o médico, era a origem, cuja raiz está descrita na sua tese central - *os males de origem* - a herança conservadora da exploração colonial portuguesa vivenciada e reproduzida, similar a um vício ou doença. Então, pouco importava a mudança do regime, mas, sobretudo, como esse modelo político foi alterado no Brasil, a partir da grande interferência de indivíduos altamente *infectados* daquele passado brasileiro, ou seja, a elite agroexportadora. Esse grupo apenas reiterou, em outro contexto, a sua visão e práticas reacionárias. Assim sendo, o modelo de regime político em si pouco importava, já que se reproduziam por *herança*, naquela ótica biologizante do médico, os *vícios do passado colonial* (Bomfim. 2005).

Desta feita, não é de se surpreender a quase literal prontidão de Romero em defender suas premissas. A característica da personalidade, neste caso, que se observe bem, está naquela urgência

de ratificação da posição por parte do famoso polemista. Portanto, os trabalhos de Romero, suas críticas e polêmicas refletiram os “(...) *problemas coletivos, as questões sociais, os casos de momento, acentuando-se ainda mais a tendência participante de sua inteligência e a inclinação combativa do seu temperamento*” (Candido. 1988. p. 79). A vinculação teórico-ideológica do grande crítico, segundo Candido (1988), ainda estava muito ligada a modelos europeus, em particular o *spenceriano*, por conseguinte, fortemente influenciada de paradigmas raciais.

Enfim, as observações recorrem muito a um Romero, cujas características são mais de um polígrafo do que um jurista. Algo bastante comum naquele período, entre os letrados brasileiros. Naquele ponto destacado sobre a república brasileira, observa-se a característica de uma visão mais sociológica e historicista, semelhante a de Bomfim (Candido. 1988; Mota. 2000). Contudo, diametralmente divergindo quanto aos elementos teóricos de base racial, utilizados enquanto peça-chave das análises sociais. Para Bomfim, não caberia aos brasileiros nenhum desabono ou necessidade de um alegado melhoramento por conta de sua *raça* identificada como *mestiçada* e com elementos supostamente inferiores, negros e indígenas. Daí, o médico afirmar que a república reproduzia os caracteres conservadores e retrógrados, em virtude daquela *hereditariedade* colonial. Assim, em consequência, Bomfim apresentava elementos de análise mais estruturais e sistêmicos, ainda que não deixasse de utilizar o conceito *raça* (Alves Filho. 1979). Já para Romero, a grande questão estava na *raça*, por isso, seu ímpeto enérgico já conhecido que, sem dúvida, objetivava validar e legitimar seu pensamento e a si próprio diante de uma nova geração de intelectuais que se afirmavam em um Brasil de um outro momento.

Entretanto, é bastante pertinente considerar um ponto de contradição de Romero na defesa que fez do republicanismo e da república à brasileira. Esta contradição apresenta-se no fato de que apesar de a relação de Romero com a república ser, *a priori*, de ânimo pelo regime, como muitos outros, o crítico se desencantou com as características que o modelo brasileiro acabou por tomar. Então, por que defender a república em relação a Bomfim? Afinal, as críticas ao novo regime que se implantava no país e, sobretudo, a condução que o modelo político tomou aproximariam Romero e Bomfim. Como observado, deu-se o oposto, por um lado, não apenas por um talvez mero afeto a se manter uma posição de contestação do interpolado; por outro lado, também não foi necessariamente uma defesa do republicanismo em si, malgrado as características controversas que o modelo brasileiro da Primeira República assumiu. É preciso considerar que, no texto do artigo, que foi a constituição de uma argumentação, Romero utiliza do expediente república para criticar veementemente Bomfim. Diz o mordaz crítico que Bomfim não avaliou de maneira correta os impactos e progressos obtidos pelo regime republicano, que na época da publicação do livro do médico e dos artigos de Romero, fazia pouco mais de uma década e meia.

Em outras palavras, Bomfim não apresentaria um bom nível de domínio da história do Brasil. Claramente, a crítica se conduziu pela perspectiva de análise historicista, neste ponto. Romero também possuía semelhante visão historicista e sociológica, contudo divergiu de Bomfim, produzindo certa distensão de análise.

Seguindo ainda na questão do aparato conceitual utilizado por Romero, expôs o quadro da América do Sul e do Brasil à luz daquele seu referencial teórico. Esse elemento de contextualização tanto histórica quanto social teria um aspecto algo que de exemplificação. Seria a demonstração cabal e mensurável de que Bomfim estaria errado em suas refutações sobre o Darwinismo Social, as quais Romero afirmava corretas diante daquilo que concebia como uma acurada observação da realidade objetiva. Isso porque

As doutrinas do evolucionismo spenceriano tinham-me posto na pista do desdobramento natural dos vários ramos da atividade humana; tinham-me despertado a atenção para as formações díspares dos povos mestiçados, nomeadamente os da América do Sul, e, por esse caminho, havia sido conduzido às conclusões a que cheguei em todos os escritos acerca da minha pátria. As doutrinas da escola de Le Play, posteriormente, fizeram-me penetrar mais fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações exteriores do ensino spenceriano. (Romero. 1905. p. 639)

A princípio, a afirmação categórica de que o *spencerianismo* é o meio adequado para se analisar e compreender as sociedades sul-americanas, essencialmente caracterizadas por uma composição de “*povos mestiçados*”. Esse último aspecto não é destacado ao acaso, já que era a tendência àquele debate entre os intelectuais do Brasil, da transição do século XIX para o XX. Nesse período, o país empenhou-se a constituir um Estado e tentar definir-se enquanto uma nação civilizada entre as demais, em particular, aquelas que serviram de modelo de civilização, as potências europeias. A questão racial era basilar, visto que, na época, assumia-se que o *status* de civilização dependia diretamente da composição da raça de uma nação. Os sul-americanos, em sendo *mestiçados*, compunham-se de raças não-brancas que, por conseguinte, não contribuíram para que uma nação alcançasse o cobiçado *status* de civilizados, segundo o *spencerianismo*. Tem-se o objeto que se pretende analisar: as sociedades sul-americanas, que possuem na mestiçagem a sua principal propriedade. A melhor forma de se refletir e compreender as características daquelas sociedades é se utilizando do que Romero chama de “*Escola de La Play*”. Observe-se aqui que o argumento de Romero está integralmente constituído a fim de ratificar sua posição, algo como uma espécie de demonstração científica.

Na perspectiva das contextualizações históricas, Romero seguiu processo semelhante ao da apresentação da teoria: inicialmente traz elementos sobre a república brasileira e ao fim utiliza-

se de uma exemplificação. O objetivo de tal construção é claramente o mesmo de refutar Bomfim. Neste ponto, assinalando que o médico sergipano gravemente erra no seu conhecimento da história do continente sul-americano e, conseqüentemente, do Brasil. A princípio, Romero observa sobre

A história destes quinze anos de República tem servido aos espíritos sem preocupações mesquinhas, para aclarar toda a história colonial, regencial e imperial do Brasil. O período da Regência, sobretudo, esclarece-se com uma intensa luz nova. A coesão, a unidade, a estabilidade constitucional do país, a íntima organização do povo, eram em grande parte puramente ilusórias! O manto da realeza, puxado e repuxado em todos os sentidos pelos políticos de ofício, encobria muita coisa que se não deixava ver. A República manifestou o Brasil tal qual ele é; por isso exatamente, é o governo que lhe convém, porque o não ilude... É, o que se vai ver à luz do sistema de Le Play e Henri de Tourville... A posição do Brasil, *seu verdadeiro estado social, esclarecido com o critério íntimo dos elementos primários e essenciais da vida*, é o que me proponho a elucidar. (Romero. 1905. p. 659).

No geral, afirma o crítico que Bomfim desconhece o momento que o Brasil está e a trajetória que percorreu até ali, logo, também ignoraria as possibilidades de futuro. Esse porvir que, naquele momento, possuía uma perspectiva presumidamente bastante promissora, havia certo ânimo generalizado na sociedade. Compreendia-se que um grande sinal dessas boas transformações no país fora a substituição do regime monárquico pelo republicano. A república brasileira foi interpretada como um processo de superação do país do seu atraso colonial, que havia persistido no pós-emancipação com a monarquia, quase que única na América. Então, nesse particular momento, o Brasil, em razão da república, teria a oportunidade de superar seus *males de origem*. Assim também o considerava vivamente Romero, seguindo de certo modo a voga da época. No entanto, Bomfim era bem mais cético a respeito da jovem república brasileira, apesar de sua semelhante simpatia pelo republicanismo. Para o médico sergipano, a república reproduziu, em boa medida, o que classificou de *vícios* do conservadorismo brasileiro, egressos justamente do seu passado colonial. Essa pregressa formação da nação brasileira, marcada pela conquista portuguesa, possuía forte caráter *parasitário*, que se transmitiu por herança à nação brasileira. A solução a este dilema para Bomfim era a instrução da população, já para Romero, era por meio do aperfeiçoamento desse tipo nacional através da miscigenação com brancos europeus. Em outros termos, para Bomfim a educação era a resposta republicana a fim de civilizar o Brasil, para Romero seria o melhoramento da raça, pelo seu branqueamento.

A convicção de Romero é expressada em tal monta no trecho acima para não se deixar qualquer dúvida. Essa indubitabilidade era imperativa no modelo de argumentação do crítico literário e já observada quando utilizada para reiterar seu ferramental teórico. Nesse ponto, em

particular, a princípio é feita a evocação da república e o quanto esse regime era importante para o país, pois significaria uma redenção, abrindo portas e objetivos meios de transformação da sociedade brasileira. O regime teria um papel fundamental, enquanto uma espécie de momento síntese, meio epifânico até, da busca de a nação brasileira se tornar civilizada. Assim sendo, Romero vê a projeção do Brasil com o republicanismo, mesmo que, na época, ainda fosse uma breve experiência. A análise da trajetória histórica do país, à luz da teoria de dois autores destacados, confirmava a assertiva de Romero que, ratificada, deveria ser utilizada contra Bomfim. Desta feita, o autor de *A América Latina*, através de suas abordagens, evidenciaria seu próprio desconhecimento do processo histórico brasileiro. Os “quinze” anos da república brasileira não seriam suficientes para se observar as significativas transformações já operadas, a mais expressiva obviamente a própria mudança do regime político do país. A partir desse evento é que as demais possibilidades estariam abertas, a serem construídas em um porvir. Bomfim teria falhado por não compreender esse processo, notabilizando demasiadamente condicionantes egressas de um passado colonial que, na perspectiva de Romero, começariam a ser superadas justamente pela república. Em suma, Bomfim fragorosamente falhou, segundo Romero, em suas análises, que tinham no processo histórico um elemento basilar.

Por fim, para consolidar sua estrutura argumentativa em algo a três estágios, Romero utiliza-se de um exemplo concreto, a colônia francesa do Canadá. Esse recurso, mais claramente de caráter a servir de exemplo, mas também possui um aspecto simbólico. Isso porque o Canadá vivenciou uma colonização mais francesa na sua costa leste, em particular na península do Quebec, e mais inglesa, nas demais regiões do centro à costa oeste. Além desse ponto, é importante destacar que um pouco mais ao sul, há uma robusta presença inglesa, que formou os EUA. Tal informação torna-se pertinente porque Bomfim salienta, em suas análises, a pujança estadunidense em relação aos demais países do continente americano, que também passaram pela experiência de uma colonização europeia. Os estadunidenses formaram-se a partir de populações anglo-saxônicas, bem mais diligentes e pragmáticas com os negócios. Aspecto bem diverso dos latino-americanos egressos de povos ibéricos, voltados à exploração predatória, aventureiros por excelência e, em consequência, negligentes com os negócios e de visão muito conservadora. Características herdadas pelas nações latino-americanas, segundo o médico sergipano. Para Romero, as afirmações de Bomfim novamente são descabidas e oriundas do desconhecimento dos fatos. Contraditoriamente, o crítico literário principia aparentemente concordando com quem justamente interpola, quando diz que:

Entre uma dúzia de motivos que mantêm a atual inferioridade do Canadá em face dos Estados Unidos, bastaria escolher os seguintes: o clima do Canadá é muito mais rigoroso do que o dos Estados Unidos; o território aproveitável é muito menor ali do que na grande república; é mais pobre em geral; a colonização é mais recente e tem sido embaraçada exatamente por esse famoso elemento latino, tão endeusado pelos retardatários de toda casta. (Romero. 1905. p. 661).

A aparente consonância com Bomfim é logo rompida por meio da frase final, na qual afirma sarcasticamente que se estima um tanto demasiadamente o que chama de “*famoso elemento latino*”, por pessoas desinformadas. Daí segue Romero apresentando toda uma série de dados, do mesmo modo, a princípio dando a entender por um concordância com Bomfim, mas finalmente asseverando erros quase que crassos. O Canadá francês, por exemplo, estaria em certa desvantagem ao inglês em virtude do seguinte conjunto de questões: a) a nobreza francesa era violenta e indolente; b) o Estado francês era instável e financeiramente desorganizado, incapaz de dinamizar atividades produtivas, apenas explorando os colonos, sobretudo no ramo das peles e, por fim, c) tanto os colonos quanto os senhores canadenses buscavam certa segurança dos encargos públicos, que desestimulavam as iniciativas empreendedoras. Mas à frente, Romero vai despejar mais uma série de dados que se opõem ao logo anteriormente apresentado, asseverando um Canadá quase tão dinâmico quanto o seu vizinho EUA e semelhantemente se destacando do restante dos países da América Latina. E, o elemento fundamental para o conhecimento dessas informações é a passagem da colônia para uma espécie de integral controle inglês, ou seja, anglo-saxão, pelo Tratado de Paris, de 1763. Com a emancipação política, uns cem anos depois após aquele domínio anglo-saxão, o Canadá respondeu com um considerável progresso econômico, em diversas atividades e províncias. Houve investimento em ferrovias (inclusive, uma transcontinental), indústria pesqueira, navegação, mineração, gado, agricultura e manufaturas, por exemplo. Em outros termos, houve um claríssimo avanço do país e as críticas de Bomfim outra vez teriam origem em uma descuidada pesquisa, que lhe limitaria o conhecimento dos fatos.

É bastante singular observar que a argumentação de Romero assemelha-se excepcionalmente com a de Bomfim, nesse terceiro ponto, da exemplificação concreta a respeito do Canadá. Pela perspectiva de Bomfim, o motivo de o Canadá ou a anterior colônia franco-canadense não possuir maior destaque estava justamente no fato de sua colonização ter sido realizada por populações latinas. Aspecto próximo ao da América tanto portuguesa quanto hispânica, cujo os conquistadores ibéricos possuiriam aquelas características mais voltadas à aventura, à exploração predatória e ao conservadorismo, segundo o médico sergipano. Sendo os conquistadores iniciais do Canadá franceses, também latinos, seriam, por conseguinte, semelhantemente dispostos aos caracteres dos ibéricos. Daí, as dificuldades de prosperar da

colônia franco-canadense. Tendência alterada somente com o posterior controle inglês, ou seja, anglo-saxão, mais objetivo e dinâmico economicamente. Esta visão mais inclinada às soluções quase que imperativamente pragmáticas seria algo mais próprio daqueles anglo-saxões e seus descendentes. Deste modo, as nações por eles colonizadas apresentariam aspecto muito correspondente, possuindo dinâmicas sócio-econômicas mais significativas e até, certas ex-colônias, com alto protagonismo internacional.

Em outros termos, os argumentos de Bomfim e de Romero sobre o Canadá são bastante análogos, quase iguais. Afinal, ambos os autores afirmam que a região possuiu problemas em seu processo de colonização, em virtude de semelhantes características: aqueles que principiaram tal processo - franceses - eram também latinos. Esses indivíduos, de modo similar aos seus congêneres ibéricos, apresentaram dificuldades na constituição de suas respectivas empresas coloniais. As razões dadas por ambos os autores para estas características é que são distintas e de uma maneira singular, já que há uma espécie de inversão. Bomfim, por exemplo, segue uma explanação de caráter mais ligado a elementos raciais, afirmando aquele seu fundamento das carateres *aventureiro* e *predatório* e *conservadores* dos ibéricos e que, portanto, seria algo correlato aos demais latinos, os franceses, nessa ilustração do autor. Aspecto cuja explanação de disposição mais racial seria mais próprio de Romero que, diversamente destaca as dificuldades dos franceses a partir de uma linha mais estrutural e histórica. Daí a percepção de uma espécie de inversão, visto que o elemento explicativo mais usual, por assim dizer, que Romero buscava era o de caráter mais racial, já Bomfim de características mais histórico-estruturais. Talvez, possa-se afirmar que foi uma conveniência narrativa de Romero a fim de criar mais um componente narrativo de crítica às premissas de Bomfim. Contudo, criando uma situação até mesmo irônica em relação às características comuns a ambos os autores.

Obviamente Bomfim não respondia a Romero, no momento que criou aquela assertiva sobre o Canadá. Por isso, é bom interpor novamente que o autor não estava propriamente desligado das conceituações raciais e, por conseguinte, que elas teriam em si características próprias a determinadas populações. Divergia Bomfim, em base, do discurso de inferioridade, de incapacidade a que se atribuía a determinadas populações ou raças. Discurso, em geral, infligido a grupos de negros-africanos, ameríndios, asiáticos, seus respectivos descendentes e pessoas miscigenadas. Ou seja, todos aqueles alvos das políticas imperialistas das potências europeias do oitocentos. Era um importante componente da dominação que exerceram, determinar que os demais povos eram inferiores e incapazes. Por essa razão, a conquista europeia seria uma ação civilizadora e não somente uma simples conquista a fim de satisfazer interesses políticos e econômicos. A premissa de Bomfim buscava justamente derrubar essa argumentação imperialista,

com o seu *A América Latina: males de origem*. Todavia, não se apartando, em absoluto, dos paradigmas raciais, apenas refutando aquilo que suas análises consideraram como formulações pseudo-científicas. Uma das razões, segundo esta tese, de a argumentação de Romero e Bomfim não serem em si diametralmente distintas, mas correspondentes ao seu contexto e ao objetivo de ambos os autores de elaborarem uma interpretação a respeito da nação brasileira e, em consequência, de sua constituição e no campo das nações civilizadas do mundo.

Considerações finais

A *polêmica jornalística* serviu a diferentes fins, que foram utilizados de maneira concomitante, no Brasil da transição do século XIX para o XX. Entre esses objetivos, um bastante distinguível foi o de obter visibilidade, quiçá alcançando o desejado *status* de intelectual destacado. A partir dessa prática, poderia-se compor determinado grupo e, a partir dele, alicerçar alguma carreira com rendimento estável e com possibilidades de ascensão. Em outras palavras, a *polêmica jornalística* poderia ser o meio para se atingir diversos objetivos a atender desde ambições concretas a benesses simbólicas. Aspecto que concorreu para que a notícia, o debate de ideias, em certa medida, ficassem em um segundo plano, pois o fundamental seria defender determinada posição, buscando chamar o máximo de atenção possível.

Ainda assim, controversamente a *polêmica jornalística* serviu, à sua maneira, ao debate das ideias. Os jornais e as suas respectivas colunas, foram largamente utilizadas como meio de discussão de pontos de vista diversos. Era, naquele momento de virada para o século XX, o espaço dileto para discussões, justamente pela conjuntura de expansão econômica e desenvolvimento de novos processos técnicos. Desta feita, a imprensa rapidamente converteu-se em um veículo de comunicação de massa. Ainda que, em países como o Brasil, houvesse ainda um significativo número de pessoas analfabetas, os jornais conseguiam proliferar a informação rapidamente. Por isso, tornaram-se espaço, por exemplo, para a divulgação para grupos de interesse: governos e grupos políticos. Porém, apesar dessa característica, ainda coube espaço para a divulgação cultural, mais destacadamente a literária e seus famosos *folhetins*.

Assim, utilizando-se do meio jornalístico, os intelectuais brasileiros, por conseguinte, buscaram se afirmar. Havia diferentes níveis de envolvimento em uma *polêmica*, apesar de existir uma liturgia de como os debates eram travados. No geral, literais embates cuja perseverança, com o fim de esmoer o contenedor, era recompensada pelo reconhecimento de pares e o alcance daquela ambicionada visibilidade. Então, percebe-se que a *polêmica*, muito mais do que uma forma de

discussão, era uma linguagem utilizada para um mútuo reconhecimento e legitimação do indivíduo como alguém representante da *Intelligentsia* brasileira, do Segundo Império à Primeira República.

A *polêmica* era uma espécie de arte, a qual havia aqueles que particularmente a dominavam, com o necessário a ferro. Sílvia Romero foi um dos ases dessa arte, pois qual fosse o tema tratado, pela ótica sociológica, política, histórica, do folclore ou da linguística, por exemplo, era o autor conhecido como o *polemista*. Informal titulação que o intelectual de Lagarto cultivou e exibiu com singular resolução. Por isso, com igual obstinação, Romero a manteve-se sempre atuante, resultando em uma profícua produção jornalística. Trabalho que, somado aos demais - ensaios e compêndios literários -, por exemplo, dão a expressão do pensamento do grande crítico.

Entre os vários assuntos trabalhados por aquelas gerações de letrados, que viram da formação do Estado brasileiro à implantação do regime republicano, havia a preocupação de afirmar o que era o Brasil e seu povo. Particularmente no período de transição do século XIX para o XX, tal inquietação absorveu a *Intelligentsia* brasileira do período. A finalidade mais essencial era evidente: a de compor o Brasil, esta nova pátria, quase que recém-emancipada do colonialismo português, em um país próspero ou nesse caminho seguindo seguramente, a tornar-se uma nação civilizada, entre outras do mundo, naquela época. Na atualidade, algo análogo ao que se chamaria de país desenvolvido. Todavia, como viabilizar este processo de transformação? Quais os recursos que deveriam ser dispostos? Esses eram os grandes pontos em debate. Aspectos que, naquele momento de uma Europa Ocidental industrializada e em expansão, significou também a expansão do próprio discurso dos países do velho mundo. Elementos argumentativos que justificavam a dominação europeia, baseada em premissas pseudocientíficas de caráter racial e que foram absorvidas por ex-colônias europeias, a exemplo do Brasil, enquanto modelo de civilização. Em outros termos, as potências industrializadas europeias se auto-afirmaram pátrias civilizadas, que lastrearam sua expansão em virtude de possuírem populações racialmente superiores. Logo, as demais nações deveriam submeter-se e seguirem tal modelo.

O dilema foi respondido pela *Intelligentsia* brasileira essencialmente de duas maneiras: por um lado assentido o discurso racial e, por outro, o rejeitando. Contudo, o distinto, no caso de Romero e Bomfim, é que mesmo tomando parte de uma e outra opção, ambos os autores tinham o mesmo fim: tornar o Brasil uma nação civilizada e equiparada às europeias. O médico sergipano o pretendeu fazer, sobretudo, negando os princípios, em particular, a ideia de superioridade de raças. Admitia a visão de uma humanidade dividida em raças, mas sem jamais existir entre os indivíduos uma relação hierarquização com base racial. As escalas existentes teriam mais caráter social e o meio mais apropriado de superá-las seria através da educação, pública, gratuita e de massa. Para Bomfim, portanto, faltava aos indivíduos formação e não uma inaptidão atávica.

O posicionamento de Romero é bem mais complexo, visto que defendeu as premissas raciais. Porém, isso o punha em contradição com seu objetivo: ascender o Brasil a uma nação civilizada. Para resolver o dilema, o grande crítico anuiu a um quase literal remendo na posição dogmática da miscigenação, que foi o *branqueamento*. Admitiria-se a miscigenação a fim de melhorar a raça brasileira, mas desde que com indivíduos brancos europeus. Daí, a nível de Estado, o país deveria estimular maciçamente a imigração europeia que, em algum tempo, tornaria a população branca e, em consequência, capaz de tornar o Brasil um país civilizado. Portanto, para o grande crítico, o meio mais eficaz de o país alçar o *status* de civilizado seria por meio de um aprimoramento racial, mas não apenas. Havia também outra nuance, que deveria ser desenvolvida a fim de alcançar o objetivo pretendido, que seria pelo viés cultural, em particular, através da literatura. A produção literária, em sua extraordinária capacidade de criar narrativas, poderia contribuir não apenas compondo e expandindo os mitos fundacionais. Porém, para Romero, em paralelo, tal produção deveria ser amplamente observada por uma crítica de forte teor científico. Compreendia o polemista que a literatura apresentaria uma espécie de janela privilegiada de uma determinada sociedade, já que ali naqueles escritos estaria a essência de uma sociedade. Então, caberia ao crítico literário examinar essa contribuição, desde que aparelhado da maneira adequada.

Enfim, Romero e Bomfim possuíram entre si um mesmo ideal, mas em segmentos opostos. Basicamente defenderam o objetivo de alçar o Brasil à esfera da civilização. Porém, no intuito de pontuar seus distintos pontos de vista quanto ao que fazer a fim de alcançar o objetivo, assumiram discursos igualmente diversos e em contradição direta um com o outro. Neste embate, muito embora Bomfim representasse a perspectiva contra-hegemônica, possuiu certo caráter mais objetivo, já que defendia a educação. A questão era a conjectura política, em suas altas escalas, que não compreendia a instrução como um objeto de interesse, naquele momento, a ser dispendido esforço em sua concretização. Por outro lado, o discurso hegemônico defendido por Romero era paradoxalmente bem menos exequível, afinal demandaria tremendo esforço daqueles altos extratos políticos, no intuito de pô-lo em prática. O discurso racial hegemônico racial era útil ao contexto de implantação da Primeira República brasileira, que reafirmava, em conjectura diversa, o poder do setor agroexportador do país. Para Romero, curiosamente, também não era relevante em si a aplicabilidade do projeto racial do *branqueamento*, mas a defesa de sua ideia. Isso porque se coaduna-se com o momento particular do polemista, no qual buscava reafirmar sua contribuição intelectual e, por conseguinte, seu legado. *Status* que Romero compreendeu ser ameaçado por um jovem intelectual, seu conterrâneo, que, com sua obra inaugural, desmontava todo um pilar no qual se sustentou por tantas décadas. As ideias contraditórias entre Romero e Bomfim, portanto, responderam ao momento de transição do país, uma dialética na qual as estruturas do que foi o

império brasileiro foram abrindo espaço às demandas do século XX, que gradativamente se descortinavam.

Referências

Fontes:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso: 23 nov. 2022.

ROMERO, Sílvio. Uma suposta teoria nova da história latino-americana. IN: **Os Annaes**. Ano II. n.º 54 ao Ano III. n.º 71. 1905-1906.

ROMERO, Sílvio. Uma suposta teoria nova da história latino-americana. IN: **Os Annaes**. Ano II-III. n.º 54-71. 1905-1906.

Obs.: Todos os periódicos foram consultados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os arquivos estão disponíveis no site: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessados a partir de 21 ago. 2021. Os artigos de Romero se distribuem entre os exemplares dos Anos II e III, dos n.º 54 ao 71, entre os anos de 1905 e 1906.

Artigos:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Ar do Ser, ser do ar: o Ceará como núcleo do ser do Nordeste. IN: SOARES, Igor de Menezes e SILVA, Ítala Byanca Moraes da. (Orgs.). **Cultura, Política e Identidades: Ceará em perspectiva**. Vol. II. Fortaleza: IPHAN-CE, 2017. p. 241-266.

BARBOSA, Ivan Fontes. Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim. IN: **Latitude**. Vol. 13. n.º 1. jan/jul. 2019.

BARBOSA, Ivan Fontes. **Contribuições de Randall Collins à Sociologia do Conhecimento**. GT 29. Sociologia do Conhecimento e Metodologias. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. 20 a 23 jul. 2015. Porto Alegre.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. Trad. Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Rev. Téc. M.^a Alice Nogueira. IN: NOGUEIRA, M.^a Alice. & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 12.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011(a). p. 67-69.

_____. Os três estados do capital cultural. Trad. Magali de Castro. Rev. Téc. M.^a Alice Nogueira. IN: NOGUEIRA, M.^a Alice. & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 12.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011(b). p. 73-79.

BRUNKHORST, Hauke. Marxismo e evolução: alegações para a retomada de um programa de pesquisa. Trad. Patrícia da Silva Santos. IN: **Tempo Social**. Vol. 27. n.º 2. nov. 2015. p. 153-165.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. IN: **Educação & Sociedade**, Ano XXIII. n.º 79. Ago. 2002. p. 257- 272.

FONTANA, Felipe. A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim aplicada ao Pensamento Político e Social Brasileiro. IN: CEPÊDA, Vera Alves *et. al.* **Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim**. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições - UFSCar, 2015. p. 207-263.

KIELING, Camila Garcia. A noção de dispositivo e o enquadramento oitocentista. IN: **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, V. 37. n.º I. p. 91-109. jan-jun. 2014. (Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-58442014000100005>. Acesso: 02 jan. 2021).

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. Notas sobre Marx, Darwin e o progresso. IN: **Economia e Sociedade**, Campinas, (16): 141-145, jun. 2001.

LIEDKE FILHO, Enno D. Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. IN: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.º 14, jul/dez. 2005. p. 376-437.

NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim (1868-1932). IN: **RIHGB**. Ano 155. n.º 384, jul/set, 1994, p. 558-567.

SOUZA, Luana Batista de. Bernardo Guimarães: para além de A Escrava Isaura. IN: **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 10, p. 52 - 69, 2017.

Obras

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: ANPOCS; Topbooks, 1999.

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da Imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. **Desilusão Republicana** - percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Florianópolis: UFSC, 2008. (Tese de Doutorado).

ALMEIDA, Maria da Glória de. **Nordeste açucareiro: desafios do processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS; SEPLAG; BANESE, 1993.

_____. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALONSO, Angela Maria. **Ideias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. (Disponível em: doi:10.11606/T.8.2000.tde-20042022-120113. Acesso em: 12 jan. 2024.)

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento Político no Brasil: Manoel Bomfim – um ensaísta esquecido**. Rio de Janeiro: Achiamé; SOCII, 1979. (Textos Paralelos).

ALVES, Francisco José. **A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

ASSIS, Machado. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994.

BAGEHOT, Walter. **Lois scientifiques du développement des nations: dans leurs rapports avec les principes de la s'élection naturelle et de l'hérédité**. Paris: Baillière, 1873.

BALEEIRO, Aliomar. 1891.b3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2)

BARBOSA, Ivan Fontes. **A Escola do Recife e a Sociologia no Brasil**. Recife: o autor, 2010. (Tese de Doutorado).

BARROS, Jefferson. **Função dos intelectuais numa sociedade de classes**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1977. (Coleção Dialética - Volume 5).

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. **Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**. 2.ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia, 2006. (Coleção clássicos da psicologia brasileira).

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil: 1900**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil: pesquisas e análises**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)**. 1.º Vol (1750-1836). 8.ª ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

_____. **Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)**. 2.º Vol (1836-1880). 8.ª ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

_____. **O método crítico Sílvio Romero**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: Ser ou não ser**. Coord. de Élio Gaspari e Lília M. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Retratos do Brasil – Volume 37).

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro Siqueira Maciel (1825-1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. Trad. Silvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. 19.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis (organização, ensaio e notas). **Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo (antologia)**. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2007.

Durkheim, Emile. **Da divisão do trabalho social**; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa. seleção de textos de Jose Arthur Giannotti ; tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura [et. al.]. - 2.^o ed. - Sao Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24.^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Gilberto. **Sociologia**. Introdução ao estudo dos seus princípios. 2.^o Tomo. 2.^a Ed. revista, aumentada e atualizada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957. (Obras reunidas de Gilberto Freire. 1.^a Série).

GUARANÁ, Manoel Cordeiro Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Paulo Pongetti & C., 1925. p. 492-499

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2.^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. Tempo Social; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4.^a ed. Introdução de Alfredo Bosi; Supervisão editorial de Lôlio L. de Oliveira. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEMONS, Wagner Gonzaga. **Literatura, Ensino e Legitimação**: Sílvia Romero e José Veríssimo em combate. São Paulo: 2019. (Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-20022020-162836/publico/2019_WagnerGonzagaLemos_VCorr.pdf. Acesso: 02 ago. 2021.

LEOPOLDO, Denise Leal Fontes Albano. *Advocatorum habemus*: uma breve análise da Lei de criação dos cursos jurídicos no Brasil. IN: ALVES, Francisco José e BARBOSA, Saulo Vinícius Souza. **A Lição das Fontes**: exercícios de pesquisa historiográfica. Aracaju: Criação Editora, 2022. p. 122-135.

LIMA, Jackson da Silva. **A Biblioteca de Sílvia Romero** (descoberta e reativação). Aracaju: Gov. do Estado de Sergipe, 1995.

MANNHEIM, Karl. **Karl Mannheim**: sociologia. Org. Coletânea. Marialice Mencarini Foracchi; Trad. Emílio Willems et. al.; Seleção e revisão técnica da tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais. 25).

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvia Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Introd. de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (Saraiva de Bolso).
- NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Pref. de José Sebastião Witter. 2.^a ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.
- PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 15.^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ROMERO, Sílvio. **A América Latina** (análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim). Porto: Livraria Chardron, 1906.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz *et. al.* **A longa viagem da Biblioteca dos Reis**: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão**: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SUSSEKIND, M.^a Flora e VENTURA, Roberto. **Uma teoria biológica da mais-valia?** 2.^a ed. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Divisão de Intercâmbio e Edições (EDIPUC), 1982 (ensaio datilografado).
- VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 7.^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- _____. **O que é Literatura?** e outros escritos. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.